

SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI

Teorias e metodologias em temáticas plurais na História: debates conceituais e empíricos

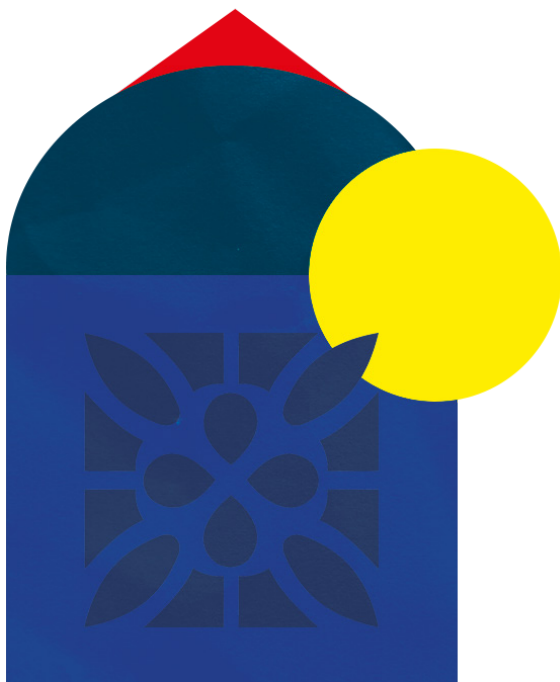
Prof. Dr. Paulo Julião da Silva

Prof. Dr. Raphael Guazzelli Valerio


Editora
UFPE



Teorias e metodologias em
temáticas plurais na História:
debates conceituais e empíricos



SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI

Teorias e metodologias em temáticas plurais na História: debates conceituais e empíricos

Prof. Dr. Paulo Julião da Silva

Prof. Dr. Raphael Guazzelli Valerio

SÉRIE: COLEÇÕES GEPIFHRI

Coordenação:

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto - UFPE

Maria da Conceição Silva Lima – UFPE

Comissão editorial:

André Gustavo Ferreira da Silva , Arnaldo Martins Szlachta Júnior, Catarina Carneiro Gonçalves, Paulo Julião da Silva, Maria da Conceição Silva Lima, Raphael Guazzelli Valerio, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Viviane de Bona.

Revisão: Thamiris Alves de Barros

Capa: Rodrigo Victor

Projeto gráfico: Rodrigo Victor

Diagramação: Deborah Botelho

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

T314 Teorias e metodologias em temáticas plurais na história [recurso eletrônico]: debates conceituais e empíricos / organizadores : Paulo Julião da Silva, Raphael Guazzelli. – Recife: Ed. UFPE, 2022.
(Coleção GEPIFHRI).

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-248-1 (online)

1. História – Estudo e ensino. 2. Historiografia. 3. Cultura. 4. Memória. 5. Patrimônio cultural. I. Silva, Paulo Julião da (Org.). II. Valerio, Raphael Guazzelli (Org.). III. Título da coleção.

907 CDD (23.ed.) UFPE (BC2022-098)

Apresentação da “Coleção GEPIFHRI”

O Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades - GEPIFHRI tem o prazer de lançar, junto com a Editora da Universidade Federal de Pernambuco, o primeiro de muitos livros que comporão a “Coleção GEPIFHRI”. A ideia da parceria entre o GEPIFHRI e a Edufpe, longe de ser um projeto que vise qualquer tipo de lucro ou ganhos monetários, tem o nobre objetivo acadêmico de publicar os trabalhos dos alunos da graduação e pós-graduação que tiveram destaque em seus trabalhos, frutos das disciplinas que cursaram. Não é raro professores se depararem com trabalhos autorais, muito bons e que merecem ser divulgados. A ideia que nos motiva é, justamente, a de que muitas vezes os alunos cumprem muito bem aquilo que foi solicitado em sala de aula e que, por falta de incentivo, informação ou mesmo de espaço apropriado, não procede com a publicação.

Com foco nos pesquisadores em formação é que nasce a Coleção GEPIFHRI. O que nós, membros do grupo, pretendemos é criar um espaço qualificado, seguindo as orientações e normas editoriais e acadêmicas para que nossos alunos e alunas possam escoar suas produções e que se sintam, com ele, também estimulados a fazer parte do projeto que não tem outro desígnio a não ser fazer valer a pena a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Por certo é um projeto modesto, mas com muitas expectativas de constar como uma ação frutífera e com ganho de causa para a UFPE que privilegia desde cedo a pesquisa e a sua divulgação.

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Maria da Conceição Silva Lima

SUMÁRIO

Prefácio

Paulo Julião da Silva	
Raphael Guazzelli Valerio	10

CAPÍTULO 1

HISTORIADORES: JUÍZES OU ADVOGADOS DO DIABO?	
Samuel Pablo Costa de Almeida	16

CAPÍTULO 2

“DESTACAR E PÔR DO AVESSO”: ENSAIO DA CONDIÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO DO CALDEIRÃO – CE, NA IMPRENSA, EM IDOS DE 1930	
Anderson da Silva Felix	31

CAPÍTULO 3

UM OLHAR A PARTIR DE E. P. THOMPSON SOBRE A COMUNIDADE TRADICIONAL E RIBEIRINHA PORTO DO CAPIM (JOÃO PESSOA-PB) (2016-2019)	
Camila Sousa de Sena Araújo	58

CAPÍTULO 4

INQUIETAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE UMA PESQUISA SOBRE O CINEMA SUPER-8 PERNAMBUCANO	
Gabriel Bandeira Alexandre	87

CAPÍTULO 5

SIMONE DE BEAUVOIR NO RECIFE DE 1960: A DIVERGÊNCIA DE NARRATIVAS ENTRE SUA AUTOBIOGRAFIA, SUAS CARTAS A NELSON ALGREN E RELATOS DA ÉPOCA	
Raissa Gouveia de Melo Efrem	111

CAPÍTULO 6

DISCUSSÃO ACERCA DA PATRIMONIALIZAÇÃO A PARTIR
DAS HISTORICIDADES DO FORTE DO BURACO (OLINDA-PE)

Anderson Bezerra de Jesus

126

CAPÍTULO 7

O MANGÁ COMO FONTE: A REPRESENTAÇÃO DO TRAUMA
ATRAVÉS DO TESTEMUNHO E SEUS USOS POLÍTICOS DO
PASSADO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dionson Ferreira Canova Júnior

143

CAPÍTULO 8

O MEDO E A HISTÓRIA: NARRATIVAS DE TERROR E SUAS RE-
PRESENTAÇÕES

Tayane Ferreira de Almeida

163

CAPÍTULO 9

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA AMAZÔNIA: DITADURA,
CONFLITOS NO CAMPO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

David Bezerra Filgueira de Vasconcelos Concerva

178

CAPÍTULO 10

A ALIMENTAÇÃO ENQUANTO OBJETO DAS RELAÇÕES DE
PODER

Ana Francisca de Lima Alves

200

Prefácio

O livro que aqui apresentamos é fruto de leituras e discussões nas disciplinas de Teoria e Metodologia da História nas linhas de pesquisa “Cultura e Memória” e “Teoria, Ensino e Mídias” do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, bem como de debates prévios dos estudantes em suas pesquisas temáticas. A ideia passada para os alunos era que o trabalho final, daqueles que tivessem interesse, pudesse ser publicado em livro na Coleção GEPIFHRI. Os textos nos foram enviados e, após análise e aprovação dos organizadores, deu-se o processo de preparação da obra aqui disponibilizada.

A ideia da coletânea partiu dos professores doutores Paulo Julião da Silva e Raphael Guazzelli Valerio. Em suas pesquisas originais, aquele trabalha no campo da História Cultural das Religiões e este na Filosofia da História, estudando relações de discurso e poder. A partir da Nova História Cultural, percebemos que as ideias podem se convergir, uma vez que com essa nova visão, as possibilidades de análises de *Clio* são plurais.

Plurais, também, são as propostas trazidas pelos autores nos capítulos que se seguem, os quais nos brindam com pesquisas instigantes e textos que nos aguçam a querer saber mais sobre as temáticas ali apresentadas. A multiplicidade de teóricos nos leva ao conhecimento de perspectivas distintas de análises sobre a história. Temas sobre religiões, resistências, memórias, patrimônio, gênero etc., mostram como são imensas as questões que podem ser trabalhadas e que ainda carecem de análises por parte daqueles que têm interesse neste campo do conhecimento, a ciência História.

É interessante pensar que estamos diante de reflexões que surgiram de inquietações a partir do lugar de fala de cada autor. A história é a história do presente, que só existe no presente, e que narra um passado a partir desse presente. Os textos trazem isso com clareza. Demandas do hoje fizeram

os pesquisadores buscarem rastros, seguindo fios e rastros, que levaram a descobrimentos e conclusões preliminares sobre fatos e eventos de outrora, e que agora nos são trazidos à tona em forma de História. Tais percepções nos foram ensinadas por Certeau, De Decca e Ginzburg. As narrativas desta obra mostram, com riqueza de detalhes, percursos teóricos e metodológicos que os pesquisadores trilharam na construção das suas respectivas construções.

Após essa breve reflexão, passemos à descrição dos capítulos que os leitores terão o prazer em se debruçar.

O primeiro artigo, de Samuel Pablo Costa de Almeida, intitulado “Historiadores: juízes ou advogados do diabo?” discute a questão do problema do posicionamento do historiador em seu ofício. Tendo como pano de fundo a história das religiões, mais especificamente a história do neopentecostalismo, e como base conceitual as ideias de memória e testemunho, o autor conclui que, embora o historiador não consiga escapar totalmente de seu posicionamento quanto ao objeto de estudo, deva estar cercado de princípios norteadores da prática historiográfica.

A comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é o objeto do artigo seguinte, “Destacar e pôr do avesso: ensaio da condição histórica do espaço do Caldeirão CE, na imprensa, nos idos de 1930”, de autoria de Anderson da Silva Felix. Valendo-se das diversas renovações teóricas e metodológicas que a história conheceu, o autor busca revisitare a história da comunidade messiânica do Caldeirão da Santa Cruz, reconhecendo as possíveis leituras de um mesmo documento. O método “indiciário” permite a Felix um entrecruzamento dos documentos da imprensa com a história oral, a fim de encontrar elementos não lidos pela metodologia histórica tradicional.

Camila Sousa de Sena Araújo é autora do terceiro artigo que tem por título: “Um olhar a partir de E. P. Thompson sobre a comunidade tradicional e ribeirinha Porto do Capim (João Pessoa PB) (2016-2019). Nele, Araújo descreve sua experiência de extensão universitária junto a comunidade Porto do Capim entre 2016 e 2019. Tal vivência é analisada pelo viés da “história vista de baixo”. A autora observa uma rearticulação dos movimentos populares na dita comunidade a partir da tentativa de órgãos públicos municipais de desocupação da área. Mobiliza-se, ainda, saberes do campo da educação popular, da educação patrimonial e da história local.

Em seguida, podemos ler o texto “Inquietações teórico-metodológicas de uma pesquisa sobre o cinema super-8 Pernambuco”, de Gabriel Bandeira Alexandre. O artigo procura desenvolver alguns problemas de método e de teoria para melhor compreender o papel do Ciclo Super-8 na resistência ao regime de exceção brasileiro. O primeiro problema gira em torno da correta atribuição ao último período de exceção no Brasil (1964-1985), ditadura militar ou ditadura civil-militar? O autor argumenta pela primeira. A seguir serão pensados os problemas relativos ao uso do cinema como fonte histórica e, para finalizar, tendo em vista ainda as relações entre cinema e história, Alexandre irá discutir a intrincada questão da representação.

O quinto artigo é de autoria de Raissa Gouveia de Melo Efrem e tem por título “Simone de Beauvoir no Recife de 1960: a divergência de narrativas entre sua autobiografia, suas cartas a Nelson Algren e relatos da época”. Tendo como referencial teórico Marc Bloch e Agnes Heller, a autora buscará analisar os diversos testemunhos da passagem de Simone de Beauvoir no Recife, em 1960. O objetivo do texto é demonstrar como a intenção daquele que narra pode influenciar erroneamente o campo da historiografia. Efrem ainda mobilizará Le Goff e seu conceito de memória, Michel de Certeau e a noção de operação historiográfica e a teoria do reflexo de György Lukács.

Anderson Bezerra de Jesus é autor do sexto artigo, “Discussão acerca da patrimonialização a partir das historicidades do Forte do Buraco (Olinda-PE)”. Como demonstra o título, o autor discutirá os problemas relativos ao patrimônio histórico brasileiro e suas relações com as práticas culturais, políticas e sociais, tendo como objeto privilegiado de estudo o problema do tombamento do Forte do Buraco em Olinda, Pernambuco. O artigo se ampara nos conceitos de patrimônio cultural, temporalidade e representação social, desenvolvidos por Hartog, Koselleck e Hall respectivamente.

Em “O mangá como fonte: representação do trauma através do testemunho e seus usos políticos do passado para o ensino de história”, Dionson Ferreira Canova Júnior se utiliza do mangá Gen Pés Descalços, volume 1, de Keiji Nakazawa como fonte de estudos. O objetivo do autor é analisar as representações do trauma histórico, especificamente a Segunda Guerra e a bomba atômica no Japão, a partir da noção de testemunho e

seus desdobramentos para o campo do ensino de história. Os conceitos abordados terão o tratamento das ideias de Kosllec, Agamben, Le Goff e Rösen.

Tayane Ferreira de Almeida escreve “O medo e a história: narrativas de terror e suas representações”. A partir dos referenciais teóricos de Foucault e Ginzburg, a autora analisará diversas obras literárias dos dezenove inglês, a chamada era vitoriana, que inauguram, em certo sentido, o gênero que hoje denominamos “terror”. A hipótese da autora é que as narrativas de terror contidas nestes romances apresentam uma visão particular das vivências históricas, sociais e culturais do escritor em uma determinada época e que podem refletir, portanto, em uma certa percepção coletiva do momento histórico.

O nono artigo de David Bezerra Filgueira de Vasconcelos Concerva leva o título de “Programas governamentais na Amazônia: ditadura, conflitos no campo e os movimentos sociais”. Partindo da triste constatação de que a grande massa de crimes de assassinato no campo são realizados contra trabalhadores sem-terra e indígenas e, de que mais da metade desses crimes jamais são solucionados, Concerva analisa o impacto de programas governamentais na Amazônia durante o período de exceção no Brasil. O autor demonstrará como certos discursos a respeito da ocupação da Amazônia acabam por legitimar a ação de instituições e indivíduos particulares nesse processo de ocupação do território amazônico em tempos de ditadura.

Para finalizar, temos o artigo “A alimentação enquanto objeto das relações de poder”, de Ana Francisca de Lima Alves. A autora nos adverte da falsa ideia da neutralidade dos alimentos, isto é, o consumo de comidas, bebidas e congêneres não é um ato meramente nutricional, mecânico à sobrevivência da espécie, mas, mais do que isso, demonstra e revela uma miríade de relações culturais. Nesse sentido, Alves ao cruzar a história da alimentação com a analítica foucaultiana do poder e do saber, pôde concluir que o ato de se alimentar também se configura como uma tecnologia de poder, ora impondo relações com a alimentação, ora barrando-as.

A pluralidade temática dos textos, bem como as perspectivas teóricas e metodológicas dos autores, mostra que o material que o leitor tem em mãos é rico em sua diversidade. Entendemos que os artigos podem contribuir

com pesquisadores e estudantes da História em geral, principalmente ajudando-os a entender e enxergar possibilidades na pluralidade de visões e interpretações históricas. Convidamos os leitores a explorarem textos com asseguradas qualidades em suas narrativas, com honestidade em sua intelectualidade e que podem possibilitar descobertas de si, do outro, da História.

Recife, agosto de 2022.

**Paulo Julião da Silva
Raphael Guazzelli Valerio**

CAPÍTULO 1

HISTORIADORES: JUÍZES OU ADVOGADOS DO DIABO?

Samuel Pablo Costa de Almeida¹

INTRODUÇÃO

Os historiadores raramente olham para o passado sem emitir julgamentos. É difícil observar, com os parâmetros contemporâneos, as desigualdades de gênero na antiguidade clássica ou ainda o processo de catequização dos povos nativos no Brasil sem a devida indignação com essas condições. Inevitavelmente, o historiador parte das suas concepções atuais para investigar o passado, inclusive no que se refere às razões pelas quais chegou até um determinado campo de estudo. No entanto, é preciso haver um cuidado com a emissão de juízos de valores – no momento da construção narrativa – não compatíveis com o tempo histórico analisado.

Se o objeto de estudo gira em torno da ausência de participação feminina na democracia ateniense, em virtude do fato das mulheres não serem consideradas cidadãs naquele contexto, não é lícito o enquadramento dessa sociedade como “machista”. Isso porque essa concepção de machismo, tida em mente por quem estuda, foi construída apenas na contemporaneidade. Desse modo, seria levar um conceito de um determinado tempo histórico e forçadamente encaixá-lo em outro que sequer teve contato com o termo ou com a ideia. Esse tipo de análise anacrônica pode ser prejudicial não apenas

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Graduado em Letras pela Unicesumar e mestrando em História pela UFPE. E-mail: samuel.pablo@ufpe.br

pela produção de rótulos descontextualizados, mas porque influencia diretamente na apreensão da pluralidade histórica do período abordado, uma vez que se vincula a percepções de ordem emocional e expressiva inevitavelmente projetadas.

Ademais, outro aspecto a ser levado em consideração é que o historiador tem a memória como ferramenta fundamental para a construção da narrativa. O campo da memória é dinâmico e incerto, pois navega também no campo das emoções, fazendo com que seja ressignificada a todo instante. Desse modo, o entendimento – por parte do historiador – das facetas da memória, bem como a consideração da expressividade momentânea dos testemunhos históricos e a possibilidade de mudança conforme o desenrolar dos acontecimentos é crucial. Todos esses aspectos devem ser levados em consideração no momento de análise e construção de uma narrativa.

Nesse sentido, o objetivo norteador deste trabalho é promover uma discussão acerca das possibilidades de análises multifacetadas da História, a partir da investigação que permeia a memória, os testemunhos históricos e a capacidade do historiador não se colocar como juiz ou advogado de uma causa passada. Ademais, tem-se por finalidade delimitar um contexto de produção histórica ainda mais específico, o neopentecostalismo, movimento religioso no qual a figura do Diabo é constantemente evocada e as perspectivas de prosperidade material são atribuídas à Igreja. Dessa forma, é preciso discutir a respeito da construção da narrativa historiográfica no contexto da História das Religiões, isto é, promover a reflexão de caminhos para análises dos discursos proferidos nas instituições religiosas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

AS PRODUÇÕES DO SABER HISTÓRICO

Conforme aponta Bloch (2001), as perguntas que o historiador elabora são fundamentais para a construção da narrativa histórica, embora não seja possível a produção de respostas fechadas. Nesse sentido, resguarda-se a esse profissional a escolha de manter determinadas memórias em detrimento de outras. Naturalmente, essas seleções partem de concepções próprias e em conformidade com discussões do seu tempo, sendo, até mesmo, a escolha dos questionamentos, do tema de pesquisa e

das fontes fruto de uma ação voluntária ligada ao tempo em que se produz a historiografia.

O historiador não confirma os fatos que investiga, uma vez que não pode estar inserido na cena de análise, mas elabora interpretações a partir das testemunhas inseridas ou ligadas à cena (BLOCH, 2001). Nessa perspectiva, é preciso ressaltar que não é possível modificar o passado; os acontecimentos são como se apresentam. No entanto, é praticável a mudança a todo instante na forma pela qual olhamos e interpretamos o que ocorreu em tempo pretérito. O ponto chave para um bom trabalho no campo da História reside justamente no questionamento constante dos discursos escritos ou orais das testemunhas, bem como dos vestígios do passado, posto que estes podem ter sido intencionalmente modificados.

O trabalho histórico não gira em torno de formular uma verdade universal. No campo do saber jurídico, o objetivo é primordialmente legitimar uma sentença a partir das provas. Desse modo, há o julgamento sobre o que aconteceu, promovendo uma imagem de culpa ou inocência a respeito do objeto de análise, neste caso o réu. Por outro lado, no caso da historiografia, busca-se compreender o passado através das fontes históricas, e não sentenciar – como na figura de um juiz – sobre os acontecimentos ou as personagens envolvidas. Por essa razão, cabe ao historiador promover a investigação através do questionamento dos documentos e os porquês dos elementos constituintes desses vestígios, a fim de viabilizar a interpretação sobre o passado.

Segundo Burke (2010), a Escola dos Annales fugiu da perspectiva tradicional de historiografia e permitiu a interdisciplinaridade nas análises, admitindo o diálogo com Geografia, Antropologia, Sociologia, Antropologia e outros campos do conhecimento para endossar o arcabouço teórico-metodológico e ampliar as possibilidades de investigação. Essa abertura, além de enriquecer o campo dos estudos históricos, permite compreender os fatos de maneira plural e multifacetada, evitando afirmações reducionistas e julgamentos de valor. Tornou-se possível, por exemplo, estudar a mentalidade dos indivíduos do contexto de análise, com o fito de compreender as razões pelas quais os fizeram tomar determinadas atitudes ou terem algum tipo de pensamento, ou seja, não meramente uma abordagem em um rol taxativo e rotulante a partir de uma perspectiva anacrônica.

Além disso, é preciso considerar que o historiador deve ter ciência que

existe um limite para a História, visto que um único evento é apreendido de maneira diferente pelos seres humanos (VEYNE, 1998). Nessa perspectiva, é impossível fazer uma narrativa que contemple um senso de verdade histórica homogênea, de maneira direta e completa, através dos documentos e testemunhos. Os vestígios do passado apresentados e problematizados não são a expressão de uma réplica do que aconteceu, mas uma seleção de memórias construídas a partir de uma maneira singular de enxergar o mundo.

Não seria possível, por exemplo, narrar exatamente o que aconteceu na Guerra do Paraguai. Ainda que o historiador pudesse – por meio de uma máquina do tempo – retornar ao passado, jamais teria como contemplar todas as dimensões e faces do conflito. Mesmo que fosse o próprio Duque de Caxias escrevendo a História da guerra, seria apenas a ótica de um militar de alta patente do lado brasileiro. Não seria possível apreender a visão do escravizado que foi enviado às batalhas de maneira forçada naquele contexto ou ainda das mulheres e crianças que lutaram do lado Paraguaio, nas quais visualizaram um território totalmente mortificado.

Dessa maneira, a busca por uma História multifacetada parte da boa investigação e problematização das fontes. O documento selecionado pelo historiador não pode ser interpretado como verdade uníssona, sendo inviável exibi-lo como anunciador da verdade em relação ao passado. É preciso, antes de tudo, abarcar o maior número possível de fontes, confrontá-las, verificar se são verídicas ou foram alteradas, questionar o porquê e por quem foram produzidas. O trabalho é incessante e não pode girar em torno da produção de uma narrativa que utiliza as ferramentas da operação historiográfica para julgar alguém ou um acontecimento. O caminho percorrido deve levar a interpretação sobre os fatos históricos, analisando os elementos constituintes e produzindo uma narrativa concreta e bem embasada.

Seguindo essa linha de pensamento para a compreensão acerca da verdade histórica, Foucault (1979), ao direcionar sua pesquisa a partir das palavras “poder e saber”, defende a ideia de que os saberes realizam o enquadramento dos sujeitos a partir do exercício dos poderes. Na obra “História da Loucura”, ele demonstrou como são os hospícios – respaldados pelos conhecimentos psiquiátricos – que produzem o louco como doente mental. Nesse sentido, na medida que os estudos e interesses políticos se

modificaram, houve também uma mudança de perspectiva sobre o que vem a ser considerado como “louco”.

Partindo da premissa de que todo saber é político e que as mudanças encaminham para novos direcionamentos no discurso, é nessa lógica que também se constitui o saber histórico. Isso porque “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 12). Desse modo, cada sociedade tem um regime de verdade, por isso o intelectual funciona ou luta ao nível desse contexto de combate pela verdade no campo historiográfico.

Isso pode ser verificado no campo da História das Religiões. Por muito tempo, houve uma historiografia de ordem confessional, isto é, as narrativas das próprias Igrejas sobre si mesmas eram consolidadas nos meios de produção intelectual, muitas vezes na perspectiva da religião como um elemento divino e inerente ao ser humano. Conforme postula Agnolin (2008), a historicidade dos fatos religiosos somente foi legitimada com o surgimento da Escola Italiana da História das Religiões, em 1925. Nesse ínterim, pode-se perceber que essa mudança de perspectiva no campo do saber histórico foi decorrente de entraves políticos e de disputas de poderes no âmbito acadêmico.

É possível observar, portanto, que as produções do saber histórico não são homogêneas, imparciais ou a anunciação da verdade estática. O conhecimento é dinâmico e sempre proporciona novos olhares e interpretações, vinculando-se com o campo político de disputa do historiador e o tempo no qual se insere. A inobservância desses fatores pode ocasionar na limitada compreensão da complexidade histórica, permitindo a construção de narrativas que fazem a função de tribunais centralizados na figura de um juiz que está preocupado em chegar a uma sentença e demarcar que os personagens estudados são inocentes, culpados, heróis ou vilões.

A MEMÓRIA CURTA E EMOTIVA

Segundo Ricoeur (2007), o trabalho do historiador, de fato, começa com o arquivo, colocando regras que delimitam a noção de verdade no que se refere ao relato, este que passa de outros campos (jurídicos, médicos, literários, relatos pessoais, entre outros) para a História. O historiador direciona o documento e ensina a outras pessoas como devem fazer a leitura,

encarando-a como tal. Os testemunhos – enquanto memórias declaradas – constituem um dos principais rastros do passado no presente, mas é preciso colocá-los em prova, uma vez que para se tornar um documento histórico é preciso ser alvo da operação historiográfica.

Quando os testemunhos são gravados, é possível afirmar que estão arquivados, mas apenas se atribui a vida e a categorização enquanto documento histórico quando problematizado pelo historiador. A mera transcrição do que foi dito por uma personagem é apenas uma reprodução, não elevando à condição supracitada. Nesse sentido, o testemunho é essencial para a historiografia, visto que é o elo inicial com a memória sobre um acontecimento. A relação do testemunho com o passado procede do percurso iniciado pelo testemunho enquanto “memória declarada”, passa pelo arquivo e termina quando é inserido como narrativa histórica. Desse modo, é validado quando estabelece conexão com outras fontes documentais, assumindo grau de credibilidade (MONTENEGRO; GUIMARÃES, 2020).

Esse trabalho imersivo e crítico nas diversas fontes sobre a temática é fundamental, uma vez que permite contemplar as múltiplas percepções dos envolvidos na narrativa, bem como verificar se o indivíduo que testemunhou não tinha um singular interesse em causa própria ao emitir o discurso ou ainda estava movido por um momento de grande influência emocional ou afetiva. Conforme apontam Montenegro e Guimarães (2020), o que é relatado parte da percepção de uma memória. Entretanto, vale ressaltar que não existe memória pura dos acontecimentos, visto que a declaração parte de uma visão de mundo singular, materializada a partir de experiências, informações e fatos vivenciados.

A percepção e a memória, portanto, estão intimamente ligados. Nesse sentido, quando alguém é convocado a testemunhar sobre o que ocorreu, a reconstrução da memória também é um processo de recriação, posto que a sua forma de enxergar o mundo pode ter sido alterada. Assim como postulava Heráclito de Éfeso, não é possível que uma pessoa entre duas vezes no mesmo rio, pois as águas que correm não serão as mesmas e os indivíduos também já estarão modificados. Nessa perspectiva, a natureza humana clama por transformação interior a cada instante, o que faz da memória um estado momentâneo que pode se modificar de acordo com o momento ou contexto no qual o sujeito declara.

Existe uma maneira de cada indivíduo enxergar o mundo, por isso a

memória é individual e individualizante, além de se relacionar intimamente com os sentidos (DELEUZE, 2003). O significado e a decodificação da memória depende diretamente das sensações que, por sua vez, estão em constante mudança. Isso porque não se trata de um arquivo morto, visto que algum acontecimento na vida do indivíduo pode redimensionar a memória para outras percepções e patamares, não sendo cristalizada; mas um arquivo vivo. É a partir dessa premissa que o historiador deve partir para construção de uma narrativa, a fim de compreender que as memórias não são estáticas nem representam uma gravação exata do passado.

Para melhor compreensão desse dinamismo da memória, é possível elencar inúmeros elementos práticos e do cotidiano da sociedade, nos quais a ressignificação é evidente. Por exemplo: se alguém pergunta a uma pessoa sobre o(a) seu parceiro(a) ou cônjuge é muito provável que, embora tenha diversos defeitos, as suas qualidades sejam ressaltadas, elencando aspectos que considera fundamentais para a sua admiração em relação a outra pessoa. No entanto, se o mesmo questionamento for realizado enquanto vítima de traição amorosa é quase certo que, no calor do momento e em virtude do turbilhão de emoções, seja construído um discurso a respeito do indivíduo que enfatize os seus defeitos, retirando todos os valores ressaltados em momentos anteriores.

Nesse contexto, fica evidente que há um imbricamento entre as emoções e a memória declarada que faz o indivíduo ressignificar completamente a memória construída sobre uma determinada pessoa ou acontecimento. Dessa forma, se um pesquisador coletasse apenas o testemunho de uma das fases de sua vida, iria ter apenas uma das lentes sobre o objeto de estudo, não contemplando – de fato – a memória integral. Por outro lado, como essa percepção é modificada a cada instante, é impossível conseguir dimensionar todas as lentes e facetas da memória, cabendo ao historiador compreender o momento no qual o discurso se insere e as motivações de ordem pessoal, política, ideológica ou sentimental que levaram o testemunhante a declarar determinados significados da memória.

Por essa razão, o documento não tem significado autoevidente, sendo apenas um indício. É o profissional que produz um sentido com os questionamentos realizados em torno do contexto de produção. Tudo se inicia com a memória. O testemunho é a base da História, justamente pelo fato de estar imerso na memória que, por sua vez, torna-se histórica a partir

da questão documental nos arquivos. É dessa consideração que se deve pensar para elaboração da narrativa. A História é filha de uma memória curta e emotiva, sendo fundamental reconhecer esse aspecto e investigar as condições de sua produção.

Essa também é uma das razões que indicam que jamais é papel do historiador se apresentar como juiz da História. O apelo emocional presente nas memórias analisadas é fruto de questões muito particulares e nem sempre é possível dimensionar na totalidade as suas próprias percepções. Tomar partido em prol ou de maneira contrária ao objeto de estudo é não somente ser – em muitos dos casos – anacrônico, mas levar em consideração apenas lentes pontuais que não dimensionam na totalidade o que ocorreu, uma vez que nenhuma memória é pura. Dessa maneira, utilizá-las como alicerce para explicar os sentidos e materializar a narrativa parece o melhor caminho.

O NEOPENTECOSTALISMO COMO FOCO DA ANÁLISE

Em um culto religioso, mesmo que o pesquisador utilize a etnografia, método de observação participante, jamais conseguirá apreender todas as lentes do ambiente, sobretudo porque os discursos proferidos nesses espaços são carregados de emoções particularizantes, nas quais tornam ainda mais complexa a narrativa. A abordagem cultural da História das Religiões, conforme pontua Silva (2011), defende que a religião não pode ser compreendida de maneira isolada, mas encarada como produto histórico e cultural com valores singulares e que pode ser analisada sob diversas perspectivas.

Nesse sentido, a dimensão analítica no universo religioso deve conter o cuidado em não construir um discurso classificatório, ao passo que precisa considerar a historicidade dos fatos religiosos e das instituições envolvidas. Sendo assim, a abordagem deve ser multifacetada, ou seja, colocar em prática o que foi postulado por Ricoeur (2007) no sentido de colocar em prova as memórias declaradas por meio dos testemunhos, através do confronto do maior número possível de perspectivas consolidadas nos rastros do passado.

As instituições religiosas neopentecostais conferem uma forma singular de expressividade e de enxergar o mundo.

Para eles a religião é um elemento relevante em todas as esferas da vida, a sua abrangência se dilata, rompendo as fronteiras e limites estreitos aos quais foi submetida na modernidade” (SIUDA-AMBROZIAK, 2017, p. 124).

Essa perspectiva se sustenta em um discurso de guerra espiritual para expulsar os espíritos malignos e consolidar um regime de bênçãos e prosperidade.

Nessa perspectiva, o imbricamento entre o universo religioso e o político é notório, uma vez que os fiéis associam às figuras religiosas que exercem ou almejam exercer funções políticas como essenciais nesse embate entre bem e mal. A vinculação imagética dos pastores que guiam as pessoas a um bom caminho não é desfeita após uma candidatura de destaque nos poderes executivo ou legislativo. É natural que haja a continuidade dessa associação, na medida que o exercício da prática religiosa deve guiar todas as ações e contextos da sociedade.

O sentido de análise histórica, portanto, deve girar em torno de compreender como essas dinâmicas se constituem, pois existe um abismo entre o que se configura constitucionalmente como Estado laico e o que essas pessoas entendem por interferência de suas crenças no âmbito político. Na medida que o historiador assume o papel de juiz, seleciona o discurso e aponta o indivíduo que proferiu como réu, indicado como responsável pela falência da democracia no Brasil. Isso acaba tornando a narrativa reducionista e deixa de compreender os elementos que interferem diferentemente para a consolidação desse modo de pensar e agir.

Existe uma conjuntura histórica das religiões que contribui para explicar a maneira pela qual os pertencentes a uma determinada denominação pensam. Não analisar os múltiplos contextos e histórias torna a narrativa fora da proposta historiográfica. No caso específico das igrejas neopentecostais, os testemunhos religiosos são fundamentais para a compreensão histórica desse grupo religioso, não como instrumentos classificatórios ou de julgamentos, mas para realizar uma análise mais profunda dos ritos, motivações, perspectivas teológicas e materiais entre outros aspectos.

Segundo Sampaio (2007), o testemunho religioso parte do relato de experiências, em perspectiva didática com relação aos demais fiéis, que reforçam a concepção de que a fé praticada em uma determinada instituição religiosa é capaz de transformar vidas. Nesse sentido, os discursos

proporcionam a possibilidade de firmar imagetivamente o caminho que, necessariamente, deve ser trilhado para obter a prosperidade material e espiritual. Dessa maneira, é possível compreender – transformando em documentos históricos – as maneiras antagônicas de enxergar o mundo que refletem nos âmbitos sociais, políticos e culturais.

No que se refere ao âmbito religioso, o testemunho é fundamental para que as pessoas se sintam pertencentes ao contexto no qual estão inseridas. Isso faz com que haja maior atração de fiéis, posto que há a legitimidade do discurso no momento em que pessoas, que podem estar passando por situações semelhantes a quem recebe a mensagem, relatam que a Igreja foi um vetor essencial para a prosperidade (ALMEIDA & PATRIOTA, 2019, p. 12).

Os testemunhos religiosos proferidos nas igrejas neopentecostais, portanto, são essenciais como objeto de estudo e fonte histórica para a construção de uma narrativa sobre os aspectos institucionais e individuais daqueles que fazem parte desse contexto. As histórias exemplares, sobretudo ligadas à prosperidade material, são enfaticamente veiculadas nesses espaços como forma de legitimar e inspirar outras pessoas, demonstrando que é um local que possibilita a ascensão sob diversos direcionamentos.

Em pesquisa etnográfica realizada em 2019², na Igreja Internacional da Graça de Deus, o pastor (Homem, 38-42 anos) afirmou que “temos que ver o demônio da amarração da prosperidade. Tirar toda macumbaria, feitiçaria e qualquer outro tipo de influência do Diabo que impede a ascensão”. Após o seu discurso, o pastor pediu para as pessoas se levantarem e tocarem na parte do corpo que estava doendo e fez uma oração para tirar o demônio do corpo. Logo após isso, ele pediu para que as pessoas dessem testemunhos de cura. Imediatamente, alguns fiéis se levantaram e relataram que estavam com alguma dor ou doença e que naquele momento da oração foram curados.

Visualizando esse panorama em torno do Diabo, expresso na fala do pastor e reforçado nos testemunhos posteriormente, o indivíduo pode pensar que essas pessoas apenas querem se eximir de suas responsabilidades, culpando essa figura pelos fracassos individuais ou pelas doenças que adquiriram, mas, no trabalho historiográfico, é preciso ir além. Assim,

² Pesquisa etnográfica realizada no dia 04 de maio de 2019, às 07 horas (um sábado), na sede localizada na avenida Cruz Cabugá, 165 - Recife, Pernambuco.

é necessário questionar: o que representa o Diabo e os demônios para esse grupo religioso? Como o indivíduo percebe a igreja como espaço de libertação e prosperidade? Qual é o efeito da convocatória discursiva do líder religioso, bem como dos testemunhos?

O que orienta a investigação do historiador certamente são as perguntas que realiza. Para inúmeras pessoas, essa categoria testemunhal pode corresponder a uma falta de autonomia, alienação ou, até mesmo, é possível questionar a legitimidade do discurso. No entanto, o historiador precisa analisar o contexto de produção, as razões pelas quais foi motivado a realizar determinados discursos – inclusive especificamente com essa construção narrativa –, bem como qual é a importância da igreja em sua construção subjetiva e objetiva enquanto indivíduo. Isso porque não se pode simplesmente produzir rótulos sem a devida explicação e imersão nos documentos históricos, não objetivamente o julgamento.

Outro aspecto fundamental a ser levado em consideração é a perspectiva de percepção que pode ser alterada, conforme pontuaram Montenegro e Guimarães (2020). A resignificação da memória pode permear a história de vida dessas pessoas, modificando a perspectiva sobre sua trajetória após o momento de proferir o discurso na igreja. Desse modo, é preciso entender que quando o testemunho religioso é transformado para testemunho histórico, deve-se considerar não como estático, mas passível de mudança de sentido caso o mesmo indivíduo discursar em um outro momento. Talvez ele compreenda a sua história com relação à igreja da mesma maneira, mas é natural que haja nova interpretação sobre os acontecimentos e sua percepção em relação a estes. Por essa razão, é interessante que haja o cruzamento de fontes produzidas pelas mesmas pessoas em tempos diferentes, abordando os mesmos acontecimentos.

Do ponto de vista metodológico, o historiador pode se valer da etnografia, possibilitando perceber a imersão do testemunho religioso no momento no qual foi convocado e, posteriormente, realizar uma entrevista, a fim de dimensionar a percepção do indivíduo em outro momento. O exercício desse percurso viabiliza, nesse caso, contemplar uma maior dimensão das memórias coletivas e, sobretudo, individuais dos participantes das agências religiosas que são objetos dessa pesquisa histórica.

METODOLOGIA

O percurso metodológico para materialização deste trabalho partiu, *a priori*, das reflexões realizadas a partir das discussões suscitadas na disciplina de Teoria e Metodologia da História, ofertada no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Ademais, para a realização desta pesquisa, foi materializada uma pesquisa qualitativa por intermédio de um levantamento bibliográfico, utilizando conceitos e discussões presentes em obras já publicadas por outros autores.

Nesse sentido, pretendeu-se consolidar um método científico de procedimentos intelectuais e técnicos, cuja finalidade é atingir uma percepção do conhecimento de um determinado campo de estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para isso, foram analisadas obras em torno da teoria e metodologia da História, da memória, do testemunho e do neopentecostalismo, a fim de investigar o papel do historiador na narrativa. Por fim, foram utilizados os dados etnográficos coletados durante a iniciação científica realizada em 2019, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco.

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados apresentados e na discussão teórica e conceitual, pode-se compreender que o trabalho do historiador gira em torno do questionamento e cruzamento das fontes históricas. Essa análise deve ser no sentido de compreender o objeto de estudo e não se colocar no papel de juiz ou advogado do passado. Nessa perspectiva, para fazer uma História multifacetada é preciso utilizar uma multiplicidade de documentos, documentos estes que apenas podem ser intitulados dessa maneira na medida em que o historiador transforma efetivamente a partir de um olhar crítico dos textos.

Além disso, não se pode acreditar cegamente nos discursos, é preciso questioná-los e colocar em prova o próprio documento, confrontando com outros que versam sobre o mesmo contexto. Dessa maneira, também é imprescindível buscar uma diversidade de fontes (jornais, vídeos, imagens, testemunhos orais e entre outras), a fim de contemplar o maior número de perspectivas sobre o mesmo objetivo e fazer a validação do que é analisado.

É essencial ter em mente que o que o historiador produz não é a materialização exata do que aconteceu, mas uma narrativa que para ser concretizada é necessário que se façam escolhas. Essas seleções já demarcam um posicionamento que instrumentaliza a História, uma vez que não há imparcialidade no discurso e todos partem de questões particulares e ideológicas no presente. A busca incessante por uma História neutra está fadada ao fracasso. O que se delimita neste trabalho é que quem faz a História, não pode projetar suas concepções e expectativas do tempo presente com a finalidade de fazer um julgamento anacrônico de acontecimentos do passado, ainda que recente.

No campo da História das Religiões correspondentes ao tempo presente, como é o caso do neopentecostalismo, o procedimento investigativo deve ser em torno de analisar as dinâmicas e os impactos sociais, culturais, políticos e econômicos, e não em perspectiva classificatória. Embora sejam compreensões muito próximas ao tempo da narrativa, ainda não é papel da narrativa histórica taxar ou julgar os credos e os indivíduos que fazem parte das instituições religiosas.

Nesse sentido, compreender a complexidade da memória é extremamente necessário para o fazer historiográfico, uma vez que a narrativa depende diretamente desse elemento. Isso reflete diretamente no entendimento dos testemunhos, fundamentais para o trabalho do historiador. A grande questão é reconhecer o amplo processo de (re)significação das memórias e o imbricamento com as percepções sensoriais e emotivas, conferindo múltiplas maneiras singulares de expressividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do que foi exposto, é imprescindível observar a necessidade de discutir o papel do historiador frente às problemáticas inerentes ao trabalho historiográfico. Nesse sentido, a maior finalidade deste trabalho girou em torno de destacar que as ações realizadas por esse profissional não promovem a anunciação da verdade sobre o passado e muito menos devem julgar indivíduos e sociedades que possuíam o pensamento coletivo e/ou individual de seus respectivos tempos históricos. Desse modo, não se deve projetar concepções do presente para o passado de maneira anacrônica ou mesmo realizar juízos de valor orientados por princípios particulares.

Nessa perspectiva, a narrativa histórica deve ser multifacetada, isto é, a análise deve buscar contemplar o maior número de abordagens, fontes, sentidos e visões de mundo, a fim de ampliar ao máximo as possibilidades de investigar os rastros do passado de maneira coerente e plural. No campo da História das Religiões, os testemunhos religiosos são fundamentais para compreender as instituições e seus inúmeros impactos na sociedade. É válido salientar que o objetivo classificatório jamais deve ser classificatório.

Durante a análise dos discursos, o mérito da questão – por exemplo – não é meramente julgar se os problemas dos fiéis de uma determinada igreja são ou não consequência das ações do Diabo, mas investigar qual é a concepção desse ser para o grupo religioso, o porquê de tal entendimento e quais as consequências disso para o contexto social. Dessa forma, é possível caminhar para abordagens historiográficas que vão além dos julgamentos. Ademais, é necessário elencar – durante a imersão nos discursos – que a memória não é pura, uma vez que sofre a influência direta das emoções. Nesse sentido, pode ser resignificada, atribuindo uma nova percepção sobre o mesmo fato e/ou acontecimento. Cabe ao historiador, portanto, fazer essas considerações no momento de construção da narrativa, a fim de demarcar os contextos de produção documentais, não se colocando como juiz nem advogado do Diabo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. P. C.; PATRIOTA, K. R. M. P. **A Capacidade Persuasória dos Testemunhos Religiosos**. Belém, Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019.

BLOCH, M.. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

DELEUZE, G.. **Proust e os signos**. 2.ed. trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M.. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MONTENEGRO, A.; GUIMARÃES NETO, R. B.. **Testemunho, Narrativa e Historiografia**. In: AMORIM, Helder; CABRAL, Flavio; CESAR, Tiago; CUNHA, Diogo (Org.). **História em Debate: cultura, intelectuais e poder**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICOEUR, P.. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAMPAIO, C. A. M.. **“Remido pelo Espírito”, no Comando da Vida: trajetórias de líderes pentecostais em uma favela carioca**. Orientadora: Clara Mafra. 2007. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, E.M.. **Entre Religião, Cultura e História: a Escola Italiana das religiões**. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 225-234. 2011.

SIUDA-AMBROZIAK, R.. **Religião e Estado no Brasil Contemporâneo: os processos da (neo)pentecostalização**. In: Katarzyna Krzywicka, Renata Siuda-Ambroziak. (Org.). *Religião y política en América Latina*. 1ed.Lublin: UMCS, p. 109-136, 2017.

VEYNE, P.. **Como se Escreve a História**; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CAPÍTULO 2

“DESTACAR E PÔR DO AVESSO”: ENSAIO DA CONDIÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO DO CALDEIRÃO – CE, NA IMPRENSA, EM IDOS DE 1930

Anderson da Silva Felix¹

INTRODUÇÃO

“Destacar e pôr do avesso”: ensaio da condição histórica do espaço do Caldeirão na imprensa é uma reflexão epistemológica possível graças ao redimensionamento da historiografia no decorrer do século XX, ao qual podemos conduzir o olhar sobre objetos silenciados e ofuscados pela historiografia tradicional, novos mundos agora são possíveis de serem contemplados e analisados.² Dentro desse novo universo pesquisável, encontram-se a Romaria das Comunidades ao Caldeirão do beato José Lourenço, realizado na zona rural do município do Crato – CE.

Neste prisma, iremos nos guiar pelos pressupostos da chamada História Cultural que, segundo Peter Burke, não é um monopólio no campo historiográfico. Ela é “multidisciplinar, bem como interdisciplinar”, ou seja, os objetos mobilizados estão intrinsecamente relacionados às produções de agentes ou veículos institucionais, bem como às reproduções geradas pelos

1 Mestrando em História na Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, anderson.asf@ufpe.br.

2 LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História** – novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

sujeitos receptores. Começa em diversos lugares e em relações cotidianas, o que significa dizer que pode ser analisada nos meios intelectuais, como a academia, mas também pode ser problematizada nas ações marginalizadas.³

Dentro dessa perspectiva, examinando dimensões culturais de uma sociedade, acreditamos que é necessário refletirmos sobre a condição histórica do espaço do Caldeirão na imprensa na década de 1930, no intuito de compreender os caminhos possíveis que levaram a festividade da Romaria das Comunidades, em 1999. Entendendo as mudanças no olhar sobre o espaço da Santa Cruz, redirecionamos as demandas da pesquisa da dissertação, haja vista que para problematizar as reproduções dos(as) romeiros(as), precisamos compreender os conflitos postos nesse jogo de poderes.

Observa-se, assim, passos daqui, ali e acolá percorrendo a chapada do Araripe.⁴ Seja no sopé ou na ponta da serra, caminham e se cruzam perto da bacia de água que dá nome ao lugar – o Caldeirão. Os passos são de homens e mulheres que carregam imbricadas em si e no entrecruzar-se, experiências de tempos, espaços e memórias. Como saem de suas casas no último domingo do mês de setembro para as comemorações ritualizadas são conhecidos como romeiros e romeiras da Romaria das Comunidades ao Caldeirão.

A Romaria é uma festividade religiosa Católica, realizada desde o ano de 1999 no sítio do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, na zona rural do município do Crato - CE. A celebração é um tipo de ritual em memória dos comunitários da Santa Cruz que morreram no conflito, em idos de 1936-37, instaurado no interior do Ceará. A atividade tinha como objetivo desestruturar a comunidade e o seu principal líder, o beato José Lourenço, sob alegações de serem um núcleo comunista e uma seita de fanáticos. Os fatos apresentam o massacre e o apagamento dos comunitários até os anos de 1980.

Nas diversas análises possíveis no campo histórico cultural, destacaremos encontros de mundo, de produções e reproduções, de relações cruzadas, objetos, espaços, temporalidades, memórias e histórias

3 BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 114.

4 A Chapada do Araripe é um acidente geográfico e sítio paleontológico localizado na divisa dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, no Brasil. Nesse artigo abordará como ponto referencial a cidade do Crato – CE.

imbrincadas das comunidades aos comunitários do Caldeirão. Os Sem-Terra⁵ foram uns dos que reivindicaram a memória do lugar no seu processo de ocupar, construir e instalar a reforma agrária popular no Cariri cearense.⁶ Conforme entrevista realizada em outra pesquisa⁷ com um jovem de 15 anos do Assentamento 10 de Abril, ao ser indagado sobre o processo de formação da comunidade rural, o jovem respondeu:

Quando eles chegaram eles foram massacrado pelos avião e o governo mandou ele. Eles ir para o ExproCrato. Foram muito xingado pelo Crato e voltaram para o Caldeirão e chegaram depois do Caldeirão veio para onde hoje e Assentamento 10 de Abril.⁸

Notem que as histórias se cruzam na memória do jovem de 15 anos. Não foi o assentamento que foi “massacrado pelos avião”, mas a comunidade do Caldeirão.⁹ Certamente, a narrativa presente em sua fala é fruto da tradição oral, uma vez que o processo de luta da comunidade do 10 de Abril foi no início dos anos de 1990, e o jovem provavelmente nasceu entre 2005 e 2006. Dessa forma, temos muito possivelmente em outros homens e mulheres cruzamentos entre as histórias de ontem e da memória coletiva.¹⁰

5 Referência a militância do Movimento das/os Trabalhadoras/res Sem Terra - MST.

6 Para compreendermos o conceito de reforma agrária popular recorreremos aos seus idealizadores, o MST, sendo segundo o movimento: “A realidade impôs a necessidade de atualizar a luta pela reforma agrária. Desta forma, o conceito de reforma agrária clássica passa a ser substituído pelo conceito da reforma agrária popular, que agora traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária”. Pesquisar em: **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?**. MST.org.br, 2001. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

7 FELIX, Anderson da Silva. **Memória, espaços e a formação do sujeito Sem-Terra na juventude do Assentamento 10 de Abril – Crato-CE**. Orientadora: Ana Roberta Duarte Piancó. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Universidade Regional do Cariri - URCA, Crato, 2021. Disponível: repositório da Biblioteca central da URCA.

8 Ibidem, p. 13. Testemunho de um jovem de 15 anos do Assentamento 10 de Abril.

9 GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. **A destruição da terra sem males: o conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto**. Revista USP. Brasil, Universidade de São Paulo, Coordenadoria de Atividades Culturais, 2009. p. 64. Nesse artigo o autor destaca que as terras do Caldeirão: “Foram bombardeados por dois aviões da Força Aérea Brasileira, apoiada por duzentos soldados, morreram sem saber a causa. Não tiveram nenhuma chance de defesa”.

10 POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Tradução de Dora Rocha

A dinâmica se repete na 4ª festividade religiosa, em 2003, quando a fala do padre Vileci Vidal nos apresenta algo próximo:

Assim como o beato Zé Lourenço valorizou a oração e o trabalho, somos estimulados por esta mística a recuperar a espiritualidade da terra, também lutando pela não privatização da água, pela preservação do meio ambiente, garantindo a biodiversidade do planeta [...] ¹¹

Assim, percebemos, ao longo de outros trabalhos acadêmicos, a necessidade de estudar a Romaria das Comunidades ao Caldeirão como um fenômeno religioso. E como tal, levantam-se algumas questões problemáticas quando analisada no campo historiográfico cultural. Conforme Eliane Moura Silva, religiões são “dispositivos de representação de grande força e eficácia, uma dimensão das representações culturais do mundo, estando sujeitas, portanto, a mudanças”,¹² conduzindo-nos a algumas observações cruciais para o estudo de fenômenos religiosos. Analisando o mesmo não como fruto do vazio, mas um inter-relacionar-se dinâmico com práticas cotidianas dos sujeitos – percebendo práticas religiosas diversas no mesmo mundo religioso – e, por conseguinte, relações de poderes entre o ortodoxo e o ordinário.

Partindo dessa compreensão, buscamos problematizar na pesquisa de dissertação em andamento o processo dinâmico que envolve a análise das mudanças de posicionamento da Igreja enquanto instituição ortodoxa e o que a teria levado à construção da Romaria, em 1999, se anteriormente ela foi uma das perseguidoras do Caldeirão no conflito de 1936-37. Procuramos perceber as reproduções das(os) romeiras(os) em contato com as produções sobre a comunidade, numa análise sobre as continuidades ou rupturas das práticas entre estes e aqueles.

A Romaria é pesquisada nesse campo narrativo que se desencadeou ao longo do tempo como um instrumento de luta, uma possível contra narrativa, mas que em sua configuração, mundos são cruzados, falas são

Flaksman. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

11 Diário do Nordeste. **Romaria do Caldeirão atrai multidão**. 2003. Para ler a matéria completa, acessar: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/romaria-do-caldeirao-atrai-multidao-1.585336>

12 SILVA, Eliane Moura. O fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas. In.: SILVA, Eliane Moura; RENDERS, Helmut; CAMPOS, Leonildo Silveira [org.]. **O estudo das religiões: entre a história, a cultura e a comunicação**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014. p.15.

reivindicadas e a normatividade é golpeada por práticas cotidianas de diversos sujeitos¹³. O festejo religioso tem sons, ritmos, marcações, louvores, pregações, discursos, comidas, cheiros, brincadeiras, organizações do cotidiano, projeções futuras e releituras do passado¹⁴.

Nesse ensaio, no entanto, recortamos uma parte do objeto. Assim, a pesquisa só foi possível como apresentamos no quadro teórico-metodológico graças ao “método indiciário”, o qual nos permite fazer um entrecruzamento das fontes jornalísticas com a metodologia da História Oral e, assim, vislumbrar rastros imperceptíveis em uma leitura tradicional dos documentos. A base teórica é guiada pelos pressupostos desenvolvidos por Michel de Certeau na análise das táticas que “golpeiam” o cotidiano.¹⁵ Nesse sentido, fazemos um entrelaçamento dos testemunhos orais com a narrativa dita oficial, materializadas pela imprensa. São analisadas as produções veiculadas principalmente pelos jornais O Povo e a Razão, escolhidos tanto por serem do Ceará e estarem circulando no recorte temporal (anos de 1930) e, principalmente, por terem direções editoriais diretamente envolvidas com o conflito no Caldeirão.¹⁶

Partindo desse pressuposto, organizamos este artigo dividindo-o em duas partes: a primeira, “Antes de 1926 “do lugar ao espaço” – a gênese do Caldeirão”, versa sobre os acontecimentos que desaguaram na comunidade da Santa Cruz. Levantamos questões que nos ajudam a compreender por que o Caldeirão não foi notícia nas matérias dos jornais até o ano de 1934. Dialogamos com a teoria de Michel de Certeau sobre a noção de “lugar” e “espaço”, e sobre como o Caldeirão que não era da Santa Cruz passa por esse processo de “lugar mítico” ao “espaço habitado”.¹⁷

Na segunda parte, intitulada “Anos 1930 e a ‘boa imprensa’ – o

13 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

14 Para compreender esta discussão ver o capítulo 14, “Espaços de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas na obra: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

15 Op. Cit.

16 Estudo detalhado do posicionamento do jornal O Povo e o conflito no Caldeirão podem ser analisados na dissertação: ALMEIDA, Maria Isabel Medeiros. **Memória e História**: O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na Narrativa Histórica. 1. ed. Saarbrücken: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2014. v.1. 156p.

17 Op. Cit. p. 184.

poder narrativo”, iniciamos uma discussão da noção de tempo com base em Marc Bloch para compreendermos a dinâmica temporal dos anos 1930.¹⁸ Destacamos, a partir dos estudos de Maria das Graças Ataíde de Almeida, os jornais impressos enquanto um poder narrativo no governo Vargas, no período de 1930-1945, época turbulenta não só na política nacional, mas no cotidiano do Caldeirão. A comunidade, através dos periódicos, vê seu espaço ser reconfigurado no imaginário social, levando a pesquisas anteriores; e passa a acreditar no poder coercitivo da imprensa nesse recorte temporal.¹⁹

Observamos o massacre ao Caldeirão sendo validado pelas fontes jornalísticas, mas antes, discorremos sobre os possíveis caminhos que levaram a essa trama e à mudança na condição histórica do espaço que perdurou pelas décadas seguintes. Ainda apresentamos uma discussão teórica com base nos estudos do historiador Jacques Le Goff sobre memória, na busca de entender o apagamento da comunidade do Caldeirão nas folhas de jornais, e por extensão, o esquecimento na sociedade em geral até o início dos anos de 1980.²⁰

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Destacar e pôr do avesso” as narrativas que remodelaram a condição histórica do espaço do Caldeirão só é possível em diálogo com autores, cujas reflexões teóricas norteiam-se com demandas da História Cultural. Nesse estudo em especial, as acepções empreendidas pelo historiador Michel de Certeau mobilizou instrumentos analíticos para compreender conceitos, como: espaço e memória, captados pela lógica dos sujeitos ordinários e reproduzidos em artes de fazer, práticas, táticas, ações do cotidiano que

18 BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

19 ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

20 LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 7ª Ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. A partir dos anos 1980, começaram a surgir uma série de trabalhos sobre a temática, sobretudo, elaborados por Cláudio Aguiar e Francisco Régis Lopes Ramos. Cf.: AGUIAR, Cláudio. **Caldeirão** (romance). Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1982; RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades**. Fortaleza, Instituto Frei Tito de Alencar/Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2001.

“golpeiam” a ordem estabelecida.²¹

No campo teórico da historiografia, desenvolve-se um outro olhar, análogo e contrário, ao de Michel de Certeau, a partir do conhecimento dos estudos disciplinares, de poderes, de redes da “vigilância”, sobretudo a partir das obras de Michel Foucault.²² As discussões teóricas dos historiadores franceses são próximas, pois analisam as operações “microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano”²³ e, ao mesmo tempo, contrárias, pois,

[...] por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”²⁴

Surge na historiografia uma análise investigativa sobre os modos de proceder dos sujeitos ordinários, as táticas astuciosas de reorganizar as informações e/ou produtos que chegam a eles no intuito de sobreviver a “vigilância”, uma rede de antidisciplina. Práticas cotidianas, como reavaliar os alimentos necessários para o almoço na mercearia, trocando o tradicional pelo mais barato, mas que possa suprir as necessidades planejadas; ou mais complexas como a proposta da pesquisa de dissertação, onde trocamos ou ampliaremos a aplicabilidade da ideia de consumo, a partir dos discursos e simbologias que chegam a esses romeiros seja por meio da narrativa da imprensa seja pelas falas enunciadas na Romaria.

A proposta é analisar as produções mobilizadas sobre o espaço do Caldeirão na imprensa, no intuito de melhor capturar, no decorrer da

21 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

22 Michel Foucault revolucionou a maneira analisar o termo poder, tirando do pedestal da centralidade e homogeneidade de uma instituição ou pessoa “poderosa” e realocando nas dinâmicas sociais no complexo campo de relacionamento. Para Foucault o poder é, ou melhor, são relações de poderes, não totalmente centralizado e definitivamente não homogêneo. E nesse prisma surge outras abordagens teóricas como a de Michel de Certeau. Cf. obras como: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014; Idem. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

23 Op. Cit. p. 41.

24 Ibidem. p. 41.

pesquisa da dissertação, como essas chegaram aos romeiros e às reproduções que se originam nesse contato. Além disso, busca-se compreender, também, como usam o espaço do Caldeirão, problematizando a partir do lugar que ocupam na Romaria, seja os agentes organizadores seja os homens e mulheres romeiros. Essas inquietações são centrais para compreender a Romaria das Comunidades ao Caldeirão.

Dado o primeiro passo teórico, Certeau nos apresenta reflexões dos conceitos de espaço e memória, e como são reproduzidos pelos sujeitos ordinários, aqueles que estão nas margens da sociedade, os excluídos das instituições de poder. No entanto, quando analisamos o poder como uma relação, esses sujeitos são agentes mobilizadores de poderes a partir de suas práticas cotidianas. Como observou o pesquisador, o “espaço” é compreendido

[...] sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidades e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de moveis. [...] Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.²⁵

A partir dessa noção conceitual, analisamos o espaço na narrativa desenvolvida pelo jornal O Povo e a Razão, entre os anos de 1934-1937. Aqui, percebemos o tempo a serviço do espaço, ou melhor, das experiências, acontecimentos, operações, práticas internas e externas ao espaço sendo imposta a este. Sendo assim, problematizaremos como as matérias produzidas mobilizaram, nas linhas e nas entrelinhas, o entrecruzamento de acontecimentos passados incessantemente de acordo com as necessidades estabelecidas. Essas operações são inseridas na dinâmica da formação espacial do Caldeirão fora da curva linear da cronologia.

Para compreendermos esse fato, recorreremos à noção de memória, não somente como instrumento psíquico-social que mobiliza experiências de tempos alhures como bem delimitou Certeau²⁶, mas, sobretudo, àquelas correlata ao mundo Católico. Assim, estabelecemos um diálogo estreito com o historiador Jacques Le Goff sobre o que ele identificou como memória cristianizada, onde a Igreja Católica se tornou não somente a religião

25 Ibidem. p. 184.

26 Ibidem. p. 151.

dominante, mas expandiu sua influência ideológica no domínio intelectual, em idos da época Medieval no ocidente. Le Goff capta o momento que o Cristianismo se apodera da memória e da mnemotécnica, e nesse interim, foi instituído uma “memória dos mortos, principalmente dos santos”.²⁷ Como os mortos do Caldeirão eram “fanáticos” e “comunistas”, supomos, com base na teoria de Le Goff, que não restaria memória, estabelecendo-se, com isso, um apagamento.

Para entendemos os motivos pelos quais levaram à produção narrativa por meio da imprensa que (re)significou o espaço do Caldeirão de acordo com o tempo histórico-cultural, partimos em busca dos fios, rastros, dados marginalizados por outros fatos, fontes ou abordagens, visualizando novos problemas em velhas fontes. Tomando como base o processo investigativo que busca analisar os “indícios imperceptíveis para maioria”²⁸, em que as coisas não são necessariamente só coincidência, Carlo Ginzburg (historiador dos indícios, um caçador por profissão) não se contenta com os dados expostos na superfície e nos estimula a buscar os fios nas entrelinhas, isto é, na profundidade não exposta, para melhor analisar e compreender que pode não ser só coincidência. Algo externo é mobilizado propositalmente e é esse algo, móveis, operações mobilizadoras que buscamos na narrativa produzida pela imprensa.²⁹

Mesmo elegendando as matérias produzidas pela imprensa para compreender a condição histórica do espaço do Caldeirão, estabelecemos diálogos com outras fontes e bibliografias, haja vista que só foi possível indagar essas mudanças impostas ao espaço a partir do olhar das reproduções dos sujeitos afetados direta ou indiretamente, como o testemunho do jovem do Assentamento 10 de Abril e a fala do padre Vileci Vidal.

O ponto de partida para esse ensaio foi norteador pelas brechas surgidas até aqui na pesquisa de dissertação: como analisar as reproduções sem estudar as produções? E quais mobilizações foram instrumentos norteadores das produções? Foi assim que fizemos um levantamento virtual na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional,³⁰ portal

27 LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 7ª Ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p.405.

28 GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989. p. 145.

29 Ibidem. p. 146.

30 Plataforma digital ofertada pela Fundação Biblioteca Nacional onde “oferece aos seus

que permite pesquisar desde os primeiros periódicos nacionais do século XIX, a jornais extintos no decorrer do século XX. Além dessa oportunidade de se trabalhar com periódicos diversos, em diferentes tempos-espacos, a plataforma possibilita um acesso dinâmico, prático e simplificado na pesquisa, onde delimitamos a busca em algumas palavras chave: o beato José Lourenço, o Caldeirão da Santa Cruz e o tenente José Góis.

Após esse processo de pesquisa virtual, organizamos as matérias em períodos, em estado de origem e teor informativo, escolhendo, para esse ensaio, matérias dos jornais O Povo e a Razão. Depois da catalogação, iniciamos uma análise com base nas discussões teóricas apresentadas anteriormente, sempre atento aos pontos não explícitos nas narrativas, mas perceptíveis quando investigadas no olhar dentro, nos rastros, na profundidade, nas frestas ofuscadas. Não tomando somente como coincidência ou dados aleatoriamente, destacamos as matérias e fizemos uma leitura também do avesso. O resultado é instigante e provocativo.

Antes de 1926 “do lugar ao espaço” – a gênese do Caldeirão

O Cariri cearense “é um oásis”, pelo menos é o discurso presente em narrativas de políticos do Ceará desde o século XIX, como o de Antônio Pinto em sessão a Assembleia Legislativa, em 1882:

Toda a província é seca, quando os invernos são regulares o terreno é fertilíssimo e tudo produz muito bem, mas quando não chove todo o terreno é estéril, à exceção da serra de Baturité e do valle do Crato, verdadeiros oásis colocados pela providencia no centro daquele sólo abrasado e árido.³¹

Nesse lugar de solo atrasado e árido, surge, no Crato e nas redondezas em torno da chapada do Araripe, o espaço de estar “em paz com tudo em torno”.³² Nada mais propício para sustentar discursos vindouros sobre a

usuários a HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas” Cf.: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

31 PINTO apud. REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez; IRFFI, Ana Sara Cortez. **A ferrovia e o vale do Cariri**: usos e discursos sobre a construção da estrada de ferro no sul do Ceará. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 175–199, 2000. p. 185.

32 GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Livraria Itatiaia Editora, 1975.

providência divina naquele lugar. Entre fábulas e fatos conhecidos pela historiografia, observamos o Cariri cearense como esse espaço encontrado do outrora perdido jardim do Éden na terra. É na passagem do século XIX para o XX, que esse encontro do homem com o pedaço do céu até então abençoado nos aspectos naturalistas ganha destaque no campo religioso. Entram em cena o Padre Cícero e a hóstia transmutada em sangue na boca da Beata Maria de Araújo, o famoso milagre do então “Joazeiro”.³³

Trago essas preliminares para compreendermos a gênese do Caldeirão, buscando fugir da cilada dos mitos das origens, caro a qualquer pesquisa historiográfica. Sendo assim, percorremos um caminho dinâmico. Ao passo que Juazeiro crescia substancialmente com romeiros vindos dos mais distantes sertões nordestinos em busca de saciar a fome da alma e do corpo, também necessitava, segundo José Figueiredo Brito, escoar toda essa

[...] gente paupérrima e não havendo em Juazeiro trabalho para todos, o padre encaminhou muitos romeiros para os campos inexplorados do Cariri, particularmente para a Serra do Araripe e de São Pedro, recomendando-lhes que aforassem, arrendassem e comprassem aquelas terras e ali vivessem sob sua proteção espiritual.³⁴

Uma dessas terras arrendadas foi o sítio Baixa Danta, localizado na zona rural do município do Crato, pelo então jovem negro, pobre, paraibano José Lourenço Gomes da Silva, o qual foi a Juazeiro encontrar sua família e por aquelas terras ficou.³⁵ José Lourenço era agricultor dos mais sabidos e junto a sua família coordenaram o referido sítio. No entanto, além de ser um homem da terra, também tinha espírito bondoso e aprenderá a ter como a maioria dos sertanejos e perante

(Original: 1846). p.150.

33 Não cabendo aqui discutir as tramas políticas e religiosas do Juazeiro e o milagre da hóstia fica como sugestão consultar: DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985; NOBRE, Edianne. **Incêndios da alma: a beata Maria de Araújo e o milagre de Juazeiro – Brasil, Século XIX**. Editora Multifoco: RJ, 2016.

34 BRITO apud RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades**. Fortaleza, Instituto Frei Tito de Alencar/ Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2001. p.33.

35 Para maiores informações sobre a vida de José Lourenço antes de chegar ao Juazeiro do Norte, conferir a obra: AGUIAR, Cláudio. **Caldeirão** (romance). Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1982.

[...] seu espírito bondoso, sua casa começa a ficar rodeada de outras moradias, feitas e habitadas por despossuídos. Lá, encontraram um canto para viver do cultivo da terra. É o início da formação de uma pequena comunidade de camponeses.³⁶

Ainda não era beato de profissão, mas penitente das noites até um tempo depois de chegar ao Baixa Danta, e logo depois seguindo as ordens do padre Cícero, rompeu com a prática e vestiu as características de beato – “[...] fazer voto de castidade (pelo menos aparentemente), ser caridoso, dedicar-se às orações, ensinar orações, dar conselhos de acordo com os princípios do cristianismo e usar trajes característicos”.³⁷ Sendo assim, não é estranho que os acontecimentos ocorridos em Juazeiro se entrecruzem com a vida de José Lourenço.

Vejam os fatos da sedição de Juazeiro, em 1914. Nessa trama política do pequeno povoado comparado a sua oponente, a capital Fortaleza, buscava, sob a liderança do deputado Floro Bartolomeu, libertar e restabelecer a ordem e o poder do coronel Nogueira Acioly, “usurpados” pelo “tirano” da nova oligarquia Franco Rabelo imposta pelo Governo Federal. A “cidade Santa” estava em guerra e o seu exército em apoio ao padre Cícero foi formado por romeiros que estavam ali residindo, entre esses, os comunitários do Baixa Danta. José Lourenço não participou diretamente, mas foi a Juazeiro apoiar o seu guia, e nesse interim, a cidade triunfou, mas o beato não acompanhou sua lavoura e acabou a perdendo. Dessa forma, teve que recomeçar.³⁸

Recomeçar era uma prática bem conhecida do José Lourenço e das pessoas que seguiam seus conselhos. Parece sina – o beato não tem paz –, mas não fruto de suas atividades ou dos seus. Tempos depois, ainda em Baixa Danta, chega ao sítio um boi doado pelo padre Cícero, o pároco sabia que no local o animal seria bem cuidado. Mas no “mundo encantado”, como o Cariri, tudo pode ser motivo de “disse-me-disse” e, assim, após um período sendo bem tratado, o Mansinho, como ficou conhecido o animal presenteado pelo sacerdote, é alvo de narrativas inescrupulosas.

Inicia-se boatos que estavam adorando um boi no sítio Baixa

36 Op. Cit. p. 45.

37 Ibidem. p.47.

38 A Sedição de Juazeiro ou revolta de 1914 foi retratada na obra: CAMURÇA, Marcelo. **Marretas, Molambudos e Rabelistas** – A revolta de 1914 no Juazeiro. São Paulo, Maltese, 1994.

Danta. O caso não demorou a chegar nos ouvidos da elite, em especial, da capital e do alto clero Católico que estavam em processo de normatização e de romanização. A suposta prática ritualizada sobre o animal era uma atividade altamente perigosa e desviante da fé Cristã, uma verdadeira ação de “fanáticos”, devendo, os sujeitos, serem punidos severamente.

Quando o deputado Floro Bartolomeu, político eleito por aquela localidade e que lutava veementemente para a cidade de Juazeiro não ser associada à ideia de fanatismo pela mídia e pelos seus pares, fica sabendo sobre o suposto caso do “Mansinho”, manda prender o beato José Lourenço. Não porque era um católico fervoroso, mas não suportaria a ideia de ser o político de fanáticos, e também não poderia deixar recair quaisquer respingos no seu principal protetor político, o padre Cícero.³⁹

Iniciou-se uma correlação de fanatismo ao beato, tanto por intelectuais positivistas do período, como Lourenço Filho, como pela imprensa mesmo que ligeiramente.⁴⁰ José Lourenço permaneceu no Baixa Danta pouco tempo depois do ocorrido quando o dono do sítio vendeu e o comprador exigiu a posse de imediato das terras. O conselheiro religioso e tantas outras pessoas que estavam sem lugar. O único que poderia ajudar era o padre Cícero que, em 1926, encaminhou homens e mulheres sob a liderança do José Lourenço ao “Caldeirão dos Jesuítas”.

O Caldeirão era dos “Jesuítas”, pelos menos é o que diz o mito fundador⁴¹ forte na tradição oral, conforme pesquisa do historiador Régis Lopes com os remanescentes da comunidade, por meio da qual conseguiu observar a presença dessa origem mítica. Segundo relato do senhor Alípio Gomes, o padre Cícero tinha mandado o beato construir um pilar “lá aonde

39 O beato ficou 17 dias na prisão, até o padre Cícero ficar sabendo e mandar solta-lo. Cf. no capítulo, “Baixa Danta” da obra: RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão**: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza, Instituto Frei Tito de Alencar/Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2001.

40 É bom salientar que as notícias sobre o “Boi Santo” e o fanatismo do beato não teve tanta repercussão na imprensa por dois possíveis motivos: primeiro, Floro Bartolomeu tentou apagar da história do Juazeiro fatos tidos como fanáticos, mesmo que isso protegesse o beato, e segundo, acredito, que o próprio padre Cícero suprimia a atenção da imprensa. Para saber mais do fato do “Boi Santo” consultar: LOURENÇO FILHO, Manoel B. **Juazeiro e o Pe. Cícero**. Ed. Comp. Melhoramentos de S. Paulo, s/d.

41 Na obra: ORLANDI, Eni. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3 edição. Campinas, SP: 2003. p.13. A autora problematiza o ponto de origem de um discurso fundador, para Eni Orlandi, “ele (discurso fundador) cria uma nova tradição. Ele ressignifica o que veio antes e institui aí uma memória outra”.

morrero uns padre jesuíta, tá com 250 ano”.⁴² Do lugar mítico nascia, em 1926, o espaço habitado. O Caldeirão agora seria da Santa Cruz do Deserto.

Inicia-se uma produção do espaço. Para compreendemos esse desdobramento perceptivo do Caldeirão, é importante destacarmos uma distinção essencial entre “espaços” e “lugares”, elaboradas por Michel de Certeau. Um lugar “é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. Já o espaço é compreendido no plano existencial, no cruzamento de móveis, efeitos por assim dizer, “produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”.⁴³

Nesse leque teórico e tendo em vista as discussões ora apresentadas, podemos analisar essa passagem de lugar ao espaço do Caldeirão no cruzamento móveis de sujeitos crentes em transformar um local geograficamente acidentado, conforme o testemunho do senhor João Silva: “O trabalho das roças, às vezes, ficava longe (das casas) ... Lá o que eu achava mais ruim era subir aquelas ladeiras. Ave Maria! O Caldeirão era um local de penitência [...]”.⁴⁴

Em síntese, o Caldeirão seria esse espaço em penitência um *habitat*, bem próximo ao entendimento ecológico, das circunstâncias físicas e geográficas que possibilitam as condições favoráveis à vida. No entanto, para os comunitários, esse *habitat* era um espaço em santificação, ou seja, os preceitos de fé e trabalho garantiriam as condições necessárias tanto para a vida terrena como espiritual. Os preceitos guiaram a comunidade do início ao fim e, no caminho, socorreram as vítimas da seca de 1932 com os excedentes produzidos naquela colheita.⁴⁵

Na Santa Cruz, segundo entrevista de Maria Lourença, “Vivia todo mundo feliz. Feliz que ninguém se lembrava que existia mundo lá fora”.⁴⁶ O “mundo lá fora”, das fronteiras do Caldeirão sabia da sua existência, mas até

42 RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão**: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza, Instituto Frei Tito de Alencar/Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2001. p.60.

43 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 184.

44 Op. Cit. p.62.

45 Ibidem. p. 64.

46 Ibidem. p.71.

meados de 1934 não era um problema complexo como foi Juazeiro e suas lutas políticas e religiosas. Mesmo assim, José Alves de Figueiredo escreveu do Crato, em 12 de maio de 1934, uma matéria para o jornal O Povo (CE).



Fonte: O Povo, José Alves de Figueiredo, Fortaleza – CE, 1934⁴⁷

Na matéria, umas das primeiras que tivemos acesso sobre o Caldeirão antes do conflito (1936-1937), já observamos na escrita de Figueiredo um “tour histórico” da chegada do beato ao lugar dos “Jesuítas”, bem como a transformação do local pedregoso em um espaço de plantações e preces religiosas diversas. No entanto, também observamos os alertas eminentes dos possíveis ataques da “Revolução de 1930” a essa comunidade. Figueiredo construiu uma narrativa que em tempos próximos não seria aceito, uma visão de admiração pelas boas ações que o beato estava fazendo

47 Para melhor visualização foi optado pelo corte do jornal, mas o leitor pode acessar a página completa no site: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763853&pesq=O%20beato%20do%20Caldeir%C3%A3o&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=1>

no Cariri. Até mesmo o próprio veículo O Povo não iria circular, nas décadas seguintes, narrativas próximas aos do autor. Aqui, os veículos de imprensa pouco noticiaram sobre o Caldeirão e o beato. Será devido ao padre Cícero e o Juazeiro serem mais interessantes?

Sabemos que mudanças no Caldeirão não demoraria a chegar e a condição histórica do espaço a partir da imprensa também não. Na segunda metade da década de 1930, acontecimentos de eventos anteriores são introduzidos como agentes mobilizadores da normatividade no corpo social brasileiro. As produções disciplinares, no período Vargasista (1937-1945), como os periódicos, foram utilizadas como instrumentos de doutrinação político. Assim, após a morte do padre Cícero, em 1934, observa-se as matérias jornalísticas mobilizando o olhar da sociedade sobre a comunidade do Caldeirão.

Anos de 1930 e a “boa imprensa” – o poder narrativo

A década de 1930 no Brasil, tempo dos principais acontecimentos envolvendo o Caldeirão, pode ser compreendida, metaforicamente, a partir de um trecho da canção “Arueira” de Geraldo Vandré: “Vim de longe, vou mais longe”,⁴⁸ ou numa perspectiva teórica, o que o historiador francês Marc Bloch, categoricamente evidenciou a partir do provérbio árabe: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”.⁴⁹

Assim, o homem enquanto filho do tempo e produtor de acontecimentos, relaciona-se com esse instrumento de grande valia da historiografia incessantemente. O tempo pode ser compreendido como um tecido, cujos que tem fios que necessariamente não podem ser delimitados com exatidão, seja o início ou o fim, mas o recorte necessário para estudo pesquisado.⁵⁰ Nesse tópico, os anos de 1930 tem uma tessitura temporal longa e complexa. Ele foi ensejado, engendrado, construído por camadas sociopolíticas, econômicas e culturais de fatos de muitos anos antes.

Como fio condutor desse tecido, temos dois inícios que nos ajudam

48 Para maiores informações técnicas, musicais e de conteúdo pesquisar o álbum “Canto Geral” de 1968 de Geraldo Vandré no site: https://www.discogs.com/pt_BR/release/5868322-Geraldo-Vandr%C3%A9-Canto-Geral.

49 BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.60.

50 Ibidem. p.150.

a compreender a normatividade imposta pela Igreja Católica ao seu corpo de fieis. O primeiro com a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889 e, posteriormente, o fim do Padroado, em 07 de janeiro de 1890, por meio do decreto A-119, que nos esclarece uma separação legal, no sentido institucional entre o Estado e a Igreja. Levando o clero católico a pensar e repensar os passos seguintes⁵¹ e conectando-se ao segundo fio condutor, embora surgido antes no Concílio do Vaticano I (1869-1870), que chega ao Brasil com maior intensidade, planejamento, e com ares de mudanças profundas após a instalação da República, tornando o corpo clerical brasileiro mais institucionalizado, hierarquizado, revestido de Roma⁵².

As discussões acima nos ajudam a compreender dois aspectos caros à pesquisa da dissertação em andamento: primeiro, no que diz respeito a perceber as religiões como fenômenos localizáveis no espaço-tempo histórico, ou seja, um produto cultural que mobiliza aspectos e práticas do cotidiano dos mais diversos sujeitos.⁵³ Segundo, é observar o jornal como instrumento de auxílio para alinhar os incrédulos e realinhar os desviantes da fé. Assim, as matérias jornalísticas produzidas pela Igreja ou em parceria com outras instituições reestrutura o teor informativo, tornando-se mais coercitivo do que discricionário.

O jornal, enquanto instrumento de propaganda política, utiliza-se, segundo Maria das Graças Andrade Ataíde Almeida:

[...] de persuasão e doutrinamentos diários calcados sobre a repetição sistemática, a imprensa pode ser um veículo das mensagens e valores que compõem a ideologia dominante, colaborando para a construção do imaginário coletivo,

51 Para uma compreensão mais detalhada ver o 1º capítulo da obra: NOBRE, Edianne. **Incêndios da alma**: a beata Maria de Araújo e o milagre de Juazeiro – Brasil, Século XIX. Editora Multifoco: RJ, 2016.

52 ANDRADE, Maria Lucelia. O apostolado moderno da filha de Maria. In.: REIS Junior, Darlan de Oliveira.; IRFFI, Ana Sara Cortez; SOUSA, Maria Arleilma Ferreira; OLIVEIRA, Antônio José. **História social dos sertões**. Curitiba: CRV, 2018. p.147. Segundo a historiadora, a romanização é um processo de neocristianização “do ultramontanismo e da Romanização no qual a Igreja reinventando práticas e gostos tão peculiares ao jeito católico brasileiro, vai buscando forjar, com avanços e concessões, uma religiosidade mais ortodoxa, dita romanizada”.

53 SILVA, Eliane Moura. O fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas. In.: SILVA, Eliane Moura; RENDERS, Helmut; CAMPOS, Leonildo Silveira [org.]. **O estudo das religiões**: entre a história, a cultura e a comunicação. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

acionando imagens e signos que passam a ser compartilhados pela massa.⁵⁴

Maria das Graças faz uma captura do jornal no Estado Novo (1937-1945), mas podemos, a partir dessa leitura e de outras próximas ao período,⁵⁵ considerar que o periódico já era utilizado com esse teor político e doutrinário durante o governo provisório e democrático de Getúlio Vargas (1930-1936). Como exemplo, temos as inúmeras notícias contra o Caldeirão nos anos de 1936-37 no ínterim entre os regimes políticos democrático e ditatorial do Estado Novo. O jornal, seja na produção, circulação ou retorno a temas necessários para a manutenção do regime ditatorial, tornou-se na trama do acontecimento, um instrumento de poder.

Dado esse recorte sociopolítico-cultural e teórico-metodológico podemos nos aproximar da problemática central do tópico: a mudança na condição do espaço do Caldeirão por meio da imprensa na segunda metade da década de 1930. Como observamos no tópico anterior, poucas notícias circularam antes do ano de 1934 sobre o Caldeirão e o beato José Lourenço. A grande maioria se atentava a outras personagens de maior complexidade como o padre Cícero, a cidade de Juazeiro do Norte e, em menores produções, a beata Maria de Araújo.⁵⁶

No entanto, após o falecimento do padre Cícero, em 20 de julho de 1934, o patriarca de Juazeiro continuaria vivo, seja nas orações e crenças dos romeiros que vinham em busca do milagre, seja nas tramas políticas que emergiriam em outros espaços e com novas personagens, como é o caso do Caldeirão e o beato José Lourenço. O sítio da Santa Cruz destaca-se nas folhas de jornais, e não no sentido pomposo da palavra, mas inicia-se uma verdadeira caça as “bruxas” ou melhor, aos “fanáticos” usurpadores das terras alheias.⁵⁷

54 ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. P.162.

55 Ibidem, p. 163. Ver algumas sugestões na nota1: GARCIA, Nelson J. Estado Novo: **ideologia e propaganda política**. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. São Paulo, Loyola, 1982; MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado**. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53).

56 PINHO, Maria de Fátima Morais. **A beata, o padre e um milagre**: a repercussão dos milagres do Juazeiro e seus protagonistas na imprensa (1887-1891). Revista Historiar - Revista Eletrônica do Curso de História Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 12, 2020.

57 É importante compreendermos que as terras do Caldeirão pertenciam ao padre Cícero que em testamento feito, em 1923, deixa o Caldeirão para a Ordem religiosa dos Salesianos.

Nessa passagem de cena podemos observar a mudança na condição do espaço do Caldeirão por meio da imprensa. Quando no tópico anterior apresentamos um especial para o jornal O Povo (CE) escrito por José Alves de Figueiredo, em 12 maio de 1934, e publicado, em 07 de junho de 1934, dias antes da morte do Padre Cícero, observamos que esse veículo de imprensa circula uma informação discricionária sobre o Caldeirão.

No entanto, o mesmo veículo, em 02 de março de 1935, menos de um ano depois do falecimento do patriarca da cidade vizinha que já tinha causado bastante burburinho religioso e político, inicia uma campanha da “boa imprensa” para preservar os valores cristãos e democráticos contra o que Antônio de Alcântara Machado denominou de “OS FANÁTICOS – do Caldeirão”. O adjetivo fanático, além de expressivo por ser escrito em caixa alta, chama-nos a atenção, pois não faz referência a um ou mais sujeitos, mas fica circunscrito a um espaço, a comunidade do Caldeirão.

Em outras palavras, Alcântara Machado poderia ter a compreensão que delimitando o espaço habitado pelos comunitários, por extensão e quase que automaticamente as características de fanático se imbricaria aos sujeitos que passaram, estavam ou que poderiam chegar, não só no sentido religioso espiritual, mas também terrenos. Vejamos um trecho:

Os fieis que eles (José Lourenço e Severino) atraem invocando o padrinho são obrigados ao trabalho. Não se limitam a rezar, construir igrejas, venerar os beatos, preparar o espírito para a bemaventurança eterna. São fanáticos, não resta dúvida. Mas fanáticos que lavram a terra plantando cana e arroz. [...]. Os romeiros se transformam em colonos e como colonos labutando de sol a sol é que salvam a alma.⁵⁸

Nesse prisma, temos a condição do espaço do Caldeirão se reconfigurando por outrem que não aqueles que o construía na cotidianidade, e estes, como observamos anteriormente, tinham o espaço

Estes por sua vez inicia um processo de reivindicação após a morte do padre Cícero. Conforme estudo: RAMOS, Francisco Régis Lopes. “Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano”. In.: **Uma nova História do Ceará**. Organização, Simone de Souza; Adelaide Gonçalves ... [et al] – 3. Ed. Ver. E atual. – Fortaleza. Edições Demócrito Rocha, 2004.

58 O Povo (CE), Alcântara Machado, 1935. Para ter acesso a matéria completa acessar o site da Hemeroteca digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763853&pesq=Beato%20Jos%C3%A9%20Louren%C3%A7o&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2>

da Santa Cruz como um *habitat* em penitência. Já na matéria apresentada, observamos um espaço que também se guia pela fé e o trabalho. No entanto, esses preceitos foram distorcidos na lógica de Machado pelo beato José Lourenço e o comunitário Severino, tornando o Caldeirão em um espaço de exploração colonial e exageradamente fanático tanto espiritualmente como no plano terreno.

A narrativa de Machado inicia, indiretamente, com outra denominação, os “comunistas” do Caldeirão, que estamparam as notícias vindouras, em específico, no conflito de 1936-1937.⁵⁹ Por conseguinte, de acordo com os fatos históricos sobre o conflito no Caldeirão, em 10 de setembro de 1936, a comunidade da Santa Cruz é invadida e destruída de forma violenta por uma tropa policial comandada pelo tenente José Góis de Campos Barros. No ensejo, a tropa policial, além de saquear, queimar as casas e expulsar os comunitários em nome da ordem democrática contra os “comunistas”, torna a fala policial em narrativa oficial e verificável dos fatos acontecidos naquele dia.

Dessa forma, foi publicado no jornal O Povo (CE), em 30 de setembro do corrente ano, a seguinte matéria: “O Beato do Caldeirão – Com Vistas ao Governo e ao Sr. Chefe de Polícia”. Percebemos, com esta matéria, que a “boa imprensa” estava na esteira dos detentores da força física e letrada no controle doutrinário por meio da narrativa. No que tange a percepção do espaço, percebe-se um agravamento das práticas terrenas e maléficas na narrativa 20 dias depois da invasão:

O “Beato” José Lourenço exercia na localidade de Caldeirão completa autonomia e era a única autoridade obedecida pelos componentes daquele agrupamento: casava, batizava e ditava as leis que eram cegamente obedecidas, entre-gando-lhes os fanáticos os próprios (inelegível). O beato possuía um harem composto de 16 mulheres jovens e formosas. A sua mesa era farta e as bebidas fina não lhe faltavam.⁶⁰

59 Para maiores informações sobre a repercussão na imprensa sobre o Caldeirão, em específico, o conflito em 1936-1937 consultar: SILVA, Sônia Maria de Menezes; PINHO, Maria de Fátima Morais. **Imprensa, anticomunismo e fé**: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936-1937). Revista Em Perspectiva, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 75-96, 2017.

60 O Povo (CE), 30 de setembro de 1936. Para ter acesso a matéria completa acessar o site da Hemeroteca digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763853&pesq=%20Beato%20Jos%C3%A9%20Louren%C3%A7o&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=3>

Os serviços prestados pela tropa policial ganharam destaque nos mais diversos jornais brasileiros a partir da narrativa institucional (relatórios policial). Houve um avivamento narrativo e defesa das “boas práticas” prestadas por esses homens, ao livrar o sítio do Caldeirão dos “fanáticos” e “comunistas”. No Brasil, seja nas capitais ou no interior, o mal não se criava. Nesse balaio, a imaginação da sociedade brasileira sobre a comunidade foi formada pelo que se lia nas notícias dos jornais. Como bem lembra Chimamanda Ngozi Adichie na conferência TED (2009) sobre “O Perigo de uma História Única” é o problema de: “mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e é isso que eles se tornarão”.⁶¹

Significados foram produzidos nos anos de 1936-37 para justificar o ataque final, em 11 de maio de 1937. E um dia após o espaço do Caldeirão ser bombardeado, como apresenta a capa do jornal a Razão, o espaço habitado do Caldeirão seria reduzido à um campo de guerra.



Fonte: Capa do Jornal a Razão. Fortaleza – CE, 12 de maio de 1937⁶²

61 Para acessar a conferencia completa e legendada acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>.

62 Para melhor visualização acessar o site da Hemeroteca Digital: <https://memoria.>

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, como nos apresenta os fatos históricos, foi (re)significado de um espaço habitado em santidade a um espaço “profano”, “pecaminoso”, “comunista” e logo “antidemocrático”. Esses fatos explicam por si só o hiato temporal dos anos seguintes sem se noticiar sobre o Caldeirão? Afinal, quando uma estrela morre, como cientificamente a astronomia comprovou, a luz ainda irradia no nosso horizonte. Será mesmo que só a morte fez apagar a memória do Caldeirão na imprensa e também na sociedade nos tempos seguintes ou as estrelas mortas continuariam a irradiar luz mesmo que longinquamente?

Primeiramente, precisamos compreender que, em uma sociedade majoritariamente cristã, como é a brasileira, o culto ou rememoração aos mortos faz parte do imaginário social e de forma oficial desde o ano de 2002.⁶³ Como parte da liturgia Católica, o dia de finados, estruturou-se desde séculos passados, remontando o período Medieval ocidental, principalmente a partir do momento da “difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante e do quase monopólio que a Igreja conquista no domínio intelectual”.⁶⁴

Levantamos essa discussão para compreendermos que a expansão do cristianismo no mundo ocidental, segundo Le Goff, também cristianiza “a memória e a mnemotécnica”, desenvolvendo uma “memória dos mortos, principalmente dos santos”.⁶⁵ E no século XI, “sob o impulso de Cluny, uma festa anual foi instituída em memória de todos os fiéis mortos, a comemoração dos defuntos, a 2 de novembro”.⁶⁶ Logo em seguida, no século XII, observamos o nascimento do Purgatório, um novo “Além”, entre o Inferno e o Paraíso, onde os mortos estavam à mercê das orações e penitências dos vivos para sair mais rapidamente do Purgatório.

bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&pesq=Beato%20Jos%C3%A9%20Louren%C3%A7o&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=9053

63 A lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002 dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949 onde inclui os dias 21 de abril e 2 de novembro aos dias de feriados nacionais ao lado dos então existentes, a saber, 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro. Maiores informações acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10607.htm.

64 LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 7ª Ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 404.

65 Ibidem. p. 405.

66 Ibidem. p. 410.

O 2 de novembro, como podemos observar, foi instituído “em memória de todos os fiéis mortos”.⁶⁷ Logo, temos uma primeira possível resposta às questões levantadas anteriormente: os comunitários mortos no conflito do Caldeirão não são fiéis, mas, de acordo com a narrativa oficial são, exageradamente, um “bando de fanáticos” do beato José Lourenço e, tão grave quanto, são “comunistas” e perturbadores da ordem social, não cabendo direitos de serem lembrados pelo bom espírito cristão. Levando a uma segunda compreensão que não deixa de ser parte da formulada anteriormente.

Não ser fiel, automaticamente, mesmo que de forma não-oficial, coloca tal sujeito, e no nosso estudo, os comunitários da Santa Cruz, ao lado do esquecimento, que no mundo católico, “por vezes, para os indignos, a irradiação dos livros de memória”.⁶⁸ Tal prática é comum para um excomungado da fé Católica, a partir do que se é conhecido nos sínodos de Reisbach, em 798, e Elne, em 1027, onde declaram respectivamente: “Que depois da sua morte nada seja escrito em sua memória”; “E que os seus nomes não estejam mais no altar sagrado entre os dos fiéis mortos”.⁶⁹

Dessa maneira, o hiato temporal que se iniciou após o conflito final em 1937 ao início dos anos 1980, em que poucas matérias circularam sobre o Caldeirão, pelo que temos conhecimento, deve-se direta ou indiretamente aos preceitos morais da Igreja Católica. Já que morreram sem serem fiéis, ou contrários à normatividade estabelecida, seus nomes, histórias e memórias seriam apagados tanto no seio cristão, como dos jornais e demais veículos alinhados aos detentores do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações finais surgem ao longo desse percurso ensaístico. Primeiro é perceber que é possível levantar novas problemáticas analíticas sobre fontes tidas como oficiais; as detentoras da “verdade” narrativa; as observadas pela historiografia positivista como neutras, isentas de conflitos sociopolíticos e de resistência, de cruzamentos involuntários. Percebe-se a escrita como indústria da normatividade imposta ao corpo

67 Ibidem.

68 Ibidem. p. 409

69 Ibidem. p. 409 e 410.

social brasileiro nos anos de 1930.

As produções narrativas nos jornais aqui estudadas, em especial O Povo, são dinâmicas. As coisas podem ser mutáveis e são alternadas, revistas, escritas e reescritas no calor do momento histórico. As produções acompanham a dinâmica social, cultural, política e econômica, e também, como vimos, aspectos e intrigas religiosas. Como uma dança seguem um ritmo, mas ao mudar da música são reconduzidos ao centro, as bordas, rodopiando, saltando ou ambos. A trama é um espetáculo sem final previsível e deixa pegadas no espaço.

Nesse dinamismo, destacamos uma parcela das produções feita em idos de 1930 sobre o espaço do Caldeirão, mas observamos pelo avesso, não tomando como dadas, isentas ou detentoras da “verdade” oficial. Rastros foram seguidos para captar o papel da imprensa nessa trama, observando-se o poder coercitivo e doutrinário que esse veículo exerceu. Questões teóricas foram levantadas para compreendermos o apagamento e o esquecimento dos mortos após o conflito final (1937) nas manchetes jornalísticas até o início de 1980.

Observa-se que as coisas não são só coincidência. Assim, práticas internas e externas foram mobilizadas para justificar as produções textuais que reconfiguraram o espaço do Caldeirão. A imprensa o fio condutor narrativo da destruição, do apagamento e do esquecimento dos mortos. Além disso, outras instituições estavam presentes na escrita, explícitas ou implícitas, como a romanização da Igreja Católica e a normatividade do Estado Novo.

Assim, o presente estudo, ajuda-nos a refletir fatos “consolidados” na narrativa sobre o Caldeirão, problematizando as “verdades imutáveis” e olhando, pelas frestas ofuscadas, as desigualdades e as tensões que nos permitem lançar novas questões sobre velhos fatos históricos. Percebemos que as reproduções dos sujeitos ordinários da Romaria são um entrecruzamento narrativo de experiências, falas e passos marcados pelo passado, pelo presente e pelo futuro. Caminham, cantam, pregam “entre as temporalidades num bailado indefinido”⁷⁰, golpeando, com ações do cotidiano, a narrativa “oficial”.

70 ANDRADE, Maria Lucelia. O apostolado moderno da filha de Maria. In.: REIS Junior, Darlan de Oliveira; IRFFI, Ana Sara Cortez; SOUSA, Maria Arleilma Ferreira; OLIVEIRA, Antônio José. **História social dos sertões**. Curitiba: CRV, 2018. p.155.

Referências Bibliográficas

Fontes jornalísticas:

Jornal Diário do Nordeste, **Romaria do Caldeirão atrai multidão**, em 23 de setembro de 2003.

Jornal O Povo:

1. **O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri**, em 07 de junho de 1934.
2. **OS FANÁTICOS do Caldeirão**, em 02 de maio de 1935.
3. **O Beato do Caldeirão** – Com Vistas ao Governo e ao Sr. Chefe de Polícia, em 30 de set. de 1936.

Jornal a Razão, **A Chapada do Araripe transformada em campo de operações militares**, em 12 de maio de 1937.

Fontes Oraís:

GOMES, Alípio. **Entrevista para o livro sobre o Caldeirão**. Entrevista concedida a Francisco Régis Lopes Ramos. Crato, 1989.

SILVA, João. **Entrevista para o livro sobre o Caldeirão - CE**. Entrevista concedida a Francisco Régis Lopes. Juazeiro do Norte, s/d.

SILVA, Maria Lourença. **Entrevista para o livro sobre o Caldeirão - CE**. Entrevista concedida a Francisco Régis Lopes. Juazeiro do Norte, s/d.

Entrevista para o TCC (Graduação) sobre a juventude Sem-Terra do Assentamento 10 de Abril. Entrevista concedida a Anderson da Silva Felix. Crato, 10 de mar. 2021.

Bibliografia:

AGUIAR, Cláudio. **Caldeirão** (*romance*). Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1982.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ALMEIDA, Maria Isabel Medeiros. **Memória e História: O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na Narrativa Histórica**. 1. ed. Saarbrücken: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2014. v.1. 156p.

ANDRADE, Maria Lucelia. O apostolado moderno da filha de Maria. In.: REIS Junior, Darlan de Oliveira.; IRFFI, Ana Sara Cortez; SOUSA, Maria Arleilma Ferreira; OLIVEIRA, Antônio José. **História social dos sertões**. Curitiba: CRV, 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAMURÇA, Marcelo. **Marretas, Molambudos e Rabelistas** – A revolta de 1914 no Juazeiro. São Paulo, Maltese, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985

FELIX, Anderson da Silva. **Memória, espaços e a formação do sujeito Sem-Terra na juventude do Assentamento 10 de Abril** – Crato-CE. Orientadora: Ana Roberta Duarte Piancó. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Universidade Regional do Cariri - URCA, Crato, 2021. Disponível: repositório da Biblioteca central da URCA.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014;

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Livraria Itatiaia Editora, 1975. (Original: 1846).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. **A destruição da terra sem males**: o conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. Revista USP. Brasil, Universidade de São Paulo, Coordenadoria de Atividades Culturais, 2009. p. 64.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 7ª Ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____; NORA, Pierre (dir.). **História** – novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NOBRE, Edianne. **Incêndios da alma**: a beata Maria de Araújo e o milagre de Juazeiro – Brasil, Século XIX. Editora Multifoco: RJ, 2016.

ORLANDI, Eni. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3ª edição. Campinas, SP: 2003.

PINHO, Maria de Fátima Morais. **A beata, o padre e um milagre**: a repercussão dos milagres do Juazeiro e seus protagonistas na imprensa (1887-1891). Revista Historiar - Revista Eletrônica do Curso de História Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 12, 2020.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: jul. 2022.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão**: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza, Instituto Frei Tito de Alencar/Núcleo de Documentação

Cultural – NUDOC/UFC, 2001.

_____. “**Juazeiro e Caldeirão**: espaços de sagrado e profano”. In.: Uma nova História do Ceará. Organização, Simone de Souza; Adelaide Gonçalves ... [et al] – 3. Ed. Ver. E atual. – Fortaleza. Edições Demócrito Rocha, 2004.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez; IRFFI, Ana Sara Cortez. **A ferrovia e o vale do Cariri**: usos e discursos sobre a construção da estrada de ferro no sul do Ceará. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 175–199, 2000. p. 185. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/15791>. Acesso em: 05 jun. 2022.

RICCEUR, Paul (1913). **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Eliane Moura. O fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas. In.: SILVA, Eliane Moura; RENDERS, Helmut; CAMPOS, Leonildo Silveira [org.]. **O estudo das religiões: entre a história, a cultura e a comunicação**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014. p.15.

SILVA, Sônia Maria de Menezes; PINHO, Maria de Fátima Morais. **Imprensa, anticomunismo e fé**: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936-1937). *Revista Em Perspectiva*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 75-96, 2017.

CAPÍTULO 3

UM OLHAR A PARTIR DE E. P. THOMPSON SOBRE A COMUNIDADE TRADICIONAL E RIBEIRINHA PORTO DO CAPIM (JOÃO PESSOA-PB) (2016-2019)

Camila Sousa de Sena Araújo¹

Ultrapassando as sombras da História

Durante minha infância morei na cidade de Bayeux, que é banhada pelo Rio Sanhauá, afluente do Rio Paraíba uma cidade da região metropolitana de João Pessoa/PB. Tenho em minha mente a clara lembrança de uma das vezes que me deparei com o Rio, a História e o patrimônio que cercam aquelas imediações, como a ponte construída pelos holandeses, de acordo com o senso comum, no período colonial. Certo dia avistei uma brecha do rio pelo transporte escolar quando passávamos por uma comunidade no bairro do São Bento, durante o pôr do sol, lembro perfeitamente do brilho do sol refletido na água, mas que esta visão só era possível através dos quintais das casas.

Recordo, em outro momento, já na adolescência, uma conversa informal sobre a suposta conexão que os corpos criam com as águas correntes e que esta conexão nos causa uma inquietação. Hoje, acredito que naquele dia me conectei ao Rio.

Ao ingressar na Licenciatura em História, em 2015, eu me encontrava extasiada por fazer parte da Universidade Federal da Paraíba e por poder

¹ Camila Sousa De Sena Araújo. Mestranda em História pela UFPE. E-mail: Camilasenaaraujo@hotmail.com.

iniciar uma autonomia de minhas ações. Compreender o universo da História não foi e não é fácil, mas possível e agradável, na medida em que estou sempre conflitando aquilo que me foi imposto e só hoje consigo enxergar, graças a uma consciência da minha condição enquanto mulher, paraibana e latino-americana, bem como por estar inserida em um sistema opressor e patriarcal.

Após uma longa greve universitária, a volta às aulas me proporcionou um choque de realidades. Aquele momento foi definitivo para minha caminhada acadêmica. Em 2016, ingressei no projeto de extensão *Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial através da Arte*, e à posteriori no *Rolezinho na UFPB: Cultura e Protagonismo Juvenil*, atualmente denominado Rolezinho do Porto do Capim. A partir disto, as frequentes idas à comunidade Porto do Capim me fizeram enxergar a Parahyba² com outros olhos, mas também crescer enquanto mulher, principalmente devido ao contato com o público com que lidei, majoritariamente de jovens mulheres.

Minha atuação no projeto anteriormente citado foi fundamental também para uma maior compreensão da História Local e de sua importância no processo de ensino-aprendizagem, que resultou também na autocompreensão enquanto uma agente histórica. Isso impulsionou minha ação enquanto extensionista, a maior valorização da função social enquanto estudante de uma instituição pública federal, além de fortalecer minha cidadania e o respeito em relação à minha cidade. Tudo me fez entender a práxis do historiador, pois o conhecimento histórico deve estar a serviço da sociedade para a transformação das realidades.

Comecei a observar as dificuldades e falhas do ensino escolar/formal, visto que também participei do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência*- PIBID durante os anos de 2016 e 2017. Um dos problemas que percebi foi a falta de continuidade ao ensino de História Local nas fases mais avançadas da educação básica, fazendo necessária então, a ação dos projetos acadêmicos, como o próprio PIBID. Provavelmente a razão de tantas dificuldades sociopolíticas em âmbito nacional, mas que não é discussão deste artigo. Essa desvalorização da História Local corrompe as identidades brasileiras e, assim, não se compreende criticamente nem mesmo a História dita eurocêntrica.

² A escrita Parahyba é referente à identidade da capital antes da Revolução de 1930 quando, com o assassinato de João Pessoa, houve a mudança do nome da capital.

Essas conclusões desenvolvem, portanto, uma construção significativa de uma história presente, viva, por relatar um cotidiano tão próximo dos tempos atuais diante da perspectiva de uma mulher, paraibana e historiadora e deste modo, estou de acordo com Certeau (1979) ao afirmar que a operação historiográfica sofre influências do lugar social da produção desse conhecimento, pois compreendo os vários elementos constituintes do processo: o sujeito, o objeto e as condições para que este conhecimento seja desenvolvido que são capazes de alterar a escrita histórica.

Por isso, este artigo discute a importância da ação universitária na comunidade tradicional e ribeirinha Porto de Capim de forma memorialística, abordando a partir da perspectiva da história dos de baixo, o contexto cotidiano dos moradores periféricos da cidade de João Pessoa, em específico do Porto do Capim e como a partir de suas experiências e peculiaridades há uma crescente conscientização de classe.

No entanto, dada as limitações da escrita deste artigo acadêmico não foi possível construir a relação de mais projetos de extensão que atuaram e atuam na comunidade Porto do Capim. Acredito que seria uma grande contribuição para a luta da comunidade maiores aprofundamentos sobre a atuação da extensão universitária ao longo dessas tentativas de remoção pela Prefeitura Municipal.

Assim, para âmbito da proposta do presente artigo, considero que compreender a classe se faz necessário justamente porque, como afirma Thompson (1987), ela é um fenômeno histórico, não sendo, portanto, uma estrutura imutável. A classe é fluida e ocorre diante das relações sociais, ou seja, a vida cotidiana define a classe que deve ser entendida como uma formação socioeconômica e cultural.

Essa noção de classe é baseada na perspectiva da História vista de baixo, corrente historiográfica inglesa, de cunho marxista, que se desenvolveu a partir de meados dos anos 1950 sendo os principais norteadores Edward P. Thompson, Christopher Hill, e entre outros. Através dessa corrente teórica, o conhecimento histórico passa a privilegiar, na análise e na escrita, a centralidade das pessoas comuns, os ditos excluídos históricos, como as mulheres, os operários, os camponeses, as populações periféricas urbanas de nossos tempos, dentre outros grupos sociais.

A minha aproximação aos estudos de Thompson me levou a refletir não apenas sobre as experiências da comunidade do Porto do Capim, mas

também de outras populações da cidade. Comecei a me fazer perguntas seria possível imaginar a classe média alta na cidade de João Pessoa/PB voltando para casa no transporte público? Talvez este seja um cenário para uma ótima ficção, porém é a realidade para a maioria da população periférica da capital. Os trajetos normalmente são curtos, afinal João Pessoa não é uma metrópole, contudo são difíceis. Os ônibus para os bairros populares são, em sua maioria, de péssima qualidade; o motorista e o cobrador parecem estar saturados do percurso, das pessoas, da situação. Até que ponto este é um bom ambiente de trabalho? São aspectos que não podemos deixar de observar quando entramos em contato com o universo cotidiano dos trabalhadores urbanos e as desigualdades sociais de nossa sociedade.

O fato é que as periferias e a população periférica, portanto, constituem a paisagem urbana que, por sua vez, tem sido subordinada à lógica mercantil, por esse motivo tais espaços e pessoas sofrem com a segregação. Trata-se de áreas que carecem de uma urgente reforma urbana. Na cidade de João Pessoa, essa periferia abrange não somente os bairros da zona sul, em sua maioria bairros populares, como também o Porto do Capim, uma comunidade tradicional e ribeirinha, ainda que localizada no Varadouro, no centro da cidade, às margens do Rio Sanhauá. O Porto também se caracteriza por ser uma periferia central por estar no entorno do centro histórico, tombado em 2009 como patrimônio histórico nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³ e como patrimônio histórico estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, em 2004.

Voltando a falar do cotidiano dos trabalhadores a partir da experiência compartilhada nos ônibus, os passageiros em geral, também estão cansados das dificuldades enfrentadas no trajeto para ir e voltar do trabalho: a demora, a espera, além de toda a carga horária que já foi concluída no dia. A observação nos revela quais devem ser os seus trabalhos, pois, as fardas que usam são evidências explícitas – Mercedes-Benz, Honda, Subway, talvez sejam recepcionistas, vendedores, garçonetes, faxineiras ou estejam imersos nas mais diversas atividades no mercado informal de trabalho. A fama dessas empresas é de milhões de lucro, são multinacionais, mas

³ A área de tombamento definida pelo IPHAN abrange o Varadouro e uma parte da Cidade Alta, com cerca de 502 edificações, 25 ruas e seis praças. A comunidade do Porto do Capim se localiza no entorno do perímetro tombado. Para maiores informações, acessar <http://portal.iphan.gov.br/>

quantos milhões de trabalhadores dessas grandes empresas, em uma vida inteira, jamais conseguirão garantir, apesar de todo o seu esforço, condições dignas de vida?

É essa divergência que se perpetua no sistema capitalista. Para sua sobrevivência, por outro lado, além da exploração da força-de-trabalho, é necessário que estes trabalhadores jamais tenham a consciência de classe. Tal consciência é entendida, pelos capitalistas e seus ideólogos, como danosa, pois “perturba a coexistência harmoniosa de grupos que desempenham diferentes ‘papéis sociais’” (THOMPSON, 1987, p. 11). Coexistência harmoniosa... Harmonia para quem? A classe operária não vive em harmonia, mas sim oprimida por aqueles que estão no topo do sistema e a exploram, a burguesia.

Voltar para casa todos os dias às 22 horas é corriqueiro para a classe operária. São dessas vidas, normalmente, que se forma uma classe, através das experiências compartilhadas entre as pessoas. Assim, quando experiências são articuladas em comum, ao divergir de interesses de outros homens, define-se a formação de uma classe.

No entanto, pertencer a uma classe não necessariamente significa ter consciência de classe. Segundo Thompson, é preciso compreender que a luta de classes precede a noção de classe social, ou seja, há, na maioria das vezes, uma grande probabilidade dos trabalhadores reclamarem de suas condições, resistirem às opressões, burlarem o sistema sem ao menos entender porque seus interesses diferem e quem, em um tipo de análise social, são eles no sistema, no cotidiano. Entretanto, “o proletariado pode tornar-se consciente de si mesmo somente desenvolvendo a consciência de classe, ao passo que a burguesia, contra quem luta, já é consciente de si” (THOMPSON, 2001, p. 275).

A consciência de classe surge de maneiras diferentes não é acometida por todos os operários ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas é através das relações humanas que ela ocorre e é passada pelas tradições culturais, ideias, sistemas de valores e formas institucionais. Portanto, a classe deve ser analisada enquanto “uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (THOMPSON, 1987. p. 12).

Contudo, por derivar de processos sociais através do tempo, a classe é passível de desenvolvimento, possui estágios, e tanto a classe quanto a consciência de classe “são sempre o último e não o primeiro degrau de um

processo histórico real” (THOMPSON, 2001. p. 274) como disse Marx a história da humanidade é a história da luta de classes.

Os sons, os cheiros e os gostos das gentes do Sanhauá

No centro de João Pessoa, mais precisamente no Porto do Capim, é possível enxergar e compreender o funcionamento das reuniões e encontros dos “de baixo”, que fundamentam a formação da classe. No contexto histórico hodierno, no Brasil, observa-se a ascensão de uma figura com fortes características neofascistas. Apesar de se poder observar uma posição de idolatria por alguns, há também muita reclamação diante da perda de direitos e das adaptações ao sistema econômico e político vigente, notadamente a precarização do trabalho e a perda do direito à cidade.

A repressão do Estado alternando-se entre formas indiretas e sutis ou diretas e extremamente brutais, sobre os “de baixo”, dificulta a propagação das opiniões críticas e contrárias aos “novos” rumos adotados no atual governo. As dificuldades de mobilização e de proposições críticas tem resultado em derrotas para a classe trabalhadora. Falta, assim como em Londres da Revolução Industrial, a “coerência e o vigor resultantes do envolvimento de toda uma comunidade em tensões sociais e profissionais coletivas” (THOMPSON, 1987, p. 19). São questões que nos mobilizam nestes tempos.

Entretanto, essa realidade entrevista por Thompson para o caso londrino e identificada por nós no caso do Brasil de nossos dias, não se aplica pelo menos em larga medida à comunidade Porto do Capim. Os espaços de sociabilidade dos moradores se revelam imprescindíveis para a formação cultural e emocional dessas pessoas e, conseqüentemente, o estágio de classe, quais e como são as experiências compartilhadas em comum que definem a sua consciência.

Desde a década de 1980 o Porto do Capim sofreu duras tentativas de remoção por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa. A comunidade vem resistindo e permanecendo. Nas mais recentes tentativas, a documentação organizada pelo Ministério Público Federal e pela Universidade Federal da Paraíba através do Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim, como o Parecer Técnico Antropológico de 2015 e o Relatório Técnico Multidisciplinar/PROEXT/2015, caracterizaram

a comunidade enquanto tradicional e ribeirinha, devido aos seus costumes cotidianos em comum.

Esses costumes, como a pesca, a catação de mariscos, a confecção de redes de arrastão, construção de canoas, os caminhos do rio que a conectam com outras comunidades ribeirinhas do estuário do rio Paraíba, além de toda uma cultura artística que relata a rotina dos moradores, são fundamentais para defini-los enquanto uma classe, principalmente porque é devido a esses costumes que é fomentada a união comunitária tão necessária para a resistência.

E essas condutas em comum remontam às primeiras décadas do século XX. Nesse período existiu a tentativa de ampliação do porto fluvial então existente na capital do Estado, objetivando-se a construção do grande Porto Internacional da Parahyba. Uma obra enorme que reunia muitos grupos de trabalhadores e que contava com um substancial financiamento da União. Por diversos motivos técnicos, econômicos, políticos e geográficos, as obras não foram concluídas e o porto da cidade foi desativado⁴. Entretanto,

apesar do porto comercial ter sido desativado, os fluxos estuarinos continuaram ocorrendo especialmente porque após a transferência do Porto para Cabedelo, em 1935, as instalações abandonadas foram sendo ocupadas, a partir de 1940, por pescadores, pelos trabalhadores do antigo Porto e por seus familiares que, de forma conjunta e simultânea, já possuíam vínculos com aquele território e com a rede estuarina na qual ele estava e está inserido (TELES, 2019, p. 35).

O Porto da Parahyba nunca chegou a ser um porto de grande porte, conforme boa parte dos relatos e da historiografia paraibana apontam. O conhecido Relatório Engenheiro Retumba, em finais do século XIX “não passava de um porto de canoas”⁵. A paisagem daquelas paragens, desde as mais remotas origens da Cidade, não parece sugerir um grande e movimentado porto, mas um modesto que era habitado em suas cercanias por uma população trabalhadora, inclusive com o nome de Zumbi associado a um trecho da mesma.

4 Para maiores esclarecimentos, é leitura obrigatória **O Porto Político** de José Jofilly.

5 RETUMBA, Francisco Soares da Silva. Memória sobre os Melhoramentos que precisa a Província da Parahyba (1887). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano**. Anno IV. Vol. 4. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1912. A citação apresentada está a p. 228.

Na região do empreendimento remanesceram famílias de trabalhadores que ali já residiam (Figura 1) e outras atraídas pelas obras, que se consolidaram como uma comunidade tradicional, marcada por uma vida social, cultural e econômica ativa. Assim, havia empregados urbanos do setor formal, pescadores, pequenos agricultores, trabalhadores informais, vendedores ambulantes, pequenos guias de turismo (atendendo informalmente os turistas que passavam pela área), empregadas domésticas, entre outras ocupações. Seus hábitos e tradições se estabeleceram em torno de relações vicinais, festas profanas e religiosas.

Figura 1 – Sr. Antônio Isídio, morador do Porto do Capim e antigo trabalhador do porto.



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

No entanto, diferentemente dos trabalhadores no transporte público, muitos dos moradores de periferias como o Porto do Capim, possuem uma relação mais informal com o trabalho, em maioria trabalhadores autônomos com direitos trabalhistas mínimos ou inexistentes.

A realidade dos moradores do Porto do Capim diverge da vivência dos pessoenses com os outros espaços do centro da cidade, como, por exemplo, o Ponto de Cem Réis. O Ponto de Cem Réis é, hoje, além de um

espaço desconexo da paisagem urbana contemporânea após a construção do viaduto Damásio Franca, o caminho de passagem para um dos principais pontos de paradas de ônibus da cidade, seja para os bairros ou para outros municípios, que são localizados próximos ao Batalhão da Polícia Militar, na Praça Aristides Lobo.

A relação das pessoas com esse ambiente não é formal e, muitas vezes, não há uma valorização, lixo nas calçadas e poucas pessoas parecem habitar ali. Todavia, há uma grande ocupação em um dos prédios da Rua Duque de Caxias e, portanto, questiono como pode ser o cotidiano desses moradores que aparentam não ter condições mínimas de moradia, energia elétrica regularizada e água encanada? Será que eles sabem a história desse lugar?

Figura 2 - Panorâmica da Praça Vidal de Negreiros.



Fonte: disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2017/08/PANOR%C3%82MICA-PONTO-DE-CEM-REIS-02-04.06.15.jpg>.

O Ponto de Cem Réis, um cartão postal da cidade, é oficialmente nominado Praça Vidal de Negreiros, mas, sinceramente, Vidal de Negreiros não é relevante neste contexto, pois poucas são as pessoas que sabem quem foi e um número ainda menor conhece o significado que o nome tem na memória da cidade. Por outro lado, as *Marias*, *Severinas*, *Josés* e *Joãos* que

por lá circulam e que lá vivem todos os dias, pessoas que ocupam essa praça pública, são invisíveis para a História. E o são porque dentre eles não se faz presente nenhum príncipe de Orléans e Bragança.

Figura 3 - Ponto de Cem Réis.



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Inclusive, é importante problematizar a memória de personagens da nossa história colonial como André Vidal de Negreiros em nossa cidade, pois, ele foi um dos responsáveis e líderes da Guerra da Restauração para expulsar os holandeses das Capitanias do Norte no século XVII. Vidal de Negreiros, senhor de engenhos localizado na fronteira da Capitania de Pernambuco com a Capitania da Paraíba, região que foi palco da guerra luso-holandesa (1630-1654), garantiu sua fortuna após a guerra com a venda dos escravos africanos. O fato de seu nome intitular um espaço público demonstra a vitória da memória das classes dominantes sobre “os de baixo”.

Por outro lado, é interessante que, mesmo esse sendo o nome oficial da Praça, a mesma é popularmente conhecida como Ponto de Cem Réis, o que remete às primeiras décadas do século passado quando ali havia a parada do bonde que ligava o centro da cidade aos subúrbios. Cem réis era o custo da passagem. Então, percebe-se que permaneceu no imaginário popular a

experiência da classe trabalhadora com o local. Todavia, há uma memória ainda mais recuada e quase que apagada da história urbana: a presença até início do século XX da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e, em suas proximidades (na contígua Praça 1817), da Igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Homens Pardos, ambas demolidas em reformas urbanas entre os anos 1920 e 30, que distinguiam esse espaço pela presença afro-brasileira, que foi bastante apagada em nossa cidade, assim como em muitas outras.

Ao caminhar nas proximidades dessa área outra problemática nos chama a atenção: a presença da religião cristã, na vertente católica. Ela pode ser observada até mesmo na urbanização, desde o período colonial, quando as igrejas de Nossa Senhora do Carmo e Santo Antônio delimitavam os limites citadinos.

Assim, deve-se compreender a importância da religião na construção física e simbólica da cidade, como é possível analisá-la também no Porto do Capim, onde, além da presença da religião cristã em vertentes católica e protestante existem dois terreiros de umbanda. E mesmo que não haja uma devoção tão forte quanto em outros períodos, por exemplo, ainda na atualidade a população periférica se conecta a estes espaços religiosos cristãos, principalmente, enquanto espaços de formação e de sociabilidade. Isto pode ser constatado em eventos como a procissão anual terrestre e fluvial de Nossa Senhora da Conceição no Porto do Capim, ligada à Igreja de São Frei Pedro Gonçalves ou em momentos de vitórias na luta contra a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) quando os moradores atrelam suas conquistas à vontade de Deus.

Como a comunidade Porto do Capim está no entorno do centro histórico, é necessário apontar que, desde os anos 1960, e com maior intensidade a partir da década de 1980, o desenvolvimento das zonas norte e sul e a especulação imobiliária das praias resultaram no abandono do centro histórico. A conjuntura, no entanto, começa a indicar algumas mudanças a partir de meados dos anos 1980 quando, sob o influxo de um convênio com o governo da Espanha, o poder público local voltou seus olhos para o centro histórico e seu patrimônio material. Os investimentos espanhóis foram motivados por um projeto de comemoração da expansão ultramarina ibérica a partir de finais do século XV e consequente montagem de seu império colonial em todos os continentes do planeta. Assim, através de acordos bilaterais com vários governos de diferentes países, a Espanha

investiu na restauração e preservação do patrimônio histórico colonial – de pedra e cal – de cidades que foram construídas sob o domínio espanhol, caso de João Pessoa, fundada durante o período da União Ibérica, quando os Habsburgo unificaram as Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640). A partir da década de 1980, a PMJP, numa tentativa de “revitalizar” – conceito que fundamenta as políticas adotadas a partir de então – o centro da cidade, para colocá-lo na órbita do turismo de mercado, tenta implantar reformas higienistas, retirando os moradores locais e realocando-os em outras áreas. A versão contemporânea, leia-se, a partir dos anos 2010, tem sido o de remoção e transferência dessas populações para conjuntos de apartamentos minúsculos localizados em espaços afastados do centro. Em meio a este movimento, é possível perceber que o destino que deveria ser dado a este espaço, o do centro histórico, seria a sua ocupação pela classe média, um flagrante processo de gentrificação ancorado na especulação imobiliária e nas atividades turísticas sob controle do capital.

A gentrificação se caracteriza por essa ressignificação da cidade, a reapropriação do espaço público expressa pela narrativa da classe dominante, o que deve ser a cidade, de forma que atenda aos interesses do capital, em projetos que não incluem a população local, ou seja,

esses processos se limitam a prescrever recomendações alheias à realidade dos lugares e suas populações, e assim contribuir para a promoção do patrimônio como mercadoria, propriedade privada e valor de troca turístico e contemplativo, desconectando e não reconhecendo tradições populares, práticas culturais instituídas nos limites, nas fronteiras da cidade, do rural e do urbano, do saber fazer em sua própria dimensão cultural e social urbana (BELARMINO E SCOCUGLIA, 2018, p. 75).

Essa ocupação pela classe média foi incentivada a partir de *revitalizações* do patrimônio físico do centro. Alcântara (2018) define que o termo gentrificação determina as mudanças do uso e das paisagens urbanas em centros históricos ou populares das cidades em função de atrair novos moradores e/ou visitantes com rendas mais altas. Esses novos habitantes possuem demandas diferentes e consomem outros tipos de serviços consequentemente, há uma valorização econômica da região, acarretando em especulação imobiliária e aumento do custo de vida local. Essas alterações atingem os antigos moradores e comerciantes mais vulneráveis,

tais como a classe operária. A elevação dos custos de vida expulsa esses antigos moradores para outras áreas populares da cidade.

Figura 4 - Porto do Capim.



Fonte: Acervo do projeto Subindo a Ladeira (2019)

Essas revitalizações buscam incentivar uma vida econômica ativa. Essa foi a proposta para os casarões da atual Vila Sanhauá, localizada no entorno da comunidade do Porto do Capim (Ver figura 3). As habitações da Vila, localizadas nos prédios antes degradados e que foram restaurados com recursos públicos ao longo da segunda década do século XXI, destinaram-se a artistas e produtores culturais, e contam, ao nível da rua, com espaços para comércio e prestação de serviços. Cabe ressaltar que nenhum morador da comunidade do Porto do Capim, mesmo sendo artista ou artesão, não teve acesso a financiamento para ter direito a uma dessas moradias.

E se quis um Porto das Nau

Por outro lado, ao analisar a imagem acima podemos constatar as

peculiaridades da comunidade, pois ela é ribeirinha, periférica, central, urbana, porém com características rurais, pois, alguns moradores ainda praticam agricultura nas ilhas do Rio Paraíba. Um fato importante a se notar também nesta fotografia é que há uma área do manguezal recuperada justamente pelos cuidados dos moradores. Esta região tinha sido devastada durante as obras para construção do Porto de Epitácio Pessoa – o famoso embuste do Porto Internacional da Paraíba – no início do século XX, como podemos ver abaixo.

Figura 5 - Construção do Porto de Epitácio Pessoa.



Fonte: Acervo do Porto de Cabedelo (1922)

Na década de 1920, as autoridades locais se determinaram a fazer um Porto Internacional, como uma espécie de “redenção da Paraíba”, que finalmente se livraria da dependência perante o porto do Recife. Seja como for, o tal empreendimento se constituiu em uma série de negociatas e roubalheiras das mais deslavadas como apontada por José Joffily no seu “O Porto Político”, ao qual nos referimos anteriormente, deixando atrás de si um rastro de destruição ambiental e prejuízos sociais sem monta, que levou à completa desativação do Porto e sua definitiva transferência para Cabedelo nos anos seguintes.

Com o desenvolvimento turístico da região, após a sua reconfiguração econômica da década de 1990 surgiram uma série de propostas de melhor exploração de suas potencialidades, mas sob a ótica de turismo alheia às

populações locais, consideradas embaraços a um empreendimento que “recuperasse a história autêntica do lugar” e removesse aquelas populações para regiões distantes, onde uma “asepsia urbana” transformasse o lugar em um apazível ponto de lazer. Acontece que aquelas pessoas tinham uma história, uma memória e direitos e, portanto, começaram a constituir um movimento de resistência e reação contra as ofensivas que passaram a sofrer.

Então, verifica-se um processo de longos anos nos quais no centro urbano aconteceu a evasão de moradores de maior aporte econômico, enquanto foi transformado em área de comércio e serviços. Já o antigo porto se tornou um tanto invisível à população da cidade, até por estar após a linha do trem e escondido pelas fachadas dos antigos casarões ou pelo manguezal. O interesse em desenvolver um polo turístico na região, motivado pela suposta recuperação do “varadouro das naus”, visão romantizada do passado, criou uma crescente ameaça de remoção dos moradores do lugar, sem garantia de respeito a quaisquer de seus direitos. Tal processo ganhou mais dramaticidade nos últimos anos.

Pare, olhe, escute! Aqui tem gente!

Em contrapartida, diante dos múltiplos e constantes ataques, a comunidade passou a se organizar por diversas vias para resistir a essa constante ameaça. Entre os anos de 2016-2019 é possível perceber uma acentuação da reação da população que habita o Porto do Capim. O movimento da comunidade frente às medidas opressoras da Prefeitura Municipal de João Pessoa reativou algumas das características que os configuram enquanto classe, como os costumes em comum, anteriormente citados.

Nesse período que estive participando dos projetos de extensão *Subindo a Ladeira e Rolezinho na UFPB*, o qual atualmente denomina-se *Rolezinho do Porto do Capim*. Este último incentiva a identidade dos jovens da comunidade e valoriza seu território, tendo como objetivo desenvolver com eles, a partir de atividades coletivas, a reflexão sobre suas realidades e, ao mesmo tempo, promover o estímulo para a mobilização em defesa de seus direitos. A extensão universitária é, nesse sentido, entendida como facilitadora da comunicação entre a academia e a sociedade a fim de promover uma troca dos saberes científicos e populares para a resolução de problemas sociais.

Ao longo desses anos ocorreram várias mudanças com os participantes dos projetos, e não só em estatura, as mulheres jovens e moradoras da comunidade em sua maioria se tornaram cada vez mais maduras e conscientes de seus papéis comunitários.

Para uma melhor compreensão de ações de Educação Patrimonial praticadas em torno desse movimento da comunidade, abordamos, a seguir, os projetos que atuam no Porto do Capim, considerando suas finalidades, formas de atuação e organização.

O projeto Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial através da Arte atua desde 2010, concebido e promovido pela Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra⁶, objetivando, inicialmente, a realização de mostras culturais para a comunidade Porto do Capim. Contudo, em 2011, ao se vincular à Universidade Federal da Paraíba através do PROBEX – Programa de Bolsas de Extensão o projeto iniciou a atuação na perspectiva da educação popular, com uma equipe multidisciplinar, trabalhando com o público infantil, moradores da comunidade, incentivando-os a se reconhecerem enquanto protagonistas na estruturação de suas identidades e no compartilhamento e preservação da cultura ribeirinha.

Atualmente, o projeto Subindo a Ladeira busca, a partir de atividades artísticas, envolver as crianças moradoras da comunidade Porto do Capim para compreenderem a importância do patrimônio histórico cultural e, assim, compreenderem o seu papel histórico.

A Educação Patrimonial e o ensino de História Local são as principais abordagens teóricas norteadoras das atividades para o processo do fazer-se histórico, provocando a reflexão da esfera particular e suas relações sociais. Há nove anos acompanhando e estimulando aqueles que estão na formação escolar básica a se situar na luta em prol da comunidade através de oficinas de Educação Patrimonial, que ocorrem semanalmente, com práticas educativas populares e interdisciplinares abrangendo a música, o teatro e a contação de histórias, as linguagens artísticas em geral.

De acordo com o IPHAN, a Educação Patrimonial consiste nos processos de ensino-aprendizagem formais e não formais que focam no patrimônio cultural enquanto mediador para a compreensão do

6 A Fundação Casa de Cultura Cia da Terra é uma instituição sem fins lucrativos que colabora no desenvolvimento dos projetos de extensão Subindo a Ladeira e Rolezinho do Porto do Capim.

saber histórico de uma região, colaborando para seu reconhecimento e consequentemente, sua valorização e preservação. Sendo a aprendizagem construída coletiva e democraticamente, com a participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras de tal referência cultural.

Enquanto a História Local, como apresenta Melo (2015), busca discutir e elaborar uma historiografia regional que analise as realidades históricas ímpares, mas também, proporcione uma ampliação teórico/metodológica a partir dos silenciados e excluídos da história oficial, resultando na possibilidade de se estabelecer relações entre prática e teoria.

O desenvolvimento do Subindo a Ladeira, assim como de seus participantes, comprova como a educação libertadora, em que a partir dos objetos locais buscam-se as práticas de ensino, justifica a formação até mesmo intelectual de algumas dessas jovens. Além disto, as ramificações deste modelo educacional abordado na comunidade se encontram em outros espaços comunitários, por exemplo, na articulação das jovens em movimentos e coletivos como o *Garças do Sanhauá*, ativas na luta pelo direito ao território. A partir de 2015 houve significativas diferenças para a luta pelo território. As parcerias com o apoio da UFPB através do Programa Abrace o Porto do Capim⁷ intensificaram as ações da extensão universitária na comunidade e, consequentemente, essas foram essenciais para o fortalecimento dos moradores ao resistirem e lutarem por sua permanência no território.

Contudo, com a deflagração do golpe em 2016 e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o início do desmonte das universidades públicas prejudicou as ações de extensão nas comunidades, por causa do corte das verbas destinadas a tais, mas também pela instabilidade política que se instaurou na sociedade brasileira dividindo e enfraquecendo várias organizações.

Apesar dessas problemáticas, as oficinas dos projetos não deixaram de ocorrer mesmo que com este cenário, inclusive, no ano seguinte aconteceu um marco na história do Subindo a Ladeira. Em 2017, ficou notória a necessidade de contemplar os diferentes interesses que marcavam as distintas faixas etárias dos participantes do projeto. Foi preciso uma adaptação diante das questões postas pelos jovens e adolescentes em particular.

7 “Abraço o Porto do Capim” foi um projeto de requalificação urbana, ambiental e patrimonial do Porto do Capim multidisciplinar que abrangeu os cursos de Arquitetura, Direito, História, Geografia e entre outros da UFPB

A realização dos *Conversatórios na UFPB*, encontros quinzenais na Universidade Federal da Paraíba organizados pelo projeto Subindo a Ladeira discutiam as temáticas ligadas à comunidade em rodas de diálogo como racismo, machismo, criminalização da pobreza entre outros com os jovens da comunidade que demonstraram interesse em participar resultou no que a equipe considera um desdobramento, o atual projeto Rolezinho do Porto do Capim.

O projeto se originou em meio à curiosidade dos jovens e adolescentes em conhecer o campus universitário e a oportunidade de sair da comunidade. Houve uma apropriação do termo *rolezinho* usado no contexto paulista, onde vários jovens periféricos, proibidos de se encontrarem em shopping centers resolveram ocupar o espaço contrariando a criminalização da pobreza.

O Rolezinho na atualidade caracteriza um grupo de jovens, mas também um projeto de extensão vinculado ao PROBEX pelo segundo ano consecutivo, atuante com e para a comunidade Porto do Capim.

Desde minha entrada no *Subindo a Ladeira*, em 2016, estive envolvida na execução das oficinas. Naquele ano o maior foco das atividades era desenvolver através da elaboração de árvores genealógicas a conexão entre os alunos e, conseqüentemente, conhecer melhor suas famílias. A construção dessa genealogia resultou no mapeamento das famílias que vivem na comunidade e seu entorno como na autocompreensão das crianças sobre a ligação existente entre elas.

Em 2017, as oficinas buscaram trabalhar com a memória de Dona Maria do Coco, que não podia ouvir um batuque de tambor ou de palma de mão⁸. Dona Maria era moradora do Porto do Capim, que tragicamente faleceu em 2017, vítima de um acidente de trânsito além de ser uma catadora de materiais recicláveis era conhecida por cantar e encantar as crianças da comunidade com seus cocos e a famosa música da bonequinha que, apesar de não ser de sua autoria permaneceu na memória das crianças, enfatizando sua importância no imaginário cultural dos moradores. As maiores culminâncias do ano se concretizaram na construção dos cadernos de desenho abordando a questão patrimonial a partir do caso de Dona Maria, na apresentação de aula experimental para finalizar o período de

8 Trecho da música composta por Erick de Almeida em homenagem a Dona Maria do Coco.

vigência do PROBEX e no desdobramento do projeto, o *Rolezinho do Porto do Capim*.

A partir dos trabalhos realizados nos anos anteriores a equipe resolveu adaptar as oficinas aos respectivos públicos. Com as crianças retomamos o mapeamento genealógico por meio da cartografia social, reconhecendo assim o território comunitário e enaltecendo os vínculos simbólicos com os espaços escolhidos por cada criança. Todavia, com os adolescentes seguimos uma abordagem mais teórica em encontros quinzenais no modelo dos Conversatórios.

No final do segundo semestre de 2018 o projeto, através da Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, firmou uma parceria junto ao coletivo de jovens da comunidade Garças do Sanhauá com o *Semente Cinematográfica*, projeto financiado pelo Edital Rumos Itaú Cultural que desenvolve pesquisas e práticas educativas por meio da tecnologia, visando produzir materiais audiovisuais que valorizassem o protagonismo cultural e juvenil da comunidade. A conclusão do ano letivo foi marcada pela apresentação do experimento cênico-musical *Pare, Olhe, Escute! Aqui tem gente! Parte II* nas festividades do Natal Cultural do Porto do Capim, que envolveu tanto as crianças do Subindo a Ladeira, quanto os jovens do Rolezinho na cantoria das músicas trabalhadas ao longo do ano que fizeram parte do repertório do experimento.

A parceria com o projeto *Semente Cinematográfica* definiu a metodologia que seria abordada no ano seguinte, 2019. Com bases no *Caderno do Inventar*, material didático sobre produção audiovisual adotada pelo *Semente*, as oficinas foram desenvolvidas a partir dos dispositivos que são maneiras de utilizar a câmera e produzir materiais audiovisuais em formatos e planos diferentes.

Ainda em 2019 ocorreu a divisão da equipe necessária para que trabalhassem especificamente com cada projeto, o Subindo a Ladeira e o Rolezinho do Porto do Capim, que a partir de então se vinculou ao PROBEX, como já abordado. Os planejamentos foram definidos a partir de oficinas de educação musical, história vista de baixo e educação com metodologias ativas, principalmente no Rolezinho com o *Caderno do Inventar*.

Nas primeiras oficinas obtivemos sucesso com a implantação do método, os dispositivos foram aceitos e a sua utilização foi divertida entre os jovens. Um dos dispositivos, foto falada, que consiste em contar uma história

em formato de carta declamada para a câmera, definiu o desenvolvimento de um outro dispositivo pelos jovens, o Palavra Falada. Como o dispositivo inicial contava uma história, começamos a escrita de cartas e estas cartas foram separadas em temáticas como racismo, homofobia e machismo e, então, os jovens contavam as histórias para a câmera a partir da palavra.

No entanto, até meados de março de 2019 os ânimos se mantiveram calmos pela comunidade, mas, a PMJP se fez presente distribuindo ordens de despejo em 48 horas para os moradores das áreas Vila Nassau e Praça 15 de Novembro que constituem o território comunitário.

Com isto, foi necessária uma alteração incisiva nos planejamentos anuais dos projetos. Ocorreu, neste momento, a rearticulação da Associação de Mulheres do Porto do Capim, fundamental para a conexão das ações junto às crianças e adolescente moradores da localidade.

O mês de abril de 2019 foi marcado pela realização de eventos aos sábados em prol da comunidade, o Ocupe o Porto, assim como houvera acontecido em 2013, chamou a atenção, pelos movimentos culturais da cidade, da população em geral sobre o que estava acontecendo com os moradores da comunidade tradicional que tinham seu direito à moradia violado brutalmente pelo Estado, sendo então, constatado o “potencial revolucionário da gente comum” (THOMPSON, 2002, p. 25) que, em geral, é esquecido nessas relações paternalistas na hierarquia de classes.

Estes movimentos culturais e de resistências como afirma Thompson (1998) desenvolvem modificações nos costumes, na cultura e no pensamento de mulheres e homens que em defesa de seus direitos ou costumes tradicionais resolvem se rebelar, mesmo que neste caso, de forma pacífica. Especificamente, no Porto do Capim, esses motins são realizados primeiramente pelas mulheres, pois elas

são mais inclinadas à rebelião, elas têm menos medo da lei, em parte por ignorância, em parte porque tiram partido do privilégio de seu sexo, e por isso em todos os tumultos públicos elas as primeiras em violência e ferocidade (THOMPSON, 1998, p. 184).

A partir disto, toda a produção cultural e comemorativa da comunidade teve um caráter mais politizado diante do que se estava enfrentando novamente. A recorrência desta problemática social é cometida pelo valor turístico e histórico da área da comunidade, pois, é uma região

com possibilidades para desenvolvimento do ecoturismo, assim como é o local em que a Prefeitura gostaria de construir o Marco Zero da cidade atendendo aos interesses do capital. Contudo, o coletivo de jovens Garças do Sanhauá ao realizar o *Vivenciando o Porto*, um projeto de turismo de base comunitária, envolve a população externa com a realidade comunidade e, portanto, transmite os reais valores comunitários e sua tradição ribeirinha, ou seja, apresenta seu valor de uso, uma vez que o manguezal e o rio são responsáveis pela perpetuação de costumes e da sobrevivência de alguns moradores.

O Arraiá do Porto foi marcado pela resistência não só do Porto do Capim, mas de todas as mulheres que estão à frente das lideranças das comunidades tradicionais na região metropolitana de João Pessoa. Este primeiro encontrou desencadeou o *I Entre Redes*, seminário da rede de apoio às comunidades tradicionais no mês Agosto de 2019, na Praça da Resistência. Esse espaço foi construído pelos moradores a partir dos escombros das casas que foram derrubadas pela PMJP nos meses anteriores, demonstrando o cuidado e a resignificação com o local.

Essa resistência, em conjunto com toda a elaboração cultural frente às tentativas de remoção que os uniram e os fez compreender os espaços informais e formais de sociabilidade criando desta maneira, o imaginário da consciência de um povo, uma comunidade.

É a partir desses movimentos culturais com caráter político que aponto a ativa participação das jovens da comunidade como primordiais para a construção da consciência de classe entre os moradores, caracterizando este movimento enquanto um protagonismo juvenil e principalmente feminino, pois são, na maioria, as mulheres que estão à frente do movimento.

Essa tomada de consciência é perceptível na participação de vários moradores que, antes não eram envolvidos nos movimentos socioculturais da comunidade; esses moradores foram impulsionados primeiramente pelo medo de perderem seu território.

Figura 6 – Apresentação das Comadres na Praça da Alegria/ UFPB.



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

No entanto, considero as linguagens artísticas como outro motivo considerável na luta comunitária, por exemplo as apresentações pelo grupo das Garças, *As Comadres*, por representarem a Comadre Florzinha, entidade do imaginário popular a quem os moradores atrelam a proteção do território juntamente com o Pai do Manguê⁹. Embora perceptível a resistência no imaginário popular por uma pequena parcela dos moradores, os que não compactuam por suas crenças religiosas, ou seja, não creem na existência das entidades a formação do grupo de jovens, *Garças do Sanhauá*, envolve a maioria da garotada e promove um espaço de sociabilidade em meio às linguagens artísticas, o protagonismo feminino mas também a disseminação dos valores tradicionais e ribeirinhos.

A música também embalou as caminhadas e barricadas dos moradores, músicas escritas no âmbito do projeto Subindo a Ladeira, como as letras de *Pare, Olhe, Escute!* e *Ala-ursa* de autoria de Erick de Almeida, escritas no âmbito do Subindo a Ladeira em 2013. *Ala-ursa* tendo, inclusive, a coautoria das crianças e jovens participantes do projeto.

⁹ A Comadre Florzinha e o Pai do Manguê são entidades conhecidas no Nordeste do Brasil que vivem nas matas, rios e mangues e são, hoje, tidas como protetoras da comunidade ribeirinha em questão.

Essa apropriação dos conteúdos pelos familiares das crianças e adolescentes participantes dos projetos caracteriza a ação efetiva de formação pelos projetos de extensão, assim como fortaleceu o elo entre a comunidade e a academia.

Além destes pontos, a veiculação de fotos e vídeos da comunidade através das redes sociais garantiu uma segurança para a continuidade da produção dos conteúdos no Rolezinho do Porto do Capim com os jovens, e avalia-se que, mesmo que ao longo do ano tenham acontecido algumas desistências, a semente foi plantada.

Alguns dos participantes do Rolezinho ainda não se engajaram na luta política pela comunidade, mas observa-se neles que todos se identificam com o local, produzem materiais e apreciam os valores e a beleza da comunidade. Esse não engajamento político deve ser analisado sob a falta de maturidade, afinal, tratam-se de adolescentes.

Contudo, a maioria das garotas são muito mais ativas, pois foram acometidas, desde cedo, pelas imposições da sociedade patriarcal; então, essa defesa pelo território é mais forte entre elas. E não somente entre as adolescentes, as mulheres adultas e idosas também são muito participativas nos momentos de embate com a Prefeitura, inclusive pelo fato de a maioria ser membro da Associação de Mulheres do Porto do Capim, que possui um histórico de participação política.

Os jovens encontraram na luta uma significação mais que simbólica de seu território. A compreensão da dialética urbana diante das tentativas de uma reapropriação do espaço junto à narrativa da classe dominante acerca do que é a cidade motivaram esses jovens a buscar uma alternativa aos projetos de urbanização que não atendessem, portanto, aos interesses do capital dando o direito, então, de poder transformar a cidade e não apenas habitá-la.

É importante enfatizar que, mesmo que o Porto do Capim seja uma comunidade periférica e central com costumes que caracterizam os moradores enquanto tradicionais e ribeirinhos, lá

estão presentes todos os atributos de urbanidade (sentimento de pertencimento, compartilhamento de crenças e tradições, convívio social e solidariedade) em detrimento das condições de habitabilidade (casas em situação de risco, falta de infraestrutura, abandono dos espaços públicos)

(CATARINO E GONÇALVES, 2018, p. 74).

As tentativas de remoção se amparam nas intervenções em “áreas de risco” o que contraria a realidade da maioria da população do Porto do Capim, pois a cheia da maré não amedronta, o rio lava as calçadas e os saberes dos moradores se sobrepõem às dificuldades enfrentadas, de acordo com Almeida (2016). Todavia, são necessárias algumas mudanças para a melhoria de vida dos moradores em algumas áreas da comunidade.

A requalificação dos centros é relevante, mas deve ser inclusiva ao valorizar a historicidade, pois, as mudanças estão alheias à realidade dos lugares e da população local, o que contribui para a promoção do patrimônio enquanto mercadoria, propriedade privada e o turismo contemplativo que não proporciona reflexão crítica. Desse modo, ocorre a desconexão e não reconhecimento das tradições e práticas culturais, como afirmam Catarino e Gonçalves (2016).

As maiores transformações, direcionadas pelas jovens da comunidade contrárias às intervenções estatais resultaram em um projeto de turismo de base comunitária, *Vivenciando o Porto*, garantindo desta forma uma intervenção econômica, artística e cultural que garante a criação de um sentimento de pertencimento ao local.

Este sentimento foi criado em grande parte dos moradores da comunidade, porém não ainda na população em geral da cidade de João Pessoa, concretizando o silenciamento da importância dessa região para a cidade enquanto patrimônio histórico e cultural, material e imaterial. Essa ausência reflete na omissão dos habitantes da cidade em seu apoio à comunidade nos momentos em que os embates com a PMJP foram travados.

Se os pessoenses abraçassem e apoiassem a causa da comunidade haveria de fato uma ampliação da participação cidadã, garantindo o seu direito à cidade, no sentido lefebvriano. Para Henri Lefebvre este conceito

se refere ao direito no sentido ontológico, filosófico e amplo de questionar a condição de vida nas cidades e de transformar e reinventar a cidade conforme os desejos do presente e do futuro, conforme nossas mais profundas aspirações, numa dimensão mais coletiva do que individual (SCOCUGLIA, 2018, p. 26).

A compreensão para a consciência de classe é defasada também pelo fato do modelo educacional da extensão universitária, com ênfase na

relação dialógica e horizontal e em conhecimentos que valorizam e partem da experiência vivida, o que, na história significa a ênfase no local, não ser aplicado em outras fases mais básicas da educação. Ações e aulas de educação patrimonial promovem a construção da consciência e então, se nas escolas houvesse o ensino adequado às realidades do alunado em João Pessoa, a comunidade Porto do Capim e sua luta seriam reconhecidas e os rumos seriam diferentes pela maioria dos moradores da cidade.

Apesar de a fundação da cidade ter ocorrido às margens do Rio Sanhauá, não houve uma preservação da memória da “forma de habitar” das pessoas que ali viviam ao contrário da classe dominante colonial e imperial. Neste contexto, é fundamental apontar que os indígenas são a primeira força de trabalho na fundação da capitania e seu estilo de vida, sua forma de habitar, sobreviveu ao longo dos anos entre os trabalhadores da região, a exemplo do padrão de construção de casas de taipa que persiste desde o século XVI, de acordo com Gonçalves (2016). Embora não seja só isso que demonstre a continuidade entre as populações indígenas e as populações de ribeirinhos que vivem no estuário do rio Paraíba, trata-se de um aspecto importante. Gonçalves (2016) explorando mapas e pinturas do período colonial, apesar das dificuldades de documentação sobre os trabalhadores livres, constatou que a classe trabalhadora habitava a cidade baixa ou arrabaldes desde a conquista europeia e que o bairro do Varadouro ainda possuía o maior contingente populacional da cidade na virada para o século XX.

O processo de urbanização e modernização da cidade, já no período republicano, obrigou esses moradores a se distanciarem do centro, o que permanece até a atualidade, portanto, a história do Porto do Capim é a história de sua luta, de sua resistência à segregação. Apesar de ter sido posta na margem do dito histórico, submetida a silêncios, principalmente após a mudança do porto para a cidade de Cabedelo em 1935, a comunidade se perpetua, criando vínculos familiares, compartilhando costumes e saberes.

Os moradores dessa região estabeleceram, na construção identitária, uma referência territorial e simbólica com o Rio Sanhauá, sendo este o elemento agregador usado como critério da união e do comportamento que dita o ritmo social. O Rio Sanhauá agrega às famílias da comunidade subsistência e conhecimentos que foram herdados pelas seis gerações ali presentes na contemporaneidade, além de uma rica cultura que não pode ser submetida aos interesses das políticas higienistas como dita a lógica do

capital. As mais recentes tentativas de remoção pela PMJP não se efetivaram, porém, é essencial que os pessoenses assimilem os valores da comunidade como patrimônio imaterial da Paraíba.

A aproximação dessas realidades históricas deve inclusive acontecer através da Educação Patrimonial porque mesmo que haja uma disseminação de uma consciência preservacionista como afirma Londres (2012), não se observa o enaltecimento dos costumes populares, determinando uma subordinação cultural entre as classes. Deste modo, aqueles que deveriam ser os parceiros das comunidades tradicionais na luta pelas suas permanências acabam assumindo uma posição paternalista ao não agregar as experiências dos que se encontram à margem da cultura letrada.

Como Thompson afirma ao se referir a Wordsworth:

A igualdade através de experiências no trabalho, no sofrimento e de relações humanas básicas. Baseia-se muito menos em atributos racionais e ele confia muito pouco na educação formal que poderia inibir ou desviar o crescimento calcado na experiência (THOMPSON, 1987, p. 25).

Dessa maneira, é possível relacionar como a estrutura paternalista ainda se faz presente na educação e na cultura hodierna reverberando assim o distanciamento entre os moradores de uma mesma cidade, principalmente entre classes diferentes e provocando uma restrição da percepção das comunidades em geral, pois, “o pertencimento a uma classe é derivado da incumbência de um papel social”. (THOMPSON, 1987, p. 12).

Entretanto, como já explicitiei anteriormente, são os resultados das experiências em comum que quando articuladas entre homens que a partilhem ou herdem para seus interesses entre si, e contrárias a outros homens com divergentes interesses resulta na união de uma classe. No Porto do Capim, são as pessoas e suas experiências em comum que também constituem o patrimônio histórico, assim como uma classe em luta, portanto, em construção.

Diante do exposto, observamos a ação dos projetos de extensão em questão na comunidade Porto do Capim e suas principais ações de Educação Patrimonial ao longo do período entre os anos de 2016-2019 podemos concluir afirmando que o elo da extensão universitária, através, principalmente, dos projetos Subindo a Ladeira e Rolezinho do Porto do Capim, entre a comunidade e a Universidade Federal da Paraíba é forte e,

portanto, é possível constatar os efeitos positivos nos moradores dos processos da Educação Patrimonial, como o ensino de História Local é efetivo na comunidade e que, cada vez mais, eles se apropriam de suas peculiaridades reforçando o imaginário local e as identidades comunitária, ribeirinha e tradicional na cultura, nas expressões artísticas da comunidade enfatizando o teor político das apresentações assim como sendo disseminado na sociedade paraibana também através dos meios digitais¹⁰ para conscientizar a importância da permanência da comunidade para a cidade de João Pessoa.

Além das aplicações na comunidade, as oficinas também impactam os estudantes da graduação que participam dos projetos, pois é um dos momentos em que nos deparamos com a possibilidade da História Local e então, modificamos o sentido da historiografia oficial. Percebi, com a minha participação nas oficinas, que a História é escrita diariamente e que é preciso questionar os silenciamentos.

Por isso, a conclusão da Licenciatura em História me proporcionou uma mudança extremamente significativa em minha construção social e intelectual. Afirmo, com uma esperança de um mundo mais igual, que a História me formou para a vida e não apenas profissionalmente.

Não somente, é possível também apontar a apropriação e o sentimento identitário territorial pelos participantes dos projetos Subindo a Ladeira e Rolezinho do Porto do Capim, sendo estes jovens responsáveis pela continuidade da tradição comunitária e a valorização do espaço e de seus costumes ribeirinhos mesmo que não se tenha um teor explicitamente politizado. O fato de afirmarem suas raízes e a admirarem, mesmo que num sentido romântico, é extremamente importante, pois ao lado do que se aprende na luta cotidiana da comunidade, confirma-se o sucesso das ações/oficinas de Educação Patrimonial e ensino de História Local que ocorrem na comunidade desde o ano de 2010.

Dessa forma, essas expressões de valorização e o engajamento pela maioria dos moradores independente da faixa etária na luta pela permanência do território caracterizam os fatores principais da consciência de classe e sua constituição, de acordo com Thompson (1987). São esses fatores em comum que permitem a união dos moradores e divergem dos interesses e das ações

10 Para conhecer mais sobre a comunidade e suas lideranças, conheça as páginas @portodocapim, @respeiteosribeirinhos e @garcasdosanhaua nas redes sociais Instagram e Facebook.

da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Referências Bibliográficas

Acervo do Projeto Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e ensino de História Local através das linguagens artísticas (2010-2020).

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. “Gentrificação”. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.flch.usp.br/conceito/gentrificacao>>. Acessado em 23 de março de 2020.

ALMEIDA, Erick. **Ala-ursa**. 2013 (letra e música).

ALMEIDA, Erick. **Pare, Olhe, Escute**. 2013 (letra e música).

ALMEIDA, Hermes Augusto de. **A direção da segregação** – A produção da cidade no Brasil. Orientadora: Regina Célia Gonçalves. 2016. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

Área de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/349/>. Acessado em 30 de julho de 2020.

ASSAD, Patrícia. **Comadre Fulozinha e Pai do Mangue**: sua influência na formação da identidade, território e territorialidade na Comunidade do Porto do Capim. Orientadora: Araci Farias Silva. 2014. 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BELARMINO, Hugo e SCOCUGLIA, Jovanka. Rodas de Conversa sobre direito à cidade. In: ROMANO, Elizabetta et. al (orgs.). **Centralidades Periféricas. Periferias Centrais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. p. 68-79.

CATARINO, Acácio José Lopes. GONÇALVES, Regina Célia. Memória Urbana. In: ROMANO, Elizabetta et. al (orgs.). **Centralidades Periféricas. Periferias Centrais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. p. 139-145.

CERTEAU, Michel de. **Operação Histórica**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Tradução - Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. P. 17-48.

Educação Patrimonial. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acessado em 30 de julho de 2020.

FARIAS, Ivan Soares. **Parecer Técnico Antropológico n. 03/2015**. Ministério Público Federal.

GONÇALVES, Regina Célia. Como viviam os trabalhadores na cidade da Parahyba no período colonial. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Marcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan (orgs.). **Entre o Rio e o Mar**: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa, Editora da UFPB, 2016. p.64-89.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. *In:* : reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p. : il. color. 30 cm. – (Caderno temático ; 2).

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Do Porto Político à Política no Porto ou uma fábula sobre tecnocracia e roedores**. Disponível em <https://wscom.com.br/do-porto-politico-a-politica-no-porto-ou-uma-fabula/>. Acessado em 06 de agosto de 2020.

SALATA, André Ricardo. **Quem é Classe Média no Brasil?** Um Estudo sobre Identidades de Classe. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100111#B19>. Acessado em 22 de março de 2020.

SCOCUGLIA, Jovanka. Montando e desmontando fragmentos: continuidades e descontinuidades sobre direito à cidade contemporânea. *In:* ROMANO, Elizabetta et. al (orgs.). **Centralidades Periféricas. Periferias Centrais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.p. 24-35.

TAVARES, Ulisses. **Meu Brasil de A a Z/** Poemas de Ulisses Tavares, textos de Maria Galas. – São Paulo: Paulus, 2005. p. 20.

TELES, Leticia H. S. **Nas veredas da historiografia**: narrativas sobre o Porto do Capim. (João Pessoa/ PB). Orientadora: Regina Célia Gonçalves. 2019. 51 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. I. Trad. Denise Bottman. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. *In:* **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 269- 281.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. 1998. São Paulo: Companhia das Letras, 528p.

CAPÍTULO 4

INQUIETAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE UMA PESQUISA SOBRE O CINEMA SUPER-8 PERNAMBUCANO¹

Gabriel Bandeira Alexandre²

INTRODUÇÃO

A temática de pesquisa que o presente texto apresenta versa sobre o cinema super-8 – especialmente em Recife (PE) – como uma prática social de resistência durante o momento de pré “abertura política” e fins do período Médici sob o AI-5, no qual o estado de Pernambuco vivia em um contexto de intensa movimentação cultural à margem dos oficialismos estatais e, mesmo, de outros movimentos à esquerda, como o movimento Udigrudi; o Grupo de Teatro Vivencial Diversiones; o movimento de Arte postal ou Arte correio; o Ciclo Super-8; ou, ainda, os ecos das vindas de Gal Costa e de Caetano Veloso à capital pernambucana em 1972 e em 1973, respectivamente³.

1 A pesquisa da qual este artigo é tema foi aprovada na seleção discente para o curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), iniciado durante o primeiro semestre de 2022. Nesse sentido, a temática vincula-se às preocupações teórico-metodológicas da Área de Concentração (*Sociedades, Culturas e Poderes*) e da Linha de Pesquisa (*Cultura e Memória*) para as quais o projeto foi submetido. Sob orientação do Prof. Flávio Teixeira, o estudo contempla não só discussões nos campos da cultura, das representações e do tempo presente, mas também debates relacionados à História Cultural, à História de Pernambuco, à ditadura militar e à imagem, especificamente em movimento – todas estas, cumpre destacar, subáreas pertinentes à tal linha.

2 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE). E-mail: gabriel.bandeiraa@ufpe.br.

3 Cf., acerca de Gal Costa, Contente (2021); e sobre Caetano Veloso, *Conteúdo Zero, um*

Os filmes produzidos em formato super-8 integram tal período de agitação contracultural e marginal recifense, mediante o denominado *Ciclo Super-8*, tendo como marco inaugural o mês de setembro do ano de 1973, quando da II Jornada Nordestina de Curta-Metragem de Salvador; e o seu final, por sua vez, em 1983, com a realização de *Morte no Capibaribe*, de Paulo Caldas. Inicialmente criada e utilizada, sobretudo, para fins domésticos e amadores como forma de registrar eventos sociais, familiares, viagens e registros afins, a câmera super-8 foi apropriada pela juventude (obtendo, por exemplo, como expoentes, Jomard Muniz, Geneton Moraes, Fernando Spencer, Katia Mesel e Celso Marconi) e ultrapassou tais objetivos iniciais, tornando-se uma aliada às criações fílmicas experimentais de cineastas que agiam nas “brechas” do autoritarismo militar (FIGUEIRÔA, 1994, 2000).

À vista disso, esta pesquisa parte da problemática em torno do modo como operou a produção em super-8 em Pernambuco, dedicando-se, desse modo, a compreender a atuação cinematográfica superoitista durante a ditadura militar em tal estado, na qualidade de resistência cultural e política/micropolítica, entre os anos de 1973 e 1983. Para tanto, é preocupação do referido estudo analisar: i) a relação entre cinema, história e política; ii) o cenário artístico-cultural da cidade do Recife através de jornais; e iii) filmes em super-8, particularmente os de Jomard Muniz de Britto (JMB) e os de Geneton Moraes Neto⁴.

Filme para Desentendidos (1973/1974), disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3004>. Acesso em: 2 jul. 2022.

4 “Nascido na Rua Imperial, Bairro de São José, em 1937, Jomard é um cineasta, professor e escritor pernambucano. Graduado e Licenciado em Filosofia pela Universidade do Recife (atual UFPE), iniciou sua carreira profissional como professor de Filosofia em cursos secundários. Integrou a equipe inicial do Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos, tendo sido aposentado pelo regime de 1964. Manteve-se na UFPB até o AI-5. Agitador cultural, escritor, realizador de filmes em super-8 e de performances várias, participa intensamente da movimentação tropicalista no Nordeste nos anos 70. Cineclubista e intelectual engajado, irônico paladino das vanguardas, ‘o famigerado JMB ou o ETC do amor cortês’ (como se autointitula) é autor de dez livros, algumas peças de teatro e mais de 30 filmes e vídeos” (vide <http://cinematecapernambucana.com.br/diretores/jomard-muniz-de-britto/>).

“Nascido no Recife, em 1956, Geneton [Carneiro de] Moraes Neto foi jornalista e cineasta. Iniciou a carreira como repórter ainda adolescente, no suplemento infantil Júnior, do Diário de Pernambuco, no início dos anos 1970. Geneton trabalhou na sucursal Nordeste de O Estado de S. Paulo, entre 1975 e 1980, na Rede Globo de Televisão a partir de 1985, tendo sido editor do Jornal da Globo e do Jornal Nacional, e posteriormente correspondente da GloboNews e do jornal O Globo na Inglaterra. Foi ainda editor-chefe do programa dominical Fantástico. Em paralelo ao trabalho jornalístico, foi responsável

Compreendendo que sociedade e academia estão ligadas por meio de diversos laços, tal investigação se baseia em justificativas que objetiva reforçá-los. Dessa forma, no âmbito social, a execução deste projeto reafirma a importância do cinema como um dos principais meios de expressão cultural e política, cuja relevância para a cultura e para a história da cidade do Recife é evidente, tanto através de seus ciclos/surtos/movimentos quanto através do desenvolvimento cinematográfico pernambucano durante as três últimas décadas. Do mesmo modo, tal contribuição se estende no sentido de não só combater as atuais defesas aos autoritarismos, mas também estimular diálogos com a sociedade. Diálogos estes que tem a Cinemateca Pernambucana, por exemplo, como um dos meios privilegiados para sua realização, vide a divulgação e a permissão de acesso, virtuais e/ou *in situ*, a trabalhos cujas temáticas abordem o cinema pernambucano, bem como a abertura desta instituição a debates em seu espaço físico.

Academicamente, a escolha temática decorreu de inquietações científicas surgidas durante a graduação – quando do estudo da atuação da censura cinematográfica durante a ditadura militar – e tornaram-se problemas que foram analisados tanto na iniciação científica (2017-2019) como no trabalho de conclusão de curso (ALEXANDRE, 2019)⁵. Em diálogo com os resultados obtidos em tais investigações e tencionando aprofundar os estudos acerca do cinema e da ditadura militar, mediante novos recortes e novas abordagens, a atual investigação é relevante na medida em que se relaciona i) às pesquisas interessadas em explorar o uso do cinema como fonte histórica e/ou como objeto de análise, particularmente através de filmes realizados em formato super-8⁶; e ii) às novas interpretações tocantes à ditadura militar brasileira.

Este tópico pretendeu introduzir os(as) leitores(as) no assunto referente à minha análise científica em estado inicial sobre o cinema super-8 na cidade do Recife, contextualizando-a e destacando seus objetivos e suas

por uma importante produção no campo do audiovisual. A partir de 1973, passou a realizar curtas em Super-8, por influência e incentivo do crítico pernambucano Fernando Spencer. Até 1984, realizou curtas em Pernambuco, no Rio de Janeiro, na Itália e na França, sempre experimentais, baseados em textos poéticos, e explorando a imagem estourada da bitola super-8” (vide <http://cinematecapernambucana.com.br/diretores/geneton-moraes-neto/>).

5 Parte dos resultados desta pesquisa também pode ser conferida em Alexandre (2020).

6 Para uma referência acerca de alguns desses trabalhos, tanto em História como em outras áreas, cf. o último parágrafo do tópico referente à fundamentação teórica.

justificativas social e acadêmica. Seguindo este percurso, nas próximas duas partes serão articulados os elementos teóricos (conceitos e historiografia) e metodológicos (métodos e fontes) do citado estudo. Por fim, cotejar-se-á a minha pesquisa com as reflexões praticadas durante as aulas de Teoria e Metodologia da História.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alguns conceitos são fundamentais para pensar o cinema em minha pesquisa. Nesse sentido, eles são discutidos pensando tal objeto de estudo a partir de três abordagens: cinema como *fonte histórica*, como *representação social* e como *prática social*. Contemplando também as noções de *táticas* e de *micropolítica*, tais enfoques estão conectados às reflexões acerca da ideia de resistência cinematográfica através do super-8 durante a ditadura militar em Recife.

Ditadura *militar* e não *civil-militar*, pois tal terminologia se baseia nos pensamentos de Fico (2014, 2017) e de Napolitano (2017) ao destacarem a proeminência dos militares durante o pós-1964, mesmo que com o apoio de civis até 1985. Nesse sentido, depreende-se que não é o *apoio político* o definidor da natureza de um evento histórico, mas sim a *efetiva participação dos agentes históricos* para a concretização do acontecimento. Assim, há que se diferenciar o Golpe de Estado de 1964, baseado numa *coalizão civil-militar* (NAPOLITANO, 2017) com participação direta e ativa, na qualidade de estrategistas e de conspiradores, de um amplo conjunto de civis (FICO, 2014), da ditadura *per se*, cuja denominação como *militar* advém da centralidade dos militares enquanto sujeitos históricos à efetivação de tal regime.

Enquanto Fico (2014, 2017) destaca a superfluidade e a imprecisão dos termos *civil-militar* e/ou *empresarial-militar* (DREIFUSS, 1981), bem como a indiscutibilidade da caracterização *militar* à ditadura, Napolitano (2017) atenta para a permanência dos militares no centro decisório do poder durante todo o período ditatorial. Assim, considerando i) que um Golpe de Estado não precisa ser necessariamente militar, embora a maioria seja protagonizada por este grupo (BARBÉ, 1998; SILVA, 2009); ii) o afastamento, pelos militares, de diversos setores da sociedade civil do governo, no decurso do pós-Golpe civil-militar; e iii) a essencialidade e a responsabilidade dos

militares para a estruturação e para a manutenção da ditadura, esta pesquisa adota o léxico *ditadura militar* mediante as aproximações conceituais entre Fico e Napolitano, pensando a *configuração imanente* de tal regime como militarmente orientada (FICO, 2017).

Essa discussão em torno das conceituações da ditadura une-se à do cinema como *fonte* que, por sua vez, representa tal época ditatorial através de sons e de imagens em movimento, produzindo discursos fílmicos e, portanto, práticas e representações sociais. Nesse sentido, os filmes são considerados, assim como destacado no debate metodológico referente aos jornais, uma documentação importante para a construção do conhecimento histórico, dotados de uma linguagem específica, mas que se assemelham a qualquer outra fonte histórica, seja ela escrita, seja ela não escrita: são um tipo de narrativa construída, a partir de determinada realidade ou determinado fato, não sendo, portanto, imparciais. Os cineastas, desse modo, realizam filmes que podem ser historicizados e analisados pelos historiadores, os quais participam do processo de elaboração desse documento mediante interpretação e crítica documental. Assim, os sentidos dos filmes são constituídos com base na natureza das indagações a eles direcionadas (FERRO, 1992; SILVA, 2009).

Influenciada pelos debates ocorridos durante o século XX, sob o contexto das transformações teórico-metodológicas ocorridas no campo historiográfico, especialmente com a escola dos Annales, a relação entre o Cinema e a História foi discutida por autores como Ferro (1992) e Rosenstone (2015), cujas contribuições centram-se na reflexão do cinema como documento histórico. Assim, se com Bloch (2001) a História é concebida como a *ciência dos homens no tempo*, em que a explicação de um acontecimento histórico não pode acontecer fora de seu *momento* por meio das abordagens de Ferro e de Rosenstone, também não é possível analisar o cinema abstraindo-o do período histórico sob o qual foi constituído.

Assim, Ferro (1992) defende que, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, o filme é História, bem como o são os aspectos mais abstratos do ser humano, isto é, as *crenças*, as *intenções* e o *imaginário*. Rosenstone (2015), de certa forma, aliando-se a tal hipótese, esclarece que a história escrita e a história veiculada pela tela são parecidas em dois pontos: i) ambas se referem a *acontecimentos, momentos e movimentos reais do passado* e, ii) simultaneamente, comungam do *irreal* e do *ficcional* pelo fato

desses se comporem de convenções desenvolvidas para falar de onde os seres humanos vieram, onde se encontram e para onde acham que estão indo. Tais teses demonstram, portanto, a importância do diálogo do cinema com outras fontes e a relevância dos filmes para a sociedade e para as reflexões humanas, instituindo, conforme Rosenstone (2015), uma nova forma de pensar a História.

É no âmbito dessa relação entre Cinema e História que cineastas e historiadores se aproximam em um duplo movimento: através do uso da linguagem cinematográfica, para tratar de temáticas caras à História, e através da construção de análises fílmicas, mediante teoria e metodologia históricas. Reconhecendo esta afinidade, Rosenstone (2015) utiliza o conceito de *historiofotia*, proposto por White, para pensar a representação da História e do que se pensa dela mediante imagens visuais e discurso fílmico. Nesse sentido, aproximando-se do conceito de *representação*, as fontes fílmicas precisam ser julgadas para além de cópia fiel da realidade e/ou de meras ilustrações e, dessa forma, serem analisadas em associação ao contexto em que estão inseridas, de modo a confrontar o filme com questões externas ao filme (FERRO, 1992).

No entanto, tal modo de pensar as obras fílmicas proposto por Ferro, apesar de situá-las contextualmente, está amparado em dicotomias, cujos objetivos concentram-se em encontrar o *latente* através do *aparente* ou o *não-visível* por meio do *visível*, implicando em críticas, como as de Kornis (1992) e de Morettin (2003) que, respectivamente, sinalizam a não articulação entre análise do conteúdo do filme, contexto de produção e linguagem cinematográfica; e a desconsideração do caráter polissêmico das imagens quando se apoiam nessas oposições. Assim, pensando na fusão dos pontos internos e externos ao filme, e atentando para os diversos sentidos que as imagens provocam, ambos os autores, apesar das divergências, também se aproximam de Ferro ao destacarem as relações entre o cinema, a História e a sociedade sem considerar o discurso fílmico como um reflexo direto do real.

Admitindo que uma história nunca é idêntica à fonte que a testemunha, como afirma Koselleck (2006), e mediante os apontamentos anteriores, depreende-se que as fontes fílmicas, atuando também como *agentes históricos* na medida em que interferem na própria História (FERRO, 1992; BARROS, 2007, 2016), não existem fora do espaço e do tempo em que são produzidas, sendo geradas por meio das intenções de quem as cria. Dessa

maneira, pensar o cinema como documento é compreendê-lo enquanto produto humano inserido em um contexto no qual cineastas e historiadores, a partir dos discursos *filmico* e *histórico*, conscientemente ou não, são direcionados para além de fatores ideológicos, sociais, culturais, políticos e econômicos, pelos aspectos afetivos e emocionais. Estes, conjugados aos pontos anteriores, presentes e suscitados também *nos* e *pelos* espectadores que não só leem a História (com suas dores e seus prazeres), mas, igual e concomitantemente, a veem, a ouvem, a sentem e a vivem/revivem através dos filmes (LAGNY, 2012; ROSENSTONE, 2015), considerando-a da mesma forma como pensa Albuquerque Junior (2004, 2011): História como saber e como vida, aliada ao humano e, por isso, próxima às dúvidas e aberta às incertezas⁷.

À vista de tais reflexões, se por um lado o cinema como uma fonte não alcança o real por este ser inatingível e, portanto, não apreende a realidade propriamente dita, não restaura o real em sua integridade e não atinge a completa ressurreição do passado, como salientam Koselleck (2006), Pesavento (1995) e Dosse (2012), respectivamente; por outro, os filmes podem representar esse real ou, ainda, uma dada realidade que seja livremente concebida com sua própria historicidade e intencionalidades, isto é, o cinema sempre representa algo (e também é representado *por si mesmo* e pelos *outros*), atuando, pois, no campo das representações.

Além de ser um dos conceitos-chave para a História Cultural,

⁷ Quando de sua análise sobre a invenção do Nordeste, Albuquerque Junior, no último parágrafo, finaliza o livro com uma interessante descrição sobre a História, que também funciona como uma espécie de declaração de amor a esta disciplina e cuja citação considero importante reproduzir na íntegra. Assim, nos instigando a refletir sobre o próprio processo de desenvolvimento de uma pesquisa histórica, ele assevera, *ipsis litteris*: “É preciso, pois, continuarmos amando a história, não pelas certezas que nos revela, mas pelas dúvidas que levanta, pelos problemas que coloca e recoloca; não porque os resolve e descobre inscrita em si mesma, uma panaceia teleológica que viria a suprimir todos os nossos sofrimentos. A história não é um ritual de apaziguamento, mas de devoração, de despedaçamento. Ela não é bálsamo, é fogueira que reduz a cinzas nossas verdades estabelecidas, que solta fagulhas de dúvidas, que não torna as coisas claras, que não dissipa a fumaça do passado, mas busca entender como esta fumaça se produziu. O problema, antes de ser coberto pelas cinzas de uma resolução teórica, deve ser soprado para que apareça em todo o seu ardor de brasa. Ele deve voltar a queimar, a incomodar. É preciso que a invenção do Nordeste deixe de ser uma questão adormecida, para voltar a ser resposta em nome do amor à vida que ainda é possível, em nome do amor aos homens, que ainda nos deixa em dúvida, certos de que não há nada mais inumano que a certeza, parente da morte. Se a vida é amiga da arte, é possível com arte inventarmos outros Nordestes, que signifiquem a supressão das clausuras desta grande prisão que são as fronteiras” (2011, p. 354).

representação é também objeto de discussões teóricas em diversas áreas das Ciências Humanas, estimulando ainda mais os diálogos entre a História e a Linguística ou entre as Ciências Sociais, por exemplo. Nesse sentido, no campo da historiografia há as contribuições de Pesavento (1995, p. 15-18) que, refletindo acerca do *imaginário*, articula as noções de *representação* definidas por Le Goff, o qual atrela este termo ao processo de abstração baseado na *tradução mental de uma realidade exterior percebida*, e por Bourdieu, compreendendo que as representações abrangem atos de *apreciação*, de *conhecimento* e de *reconhecimento* mediante estratégias, interesses, manipulações e bagagem cultural e, portanto, envolvendo *lutas sociais e jogos de poder*.

Complementando tais perspectivas, consideramos igualmente as contribuições teóricas de Koselleck (2006) no campo da *história dos conceitos*, cujas ligações com a linguística envolve tal terminologia aos atos de *narrar* e de *descrever*, entendendo, dessa forma, que *representação* se liga ao modo pelo qual a História narra eventos e descreve estruturas. A exploração deste conceito neste estudo está, pois, fundamentada em entrelaçamentos como esses, através dos quais *representação* é analisado em conjunto a outras ideias e a autores de diferentes áreas.

Assim, tal termo possui espaço nos escritos de autores como Chartier (2002a, 2002b), pensador-chave nessa reflexão (BARROS, 2005), Ginzburg (2001) e Hall (2016). Aproximando-se da sua terminologia latina – *repraesentare* – cujo significado é tornar *presente* ou *manifesto*, *apresentar novamente* ou, ainda, *substituir um objeto por outro* (PITKIN, 2006), Chartier (2002a; 2002b) e Ginzburg (2001) atentam para os sentidos de *representação*, que podem operar tanto como exibição de uma *ausência*, fazendo ver o ausente através da substituição por uma imagem, quanto de uma *presença*, visibilizando a realidade representada por meio da *apresentação pública de algo ou alguém*.

Nesse primeiro sentido, percebe-se que a substituição de um *não-presente* não se encaixa em uma ideia mimética por meio da qual se atingiria o mundo real a partir da imitação, numa espécie de espelho que refletiria fielmente a realidade, caracterizada por Hall (2016), quando do debate sobre as teorias da representação, como *abordagem reflexiva* em contraposição à *intencional* e à *construtivista*. Dessa forma, assentando-se na interpretação de Chartier (2002a, 2002b) para a compreensão do cinema em super-8 como

representação social, e evocando tal concepção a fim de pensar como tal bitola era utilizada para representar questões caras ao período da ditadura em Recife, concorda-se que o mundo social é historicamente construído por meio de representações sociais elaboradas através de discursos que, por seu turno, instituem práticas e estratégias ligadas ao poder, à dominação e a lutas.

Por esse eixo de análise, as representações estão intrinsecamente unidas ao discurso⁸ e, conseqüentemente, ao poder, às reproduções e às mudanças sociais, de modo que os sujeitos, a verdade e o mundo são moldados pelas práticas discursivas e, assim, não existem nem fora do discurso nem independentes do poder (FOUCAULT, 1979, 2000, 2008; PESAVENTO, 1995; CHARTIER, 2002a, 2002b; FAIRCLOUGH, 2016). Concepção esta que, todavia, não nega o concreto, o real ou o material, mas sim pensa que nada nos âmbitos humano e social têm sentido sem que sejam consideradas as relações discursivas e as de poder, ou seja, preocupa-se menos na existência das coisas em si do que nos processos que fabricam os seus sentidos (HALL, 2016).

Assim, se as representações estão imbricadas ao discurso e ao poder, existem *lutas sociais* e *lutas de representação*, e, portanto, espaço para que os sujeitos sociais como agentes também remodelem e reestruturem as práticas discursivas e sociais, distanciando-se, dessa forma, de uma compreensão que pensa o poder e o discurso sob as óticas da unilinearidade e da passividade (FOUCAULT, 1979, 2000, 2008; PESAVENTO, 1995; CHARTIER, 2002a, 2002b; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004; FAIRCLOUGH, 2016). Do mesmo modo, como pontua Pesavento (1995), a categoria do *real*, simultaneamente, opera como concretude e como representação.

Conseqüentemente, evocam-se as confluências entre representação e linguagem, de forma que representar associa-se à cultura e à produção de sentidos e de significados, em que as práticas sociais e discursivas, plural e contraditoriamente, significam o mundo (CHARTIER, 2002a, 2002b;

8 *Discurso*, de acordo com a perspectiva de Foucault (1979, 2000, 2008), vincula-se às *práticas* que formam, reproduzem e transformam os objetos de que falam, assim como os sujeitos sociais, e ao *poder*, definindo *regimes de verdade*, e conforme Fairclough (2016), interagindo com a abordagem foucaultiana, apesar de distâncias teórico-metodológicas à sua análise do discurso, é visto como uma prática social (associada às práticas política e ideológica) de *representação* e de *significação* que constrói e reconstrói o mundo, agindo tanto para a reprodução como para a transformação das sociedades.

HALL, 2016). Nesse processo, o cinema é posto como uma prática social que, ao produzir sentidos e significados culturais, também instaura práticas sociais, como lembram Turner (1997); e a partir de Lagny, Valim (2005, 2006), operando, portanto, mediante *discursos cinematográficos e práticas cinematográficas*. Em vista disso, se por um lado a linguagem é um dos principais modos pelos quais a cultura, na qualidade de espaço de disputas, produz e reproduz as significações sociais; a linguagem cinematográfica, mediante efeitos, sons e imagens em movimento, por seu turno, atua diretamente no mundo social mediante o desenvolvimento de seus sentidos e na veiculação de suas representações.

No entanto, tais significados não são invariáveis e, com isso, as interpretações decorrentes dos atos de leitura e de compreensão de uma obra fílmica também não o são, revelando que os leitores/espectadores, situados social, cultural e historicamente, *apropriam-se e reapropriam-se*, recorrendo-se à terminologia chartieriana do texto fílmico, rompendo com a ideia segundo a qual as obras carregariam uma interpretação unívoca (TURNER, 1997; CHARTIER, 2002a, 2002b; VALIM, 2005, 2006; LAGNY, 2012; FAIRCLOUGH, 2016). Dessa forma, pensando o cinema e os sujeitos sociais como agentes da História, obtêm-se relações interdependentes e complexas entre produção fílmica e recepção fílmica, na medida em que o consumo cultural também é uma *criação* ou *outra produção* fundando não objetos, mas sim sentidos às obras através de múltiplas interpretações (CERTEAU, 1998; CHARTIER, 2002b). Por conseguinte, não só o cinema, especialmente o super-8, é uma prática social que institui práticas sociais, mas também o são as leituras que se fazem dele.

É no terreno das práticas e das representações que se estabelece o debate que fundamentará a noção de resistência cinematográfica, permitindo pensar as relações entre o cinema e a política. Assim, considerando o fazer fílmico em super-8 assentado na coexistência do debate conflitivo de ideias plurais e dissensuais, bem como na colaboração de diferentes cineastas objetivando tecer relações profissionais e pessoais a fim de realizar filmes; e pensando que o super-8, inicialmente, circunscrevia-se no âmbito privado ao modo de um *lazer doméstico*, e depois movimenta-se também para a espaço público à maneira de uma *resistência cultural* (FIGUEIRÔA, 1994, 2000), o ato de filmar durante a ditadura militar em Recife será visto, portanto, como uma prática ou uma *arte/maneira de fazer*. Modo de criar este que, além de

realizar-se entre amigos, manifesta-se também como uma *tática*, recorrendo a Certeau (1998), vinculada à atuação micropolítica, se pensada mediante Castelo Branco (2005, 2007b), somando-se, dessa forma, a resistência cultural (discutida por Figueirôa) à *micropolítica* (a ser discutida nesta pesquisa).

Como *táticas*, Certeau (1998, p. 46 e 100), diferenciando-as das *estratégias* e servindo-se do léxico militar, define como uma lógica de *ação calculada e determinada pela ausência de um próprio*, em que o *outro* é o seu lugar, isto é, opera sob o campo de visão do inimigo e sob o espaço por ele controlado, através da apropriação, da manipulação, das *astúcias*: enfim, é a *arte do fraco*. O tal conceito, liga-se o de *micropolítica* (CASTELO BRANCO, 2005, 2007b), pensado também como uma forma de agir que escorrega do *macro* para o *micro* ou o *subterrâneo*, atuando na *micrologia do cotidiano* e interessada em assuntos antes marginalizados e, portanto, rompendo com a noção segundo a qual as formas de inserção social e de lutas políticas precisariam ocorrer na esfera estatal ou das instituições.

Portanto, as categorias citadas, para a realização da análise fílmica, são utilizadas no sentido de perceber que os realizadores, apropriando-se da câmera em super-8, subvertendo os seus usos e distantes das formas de criação cinematográficas tradicionais, também se afastaram dos modos de resistência mais convencionais. Dessa forma, agiam nas *brechas/ocasiões* e aproveitavam-se delas a fim de produzirem (*inventarem* novas formas de fazer filmes) com menos restrições (censórias e mercadológicas) do que aquelas existentes no campo cinematográfico nacional inserido no circuito comercial – embora haja vestígios de censura e de repressão ao super-8 (FIGUEIRÔA, 1994, 2000; CERTEAU, 1998).

Dessa maneira, esta produção, como fonte histórica, como prática e representação sociais, e como resistência cinematográfica, precisa ser compreendida também por meio de sua relação com o contexto ditatorial, entre 1973 e 1983, atentando-se às questões artístico-culturais i) no âmbito nacional (DREIFUSS, 1981; RAMOS, 1983; HABERT, 1992; HOLLANDA, 2004; RIDENTI, 2014; NAPOLITANO, 2017a, 2017b); ii) no âmbito estadual (FIGUEIRÔA, 1994, 2000; MARCONI, 2002; CASTELO BRANCO, 2007a, 2007b; ALMEIDA, 2012; SANTOS FILHO, 2012; BRITO, 2018; GALVÃO, 2018; MORAES NETO, 2021; SILVA; SOARES, 2021); iii) bem como através de seus imbricamentos com os circuitos superoitistas de outros estados e de

outras cidades (SELIGMAN, 1990; CRUZ, 2006; LIMA, 2006; MELO, 2009; MACHADO JUNIOR, 2011; AMORIM; FALCONE, 2013; CALDAS, 2016; CAMPOS, 2020).

METODOLOGIA

Estruturado em articulação com as questões anteriormente debatidas, o percurso metodológico deste trabalho está fundamentado em uma dúplici atuação, constituída de análises de filmes e de jornais. A operacionalização se dá mediante esses dois eixos de maneira integrada e, por vezes, simultânea, demandando métodos específicos para cada fonte a ser utilizada. É nesse sentido que, aliado aos passos subseqüentes e com o intuito de discutir as relações entre Cinema, História e Política, realiza-se a seleção bibliográfica e as posteriores leitura e discussão.

Para a investigação que faz uso de jornais, a pesquisa baseia-se nas proposições metodológicas de Zicman (1985), de Luca (2008) e de Fairclough (2016), de modo a perceber a imprensa para além de um veículo de informações imparciais e desvincilhada da realidade político-social, compreendendo-a como uma documentação com linguagem específica e que intervém diretamente na vida social, produzindo discursos e representações distantes de uma objetividade. Adaptando as propostas de Zicman (1985) e de Luca (2008) aos objetivos deste trabalho, caracterizam-se os jornais (apresentados, junto com as fontes fílmicas, mais abaixo) que circulavam à época e que expunham temas ligados à cultura e às artes, a partir de quatro aspectos gerais, os quais possibilitam historicizar os seguintes documentos: i) os formais e os materiais; ii) os históricos; iii) os econômicos; e iv) os referentes ao público-leitor.

Em diálogo com a etapa anterior e privilegiando as matérias *per se*, lança-se mão da abordagem discursiva de Fairclough (2016)⁹, o qual apreende o discurso como uma forma de *ação* e como uma forma de *representação* e de *significação* do mundo, pensando o uso da linguagem jornalística, portanto, como uma *prática social*. Atentando para as categorias de *intertextualidade* e de *interdiscursividade* nos jornais, seleciona-se os textos associados ao super-8 em Recife, de modo a investigar, especialmente, os registros referentes ao cenário artístico-cultural entre os anos de 1973

⁹ Denominada *Análise Crítica do Discurso* (ACD).

e 1983, na capital pernambucana. Observando como são elaborados os discursos e os textos jornalísticos em relação a outros discursos e outros textos, bem como mediante as interpretações de seus sentidos e de suas representações, pretende-se realizar a construção do quadro histórico que possibilitou a existência de tal movimentação no cinema recifense e, por isso, nas artes e na cultura desta capital.

Efetivadas as reflexões acerca do sentido de tempo histórico sob o qual os filmes em super-8 foram produzidos, procede-se as análises fílmicas com base nas reflexões metodológicas de Penafria (2009) e Vanoye e Goliot-Lété (1994), examinando tais fontes como produtoras de um discurso fílmico e como atuantes no campo das práticas e das representações sociais. Pensando tal análise como um ato de *decomposição*, abrangendo as fases de *descrição* e de *interpretação*, dissecamos as produções de Jomard e de Geneton selecionadas por seus elos com a resistência e com a política do período em questão, especialmente a operante no âmbito *micro*, bem como as relevâncias política, histórica e cultural dos temas filmados.

Nesse sentido, é preciso se considerar as especificidades audiovisuais do fazer fílmico superoitista, bem como os seus aspectos formais e os relacionados ao conteúdo, a fim de se efetuarem as análises *interna* e *externa* das obras (PENAFRIA, 2009), mediante o eixo de *interpretação socio-histórica* (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994) e das categorias de *táticas* (CERTEAU, 1998) e de *micropolítica*, utilizada por Castelo Branco (2005, 2007b), entendendo que os processos de lutas políticas não precisavam necessariamente acontecer na esfera do Estado. Tal direcionamento auxilia na *decomposição* dos filmes e na qualidade de resistências cinematográficas nos sentidos tático e micropolítico, assim como no posterior cotejo de tais fontes entre si e entre os aspectos extra-fílmicos, compreendendo não só as obras fílmicas *per se*, mas também suas relações com o contexto e com os dados documentados nas outras fontes selecionadas para o presente estudo.

No que tange especificamente às **fontes**, o projeto é composto de dois tipos de documentos principais: filmes e jornais, que são apresentados abaixo. Entretanto, considera-se necessária também, de forma complementar, a utilização de anais de eventos sobre cinema super-8 – como mostras e simpósios – disponíveis no acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Ressalta-se, ainda, que a seleção de tais registros não exclui a possibilidade de que, durante a pesquisa, outros possam ser adicionados e/ou alguns

precisem ser retirados.

Assim, a escolha dos filmes de Geneton e de Jomard relaciona-se com i) a pertinência de suas obras no tocante à resistência aos assuntos de ordem política, à história e à cultura, entre os anos 1970 e 1980; e ii) por suas atuações, no campo cinematográfico, despreocupadas em profissionalizar-se e em aproximar-se da cultura e da política oficiais, mas, mesmo assim, produzirem filmes comprometidos com assuntos caros à época. Nesse sentido, exploram-se 12 curtas-metragens em super-8 – acessíveis no acervo da Cinemateca Pernambucana¹⁰ e no YouTube, através do canal do pesquisador Francisco Aristides de Oliveira Santos Filho¹¹ –, dos quais seis foram dirigidos por Geneton e seis por Jomard.

Sob direção de Geneton, há: i) *Mudez Mutante* (1973, 7min5s, experimental), uma reflexão sobre a liberdade através de músicas e manchetes de jornais, enquanto um casal lê revistas em silêncio; ii) *Conteúdo Zero, um Filme para Desentendidos* (1973/1974, 14min21s, documentário), uma entrevista com Caetano Veloso quando da sua vinda ao Recife depois do exílio londrino; iii) *Isso é Que é* (1974, 5min53s, experimental), por meio de metáforas e sugestões e sob inspiração de um poema processo de Nei Leandro de Castro, uma tentativa de falar em tempos de censuras; iv) *Esses Onze Aí* (1978, 10min34s, documentário), realizado em parceria com Paulo Cunha e contrapondo-se à ideia de alienação advinda do futebol, o filme trata desse esporte em um contexto de Copa do Mundo e de “abertura política”; v) *Funeral para a Década das Brancas Nuvens* (1979, 10min32s, experimental), mediante exposição de imagens de momentos importantes para os anos 1960 e 1970, uma reflexão sobre a repressão e sobre a liberdade; e vi) *Dr. Francisco* (1981/1984, 16min39s, documentário), depoimento do então ex-líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, discutindo assuntos associados à política.

Realizados por Jomard, por sua vez, há: i) *Babalorixá Mario Miranda, Maria Aparecida no Carnaval* (1974, 29min15s, documentário), entrevista com o babalorixá Mário Miranda, abordando questões que de algum modo são tabu até hoje, tais como candomblé, homossexualidade e travestilidade; ii)

10 O acesso ao acervo poderá ser virtual e/ou *in loco* de acordo com os termos de cessão firmados. Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/acervo/filmes/>. Acesso em: 2 jul. 2022

11 Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC5IT0FYISNUDv0PO59YN3Lg>. Acesso em: 2 jul. 2022.

Vivencial I (1974, 13min30s, experimental), gravações do Grupo de Teatro Vivencial de Olinda, em um espetáculo e em performances; iii) *Alto Nível Baixo* (1977, 6min5s, experimental), imagens do Recife e de trabalhadores sob o signo das desigualdades sociais, em um período de manifestação das consequências do “Milagre econômico”; iv) *Discurso Classe Média* (1977, 4min3s, experimental), através de ironias e metáforas, uma reflexão sobre a classe média; v) *A Lua Luta por Lula* (1981, 7min48s, experimental), inspirado em um poema do próprio Jomard e com imagens de outros filmes seus, bem como do movimento sindicalista do ABC, de Lula e de greves de operários, o curta trata dos embates entre as lutas de classes e a de corpos; e vi) *Olhos Neles* (1982, 7min9s, experimental), misturando falas de Caetano Veloso, de Glauber Rocha e do Coral Esurp sobre pichações com conotações políticas, o filme metaforiza o ato de abrir os olhos.

Na investigação e na análise dos jornais, tendo em vista o alto grau de circulação, assim como a garantia de espaço para a ocorrência de debates e para a exposição de temáticas atinentes à cultura e às artes e, portanto, ao cinema, entre os anos 1973 e 1983, trabalhamos com dois periódicos da cidade do Recife: *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco*, cujos acervos estão disponíveis tanto na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional¹², quanto na Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Sobre tais jornais, cumpre ressaltar que transitavam importantes nomes do cinema pernambucano em super-8, como, além de Jomard e de Geneton, Fernando Spencer, Celso Marconi e Amin Stepple.

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Em razão da situação atual da pesquisa que está em período inicial, mediante mobilização de dados, não há propriamente resultados a serem analisados. Nesse sentido, este tópico é dedicado a relacionar aspectos do meu estudo (principalmente teóricos e metodológicos) com questões refletidas durante a disciplina de Teoria e Metodologia da História, a partir da qual este artigo é produto.

Alguns autores-referência utilizados no decurso das aulas fizeram parte da minha trajetória durante a Graduação em História e/ou estão presentes no meu projeto de pesquisa, figurando como alguns exemplos

¹² Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

Certeau (2008), Foucault (1979), Veyne (1982, 1992, 1995, 1998, 2008), Bloch (2001), Koselleck (2006) e Ginzburg (1989)¹³. Revisitar tais pensadores, permitiu-me lê-los de maneiras diferentes, tornando complexas minhas interpretações acerca de seus pensamentos e influenciando na maneira a partir da qual compreendo e exercito a História. Para além disso e de tais autores, e mais diretamente pensando o meu objeto de estudo (o cinema super-8), alguns pontos e outros autores precisam ser destacados.

O primeiro ponto diz respeito à categoria *discurso* utilizada em meu projeto, especialmente pelo fato de ser apropriada para pensar tanto as narrativas fílmicas, como o método da Análise do Discurso (AD) que, por sua vez, é importante para o exame dos escritos jornalísticos. Como se observa na parte teórica deste artigo, mobilizo autores como Foucault (1979, 2000, 2008) e Fairclough (2016) a fim de pensar tal categoria. Entretanto, comentando tal aspecto da minha pesquisa com o Prof. Paulo, abordei as dificuldades em se lançar mão de tal metodologia, percebendo algumas lacunas em meu contato com a AD, sobretudo por haver sido iniciado a partir de Fairclough (2016) – autor que exige leituras introdutórias para ser mais bem aproveitado e compreendido.

Nesse sentido, foi-me indicada uma obra da linguista Eni Orlandi (2013), até então desconhecida por mim, de modo que eu possa construir uma compreensão básica e geral da AD não só em seu aspecto metodológico, mas também teórico. Tal indicação e a proximidade com outros pensadores do assunto, assim como os diálogos efetuados em aulas acerca do tema¹⁴, foram importantes no sentido de me orientarem a repensar o nexos entre *discursose práticas sociais*, uma vez que eu me distanciava da necessidade de se considerar tais categorias em um movimento baseado na reciprocidade: na medida em que o discurso influencia na formação das práticas sociais, ele também é influenciado por tais práticas, ou seja, ambos, *pari passu*, afetam e são afetados¹⁵. Essas questões, embora ainda sejam prematuras em

13 Durante todo este tópico só são referenciados alguns autores discutidos na disciplina, particularmente os que me ajudaram a pensar o meu projeto de modo mais direito e/ou que foram referência na consecução do meu projeto de pesquisa. Portanto, além dos aqui citados, saliento que as discussões em Teoria perpassaram por outros pensadores, e por outros campos que não o estritamente histórico.

14 Exemplos especiais nesse sentido foram os debates, orientados por Paulo e junto a colegas de turma, dos textos de Foucault (1979) e de Veyne (1982, 1992, 1995, 1998, 2008), mediante os quais tópicos sobre o discurso estiveram no centro de nossas discussões.

15 Considerando tal apontamento, reflito mais precisamente as seguintes passagens pre-

meus pensamentos, têm me estimulado a realizar mudanças em meu trajeto teórico-metodológico, contribuindo para o burilamento da minha pesquisa.

Pensando em termos de contribuições, o segundo ponto se refere às releituras das obras de Bloch (2001) e de Certeau (2008) seguidas de análises em sala de aula, quando discutimos acerca do processo de construção da fonte histórica e dos testemunhos através da *operação historiográfica*. Por influência das leituras desses historiadores e das discussões neles baseadas, tenho também repensando a condição do cinema como fonte histórica, buscando não me aliar à prática de restringir o cinema, na qualidade de documento, ao conhecimento historiográfico¹⁶.

De outro modo, tenho refletido sobre a dimensão estética do cinema, uma vez que os filmes, antes de serem considerados registros históricos, são obras dotadas de valores artísticos que não necessariamente são ou foram produzidas com o intuito de serem fontes. Em vista disso, cada vez mais, tem se tornado objeto de minha atenção as particularidades da narrativa cinematográfica, especialmente a superoitista, cujas especificidades

sentem em meu projeto e expostas aqui no tópico da fundamentação teórica, nas quais afirmo, primeiro: “[...] concorda-se que o mundo social é historicamente construído por meio de representações sociais elaboradas através de discursos que, por seu turno, instituem práticas e estratégias ligadas ao poder, à dominação e a lutas. Por esse eixo de análise, as representações estão intrinsecamente unidas ao discurso e, logo, ao poder e às reproduções e às mudanças sociais, de modo que os sujeitos, a verdade e o mundo são moldados pelas práticas discursivas e, assim, não existem nem fora do discurso nem independentes do poder”; e, mais à frente, pontuo que “não só o cinema, especialmente o super-8, é uma prática social e institui práticas sociais, mas também o são as leituras que dele fazem-se”.

Relendo tais trechos, percebo como, durante o momento da feitura do meu projeto, eu concebia que nada existia para além do discurso, apesar de reconhecer a existência concreta e a materialidade do mundo e das coisas. Assim, compreendia *discurso* como algo autônomo e somente na qualidade de *instituinte* de práticas sociais, mas não o pensava de modo contrário: enquanto, igualmente, *instituído* por tais práticas. Dessa maneira, me aproximava da *ilusão do discurso autônomo* e ignorava que “as práticas discursivas são influenciadas pelas práticas sociais nas quais estão, juntamente com o investigador, inseridas” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. X). Agradeço à Prof. Regina Guimarães Neto pela indicação desses dois autores, permitindo que eu os envolvesse em minhas reflexões concernentes à AD.

Ainda em relação a esse assunto, estendo meus agradecimentos ao Prof. Flávio Teixeira por me alertar, quando do debate de um texto de Bourdieu na disciplina *Leituras Dirigidas*, para um vício ao qual eu não atentava: a redução da realidade e das práticas ao discurso e à linguagem.

16 Ressalto que reflexões nesse sentido também foram empreendidas quando do debate de Morettin (2003) em *Leituras Dirigidas*, ministrada pelo Prof. Flávio Teixeira.

extrapolam as do fazer fílmico mais convencional.

Embora outros aspectos (assim como outros autores) possam ser levantados no que tange às aulas de Teoria e seus impactos sobre minha pesquisa, é preciso respeitar as dimensões do presente artigo. Portanto, destacarei um último ponto que, além de se entrelaçar aos itens anteriormente comentados, situa minhas reflexões, ao mesmo tempo, no meu objeto de estudo e na prática historiográfica dos historiadores: a questão da narrativa. Mesmo levantado em aulas alicerçadas sob textos de Montenegro (2010) e de Veyne (1982, 1992, 1995, 1998, 2008), foi por intermédio do memorial de Rezende (2010) que o tópico *narrativa* se manifestou de maneira mais plena.

Indicação do Prof. Paulo, este livro, desde que foi lido e discutido, tem me auxiliado a avaliar as narrativas históricas e fílmicas como duas dimensões que, apesar de seus desencontros, ligam-se à *arte de contar* e à *arte de viver*. É com base nisso que tenho pensado nos historiadores e nos cineastas como espécies de contadores de histórias que, cada qual inserido em um lugar social específico e orientado por práticas próprias de seus respectivos ofícios, sempre *escrevem* (através de textos escritos e/ou de imagens) algo que, inevitavelmente, está relacionado à vida¹⁷. Narrar e viver, desse modo, tornam-se duas práticas essenciais nas performances historiográficas e cinematográficas, de tal forma que, considerá-las como interligadas, têm contribuído nos processos de pensar e de repensar tanto o meu projeto sobre o super-8 pernambucano quanto os exercícios de fazer filme e fazer história. E, mais precisamente, defendo que o nexa *narrar-viver* me propiciará uma análise mais aprimorada dos desafios relativos ao que Ferro (1992, p. 19) denomina de *leitura histórica do filme e leitura cinematográfica da história*¹⁸.

17 Para Rezende (2010, p. 25), “a arte maior da nossa existência está em articular o viver e o narrar sempre presentes em qualquer momento. Vivemos a vida para contá-la e a contamos para vivê-la. Ninguém escapa. Não é apenas o historiador que domina a arte de contar. Todos nós contamos nossas vidas, elaboramos narrativas cotidianas. Estamos buscando compreender, com isso, nosso ser e estar no mundo”. Seguindo tais premissas, ele concorda, portanto, que “o ofício do historiador aprofunda-se quando está entrelaçado com a reflexão sobre a vida, quando a arte de contar não se esquece da arte de viver” (REZENDE, 2010, p. 68).

18 Essas duas formas de ler a relação cinema-história são eixos de análise importantes para a minha pesquisa sobre o cinema super-8, dado que, como saliento na parte da fundamentação teórica deste artigo, “é no âmbito dessa relação entre Cinema e História que cineastas e historiadores se aproximam em um duplo movimento: através do uso da linguagem cinematográfica para tratar de temáticas caras à História e através da construção de análises fílmicas mediante teoria e metodologia históricas”. É interessante, por outro lado, considerar que não há apenas aproximações, mas também distanciamentos em tal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma atividade teórico-metodológica, dois objetivos gerais nortearam este texto: apresentar minha pesquisa em andamento no Mestrado do PPGH-UFPE e demonstrar de que modo a disciplina de Teoria e Metodologia da História impactou, em alguns aspectos, a minha pesquisa, viabilizando-me visualizá-la sob outros olhares.

Assim, além de destacar aspectos contextuais, teóricos e metodológicos do meu projeto, realizei um breve exame das contribuições advindas do referido curso, privilegiando autores que foram discutidos durante as aulas e que dialogam direta e indiretamente com o meu objeto de estudo. Tais relações, nesse sentido, permitiram que eu, de igual modo, considerasse a minha pesquisa integrada aos debates efetuados em sala de aula e relacionasse bibliografias que versam sobre cinema com os textos utilizados na disciplina.

Cabe ressaltar, ainda, que no percurso desse movimento reflexivo, foi inevitável alargar minhas ponderações e, por isso, também recorri a textos de outras disciplinas que tinham proximidade com as questões trabalhadas em Teoria. Argumento, portanto, que a principal conclusão deste estudo reside no reconhecimento de que a matéria de Teoria e Metodologia da História forneceu subsídios suficientes para que eu pudesse revisar determinados pontos da minha pesquisa acerca do cinema super-8 em PE, instrumento de análise para aprofundar minha atual investigação científica. Espero que esse curso, mesmo depois de seu fim, continue me impulsionado a aperfeiçoar tal investigação teórica e metodologicamente.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 79-100, jan./dez. 2004.

dinâmica, haja vista que cada uma dessas áreas precisa ser lida sob suas regras próprias, especialmente o cinema quando utilizado como fonte pelos historiadores. Por isso, considerando as ideias de Morettin (2003) e de Napolitano (2007), reitero a necessidade de se atentar para uma análise fílmica que não se restrinja a noções como a de fidelidade ou não do filme ao discurso histórico. Pelo contrário: que as análises de uma obra cinematográfica estejam pautadas no sentido de se compreender os sentidos, as características e os movimentos particulares da linguagem e do discurso cinematográficos.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALEXANDRE, Gabriel Bandeira. **Cinema durante a ditadura militar**: atuação censória no campo cinematográfico brasileiro (1964-1985). 2019. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata, Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2019.

ALEXANDRE, Gabriel Bandeira. Para trás e entre transe: o Brasil entre Iracemas e cabras marcados à morte ou sobre uma análise fílmica de obras censuradas no decurso da ditadura militar. **Epígrafe**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 216-248, 2020.

ALMEIDA, Luciana Carla de. **O experimental no super-8 brasileiro**: um estudo sobre o corpo, a cidade e a metalinguagem. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

AMORIM, Lara; FALCONE, Fernando Trevas (organizadores). **Cinema e memória**: o super-8 na Paraíba nos anos 1970 e 1980. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (coordenação). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 545-547.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e História – as funções do Cinema como agente, fonte e representação da História. **Ler História**, Lisboa, n. 52, p. 127-159, 2007.

BARROS, José D'Assunção. Cinema-História: Múltiplos aspectos de uma relação. **Revista Dispositiva**, PUC Minas, v. 3, n. 1, p. 17-40, 2016.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n.1, p. 125-141, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRITO, F. L. C. B. A fabricação da Pernambucália em Recife (1967-1973): configurações históricas do “movimento tropicalista” em Pernambuco. **História**, São Paulo, v. 37, p. 1-20, 2018.

CALDAS, Leide Ana Oliveira. **Superoitismo no Maranhão**: os modos de fazer, temas e formas de falar e a invenção do cinema local como prática de micro resistências (1970/80). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CAMPOS, Mariana da Costa. **Suspensões do tempo**: o superoitismo experimental no Brasil e no México na década de 1970. 2020. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. *Entre o corpo-militante-partidário e o corpo-transbunde-libertário*: as vanguardas dos anos sessenta como signos da pós-modernidade brasileira. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, p. 218-229, set./dez. 2005.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. Pernambucália: outras verdades tropicais. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 6, p. 68-88, 2007a.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. Táticas caminhanças: cinema marginal e flanâncias juvenis pela cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 177-194, 2007b.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editorial, 2002b.

CONTENTE, Renato. A desilusão e a euforia em 'Fa-tal': Os 50 anos de 'Gal a todo vapor' e a apresentação recifense do espetáculo que dissolveu a aspereza de tempos sombrios. **Revista Continente**, Recife, ed. 246, 1 jun. 2021. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/246/a-desilusao-e-a-euforia-em-rfa-talr>. Acesso em: 2 jul. 2022.

CRUZ, Marcos Pierry Pereira da. **O super-8 na Bahia**: história e análise. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CUNHA, Paulo; FARACHE, Ana. **Geneton**: Viver de ver o verde mar. Recife: Cepe Editora, 2019.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIRÔA, Alexandre. **Cinema pernambucano**: uma história em ciclos. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

FIGUEIRÔA, Alexandre. **Cinema super-8 em Pernambuco**: do lazer doméstico à resistência

cultural. Recife: Fundarpe, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALVÃO, Ghita Almeida. Revisitando o “Ciclo Super-8” em Pernambuco, das relações. *In*: XII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco: História e os desafios do tempo presente. **Anais eletrônicos...** Recife, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.pe.anpuh.org/resources/anais/8/1535756129_ARQUIVO_artigoanpuhok.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

KORNIS, Mônica Almeida. **História e cinema**: um debate metodológico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAGNY, Michèle. Imagens audiovisuais e história do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 23-44, 2012.

LIMA, Frederico Osanan Amorim. **Curto-circuitos na sociedade disciplinar**: Super-8 e contestação juvenil em Teresina (1972-1985). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas**: História dos, nos e por meios dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MACHADO JUNIOR, Rubens. **O inchaço do presente**: experimentalismo Super-8 nos anos 1970. **Filme Cultura**, v. 54, p. 28-32, maio 2011.

MARCONI, Celso. **Super 8 & outros**: cinema brasileiro. Recife: Bagaço, 2002.

MELO, Izabel de Fátima Cruz. **“Cinema é mais do que filme”**: uma história do cinema

baiano através das Jornadas de Cinema da Bahia. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social do Brasil) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES NETO, Geneton. **Expedições à noite morena**: em defesa de um cinema vadio. Recife: Contraluz, 2021.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2017a.

NAPOLITANO, Marcos. A escrita fílmica da história e a monumentalização do passado: uma análise comparada de *Amistade Danton*. In: CAPELATO, Maria Helena *et al.* **História e cinema**: dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda, 2007. p. 65-83.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985): ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017b.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PENAFRIA, Manuela. Análise de filmes: conceitos e metodologia(s). **Atas do VI Congresso da Sopcom**, p. 1-10, abr. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e lutas culturais**: anos 50, 60, 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

REZENDE, Antonio Paulo. O ofício do historiador: viver e contar. In: REZENDE, Antonio Paulo. **Ruídos do efêmero**: histórias de dentro e de fora. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 25-92.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. In: REIS, Daniel Aarão (Coordenação). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 233-283.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

SANTOS FILHO, Francisco Aristides de Oliveira. **Jomard Muniz de Britto e o palhaço degolado**: laboratório de crítica cultural em tempos de repressão no Brasil pós 64. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SELIGMAN, Flavia. **Verdes anos do cinema gaúcho**: o ciclo super-8 em Porto Alegre. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do golpe, volume 1**: educação, arte-cultura e religião [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. Disponível em: <https://www.editorafi.org/059golpe>. Acesso em: 29 jun. 2022.

TURNER, Graeme. **Cinema como prática social**. São Paulo: Summus, 1997.

VALIM, Alexandre Busko. Entre textos, mediações e contextos: anotações para uma possível história social do cinema. **História Social**, Campinas - SP, n. 11, p. 17-40, 2005.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas**: uma História Social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945 1954. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998, 2008.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1985

CAPÍTULO 5

Simone de Beauvoir no Recife de 1960: a divergência de narrativas entre sua autobiografia, suas cartas a Nelson Algren e relatos da época.

Raissa Gouveia de Melo Efrem¹

INTRODUÇÃO

O presente ensaio analisou, pelas lentes de Marc Bloch (2001) e de Agnes Heller (1993) os testemunhos voluntários e os involuntários de Simone de Beauvoir a respeito de sua visita à cidade do Recife (1960). Nosso objetivo foi identificar as divergências de narrativas entre sua autobiografia e as cartas enviadas a seu amante de Orlando, Nelson Algren, a fim de compreender como a intencionalidade de leitura por outrem pode influenciar nas presenças de inverdades dentro da historiografia. Não pretendemos, contudo, submeter Simone a um juízo moral, muito menos tentamos compreender suas intenções, visto que não passaria de uma mera presunção.

Nossa fundamentação teórica também conta com o conceito de memória, trabalhado por Jacques Le Goff (2013); com a operação historiográfica, de Michel de Certeau (2010); e com a teoria do reflexo, de György Lukács (2011).

Nossa primeira sessão, intitulada *Como o historiador deve trabalhar com as fontes*, preocupa-se em realizar algumas pontuações sobre o método da ciência histórica para com suas fontes, cabendo-nos, desse modo, a percepção

¹ Mestranda em História, Cultura e Memória. PPGHistoria UFPE. E-mail: raissa.efrem@ufpe.br

da relatividade historiográfica e as numerosas variantes que um mesmo acontecimento pode possuir.

A segunda sessão, intitulada *Os testemunhos (in)voluntários de Simone de Beauvoir*, transcreve trechos de sua autobiografia e de cartas que ela enviou a seu amante, em 1960, sobre essa mesma viagem a Recife. O público a quem ela dirige suas dores recebe informações pontuais. Seu amante recebe detalhes que o leitor comum jamais teria acesso, caso a filha de Beauvoir não tivesse invadido a privacidade da mãe e publicado suas cartas.

Desse modo, investigaremos, a seguir, por que Simone omitiu alguns pontos conforme a transição entre os leitores de suas memórias e quais as consequências dessas atitudes na perspectiva sociocultural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os dois principais teóricos utilizados neste ensaio foram Agnes Heller e Marc Bloch. Este, com a finalidade de abordar os tipos de testemunhos deixados por Beauvoir; e Agnes, para apontar como não devemos julgar Simone por omitir informações em seu livro publicado, mas tentar compreender por que ela optou por registrar determinados relatos em detrimento de outros.

Ao manifestar-se a respeito da observação histórica, no segundo capítulo de *Apologia da História* (2001), Marc Bloch aponta dois tipos de testemunhos: o voluntário, que espera ser lido, logo pode conter inverdades, posto que foi escrito na intenção de apresentar determinadas informações em detrimento de outras; e o involuntário que, para Bloch, é o favorito da historiografia, pois ao não esperar ser lido, tem menos chance de fraude. Tivemos, aqui, acesso a ambos os testemunhos deixados por Simone: sua autobiografia almejava publicação; enquanto as cartas para seu amante continham detalhes confiados a uma pessoa específica. Podemos perceber, nas duas obras, diferenças tanto na linguagem utilizada pela autora, quanto nas informações proferidas.

Seria muito confortável para nós, historiadores, tentar julgar a francesa por omitir determinados episódios, que serão vistos nas páginas seguintes. É muito fácil submetermos atores do passado a um julgamento moral e apontarmos o dedo para seu corpo sepultado e impossibilitado de nos refutar. Ao fazermos isso, levamos em consideração, de acordo com

Agnes Heller, dois fatores: a motivação da ação e suas consequências:

É impossível saber se uma determinada ação humana foi motivada pela boa vontade ou não; pode-se apenas presumir e a hipótese de uma presunção correta aumenta com o conhecimento da pessoa em questão e de suas ações subsequentes em situações semelhantes ou diferentes.

(HELLER, 1993, p. 142-143).

A citação de Heller nos aponta, desse modo, que não cabe ao historiador tentar descobrir por que aquele sujeito executou tal ação, posto que jamais alcançaremos a sua verdade.

Michel de Certeau nos disse, em *A Escrita da História* (2010), que todo discurso é histórico e que toda história é do tempo presente. Desse modo, nós lemos o mundo ao nosso redor com o referencial que constituímos ao longo da vida. Agregando sua fala à de Heller, percebemos que, se optarmos pelo fácil caminho de julgar Simone como falaciosa, a partir dos julgamentos morais que temos como referência no nosso presente, não estaremos cumprindo com os métodos de imparcialidade estabelecidos pela ciência histórica. Todos nós temos segredos que não gostaríamos que fossem expostos nas maiores vitrines de livros do mundo. Ao contarmos uma história, nós comumente optamos por expor os ângulos que nos favorecem. Quais relatos presentes nas cartas de Simone para Nelson são aqueles pontos que ela preferiu esconder de sua autobiografia publicada? Quais comparativos podemos estabelecer entre os dois relatos?

Quando Jacques Le Goff nos conta, em *História e Memória* (2013), que a memória é uma reconstrução do passado para atender a interesses do presente, caímos na tentação de nos perguntar quais os interesses de Beauvoir ao reconstruir suas memórias de maneiras distintas para cada consumidor. No entanto, se fizermos isso, estaremos novamente caindo na tentação abordada por Heller de tentar identificar a motivação da ação.

A memória, para Le Goff, é um conhecimento do passado guiado pelas questões do presente. Ela bebe das lembranças individuais do sujeito – no caso, aqui, a Simone – e de jogos de poder e de interesse. A memória glorifica ou demoniza aquela fatia de passado que almeja recordar e carrega julgamentos morais dos eventos. As memórias de Beauvoir sobre sua viagem ao Recife são diversas. Ela se lembra dos “rios, canais, pontes, ruas retilíneas, colinas, uma igreja portuguesa sobre um monte, palmeiras” (BEAUVOIR,

2009, p. 435). E também recorda que “Sartre levou uma vida infernal nessa cidade sinistra e hostil, entre mim, no hospital, e aquela ruiva semi-amistosa, semi-terrorizada” (BEAUVOIR, 2000, p. 527).

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Le Goff, a história, em contraste com a memória, é o estudo do presente a partir desse passado, uma reconstrução que deve ser feita de forma crítica, com respaldo teórico e metodológico, além de passar pela avaliação dos pares na academia. Em outras palavras, a memória lembra o que aconteceu, enquanto a história narra e analisa esses eventos a partir de perguntas específicas. A fala de Le Goff é muito semelhante, ao meu ver, à de Certeau sobre a operação historiográfica. Nossa fala é o intermédio entre o fato e o contado, posto que o fato que se trata de agora em diante não é aquele que oferece ao saber observador a emergência de uma verdade. O documento é um registro do acontecido, é o relato do sujeito sobre o fato; não é o acontecido em si, porém maneiras diferentes de contar a história.

METODOLOGIA

Já foi inicialmente debatido, em nossa fundamentação teórica, que não temos como saber a motivação da ação de Simone de Beauvoir ao modificar a transcrição de suas memórias nos diferentes objetos produzidos, mas que podemos estudar qual a finalidade objetiva de uma autobiografia e de uma carta pessoal.

A autobiografia pode ser definida como a narrativa da autora sobre si mesma, a fim de destacar e compartilhar experiências relevantes de sua existência, ou seja, a autora destaca momentos específicos de sua vida que acredita ser válido o compartilhamento com outrem. As autobiografias largamente publicadas são aquelas de pessoas que conquistaram o reconhecimento de determinado grupo em um período histórico. A carta pessoal, por sua vez, objetiva uma comunicação apenas entre as pessoas endereçadas, transmitindo uma mensagem particular para interlocutores conhecidos.

Desse modo, estudaram-se, para escrever o presente ensaio, tanto a autobiografia de Simone de Beauvoir, intitulada *A força das coisas* (2000), cujo capítulo de nosso interesse foi escrito a partir do seu diário de viagem ao Brasil, em 1960; quanto às cartas enviadas por Simone a seu amante

Nelson Agren, de publicação póstuma por sua filha. A fim de agregar nossas informações, também tivemos acesso a alguns jornais que, à época, narraram a presença de Simone e de Sartre no Brasil e registraram determinadas falas da autora (algumas das quais também se distinguem das proferidas em seus registros pessoais).

COMO O HISTORIADOR DEVE TRABALHAR COM AS FONTES

Antes de prosseguirmos, de fato, com os relatos de Simone sobre sua vinda ao Recife, achamos prudente realizar algumas pontuações sobre o método da ciência histórica para com suas fontes. Não é novidade para nós que os princípios da historiografia foram marcados pelo cartesianismo positivista, em que os documentos oficiais eram as únicas fontes passíveis de serem utilizadas pelos historiadores, posto que a história ainda tentava se estabelecer como uma ciência distinta das ciências sociais. Com o Movimento dos Annales, outras fontes começaram a receber atenção, como a literatura, as imagens, os relatos orais, entre outras; havendo uma substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema.

Como nós construímos, pergunta-nos Michel de Certeau, uma narrativa por meio de documentos? Como o nosso lugar institucional modela o nosso fazer historiográfico? Nós lemos o passado e lhes oferecemos uma outra leitura para explicar o presente. Passamos por um processo psicológico de mentalidade que influencia no modelo de escrita do historiador e, portanto, na produção da história. Logo, temos de estar atentos às perguntas que fazemos às fontes, pois elas por si só não nos contarão nada que não seja previamente questionado.

Se uma carta, datada de 28 de outubro de 1960², conta ao seu receptor que o marido da pessoa que escreveu está sendo procurado pelo governo francês, e que os fascistas franceses querem o seu pescoço, devido às declarações feitas em favor da Argélia, temos um vasto número de informações soltas. Entretanto, quando começamos a fazer perguntas a essa carta que pouco diz, questionamos o que estava acontecendo na Argélia naquele ano e o que a França tinha a ver com isso. Por que o casal em questão era tão importante a ponto de chamar a atenção do governo francês? Caso

2 BEAUVOUIR, 2000, p. 527.

essa primeira fonte não responde a essas perguntas, tentamos acesso a segundas fontes, a terceiras e a quartas. Além disso, mesmo que a primeira fonte consiga responder às referidas perguntas, ainda assim é necessário recorrer a outras perspectivas, posto que, como ainda pontua Certeau (2010), um documento é um registro do acontecido, e não o acontecido em si.

Vou dar o exemplo do que aconteceu enquanto eu ainda estabelecia as delimitações da minha pesquisa. Eu obtive acesso à autobiografia de Simone, na qual ela afirmou que o avião em que ela e Sartre se encontravam deu algumas voltas antes de aterrissar em Recife e seu marido vos disse que o piloto não estava conseguindo fazer o trem de aterrissagem. Na primeira leitura, essa citação me passou despercebida, mas lendo o trabalho de Luis Romano, *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960* (2000), ele pergunta como poderia Sartre, em sua cadeira de passageiro, saber o que estava ou não fazendo o piloto? Romano explica que

Os jornais da época narram que o avião da Panair do Brasil, um DC-7C, que os trouxe de Paris sofreu danos no trem de aterrissagem, um pneu havia estourado, o que obrigou o piloto a sobrevoar por cerca de 30 minutos o Aeroporto dos Guararapes. A expectativa pela aterrissagem causou grande apreensão entre o público que foi receber o filósofo e sua companheira, a tensão aumentou quando se deslocaram para a pista carros de bombeiros e ambulância. (...) Entretanto, as sete voltas sobre a cidade do Recife podem ter parecido, aos involuntários atores, uma gentileza do piloto, talvez quisesse mostrar a paisagem tropical; ficaram encantados com os verdes mares pernambucanos vistos do ar. 'Só em terra ficaram sabendo que o trem de aterrissagem custara a baixar, daí as sete voltas. Jorge Amado, o amigo brasileiro do casal é que disse a eles.' (ROMANO, 2000, p. 93-94).

Romano dá continuidade ao acontecido na página seguinte:

A cena de aventura protagonizada para os fãs e curiosos, “o susto que levaram”, conhecido através da leitura das notícias, foi motivo de risos para hóspedes e cicerones, segundo o relato de Mário Camarinha para *O Cruzeiro*. Simone de Beauvoir, alguns anos mais tarde, narra o acontecido em suas memórias, atribuindo a si mesma e a Sartre pleno conhecimento da pane no trem de aterrissagem e completa frieza durante a meia hora que durou o problema, como se nada pudesse acontecer a eles - talvez, de “má-fé”, imaginando-se imortais divindades do saber - em visita a um novo continente. E, assim, fãs, jornalistas, Sartre, Simone de Beauvoir dão formas ao acontecimento e

contribuem para a criação da aventura da chegada ao Brasil (ROMANO, 2000, p. 95).

Perceba que, caso eu não tivesse obtido acesso a uma segunda fonte, a versão de Simone poderia sair no presente ensaio como verdade, pois seria o único registro daquele dia. Quando lemos, em *Dom Casmurro* (1994), a história de Capitu narrada pela perspectiva de Bentinho, somos levados a crer que ela de fato o traiu. O narrador tem total controle do que é mostrado ao leitor: ele escolhe os dias e os episódios que são contados, para argumentar a seu favor. Precisamos lembrar que estamos ouvindo apenas a sua versão da história. Machado nunca nos contou as palavras de Capitu pela perspectiva dos olhos oblíquos e dissimulados da moça, oferecendo-nos uma visão completamente enviesada da situação exposta na obra. Cabe ao historiador, desse modo, perceber essa relatividade histórica e as numerosas variantes que um mesmo acontecimento pode possuir.

Ainda no que diz respeito às responsabilidades do historiador, Marc Bloch belamente nos diz que “para penetrar uma consciência estranha separada de nós pelo intervalo das gerações, é preciso quase de despojar do seu próprio eu” (BLOCH, 2001, p. 126). Ou seja, nós não somos aquele indivíduo, não vivemos no tempo daquele sujeito nem temos suas referências. Para entender a carta de Simone de Beauvoir, precisamos compreender o tempo em que ela vivia, as ideias que ela consumia, as pessoas com quem conversava.

É responsabilidade do historiador não aceitar todos os testemunhos históricos como verídicos, pois isso o leva a cair em descrédito. Há dois tipos de embustes que podem ser encontrados em um documento: o embuste sobre o autor e a data, ou seja, uma falsificação no sentido jurídico do termo; e o embuste sobre conteúdo. É no ponto seguinte que o pensamento de Bloch se distingue do de Agnes Heller, porque Bloch afirma que não basta apenas identificar o embuste, mas descobrir os seus motivos; enquanto Heller afirma que não temos como saber as motivações das ações de alguém que já morreu. No caso do exemplo dado sobre Simone e o avião, não temos como saber quem relatou a verdade, ela ou o jornalista, podemos apenas pressupor baseado nas informações que temos disponíveis.

É nos silêncios expressivos de um texto, em suas lacunas e omissões, que a presença da ideologia e do lugar de fala pode ser sentida intensamente.

São esses silêncios que o historiador deve fazer falar, indo de fonte em fonte, de texto em texto, mergulhando no capital de contingência no qual o seu objeto está inserido. A arte, contudo, não pode ser reduzida à ideologia. Terry Eagleton nos diz que há uma relação entre elas, visto que “A diferença entre a ciência e a arte não é que elas lidam com objetos de estudo diferentes, mas que lidam com os mesmos objetos de modo diferente” (EAGLETON, 2011, p. 39).

Simone dispôs de determinadas memórias acerca de sua vinda a Recife, dentre as quais ela selecionou aquelas que viriam a público e as que seriam compartilhadas com seu companheiro de vida. A autobiografia é um gênero literário da memória, afirma Le Goff; ela narra sem refletir, descreve os acontecimentos da vida sem tecnicismo. Por mais que a escrita não possua respaldo teórico nem uma forma crítica, a escolha das memórias pode ser observada com mais critério, posto que o historiador, como mostra Sandra Pesavento, inspirada em Serge Gruzinski,

não se atém apenas ao primeiro plano ou à aparência de um conjunto que se dá a ver, segundo uma primeira impressão; busca o segundo plano, vai na procura dos detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto (PESAVENTO, 2008, p. 64).

A literatura pode, sim, ser considerada um documento histórico, dado que sua escrita data de determinado espaço-tempo, com objetivos político-sociais específicos das crenças da autora. Ela é passível de interpretação e de análise, respondendo às perguntas feitas pelo historiador no presente.

E quais são os elementos presentes na autobiografia enquanto fonte histórica? A memória, para Jacques Le Goff, é um fenômeno individual e psicológico. Com que finalidade Beauvoir publicou determinadas passagens em vez de outras? O que o seu público desejava ou não desejava ler sobre sua vida particular e suas experiências no Brasil? As memórias de Simone nos contam o que estava acontecendo em Recife, em 1960, como veremos na segunda sessão; fala-nos de cultura, de política, sobre sua visita à casa de Francisco Brennand, além de versar sobre as eleições presidenciais daquele ano e sobre suco de maracujá. Simone relata isso tudo, mas sem a necessidade de possuir rigor técnico. Nos narra como quem está sentada numa calçada, comendo um pedaço de bolo e contando a uma amiga próxima como foi sua última viagem a um país longínquo, pois trata-se, afinal, de um gênero

literário de memória, as narrações presentes nos textos marcam apenas as memórias de Beauvoir. A partir do momento que nós, historiadores, temos acesso a esses relatos, cabe-nos realizar as perguntas que são necessárias fazer a uma fonte, fazer uma análise crítica do passado, levantar da cadeira de balanço na calçada e sentar numa cátedra interna aos muros da academia.

Não nos interessa hoje, como afirma Bloch,

saber se Jesus foi crucificado, depois ressuscitado. O que agora se trata de compreender é como é possível que tantos homens ao nosso redor creiam na Crucificação e na Ressurreição (BLOCH, 2002, p. 58).

Ou seja, como algo que aconteceu há tantos milênios segue impactando nas vidas contemporâneas? O que há de tão importante no discurso trazido no Livro Sagrado para que tantas pessoas sigam crendo? Descobrir a verdade sobre Cristo importa menos aos historiadores do que investigar o impacto desse Cristianismo no mundo. Se voltarmos para a Sandra Pesavento, percebemos que é através do ofício do historiador que o passado se torna História, pois o “documento se converte em prova na argumentação do historiador e é a partir de tais provas que se encaminha a demonstração explicativa da História” (PESAVENTO, 2008, p. 67).

Quando nos atemos aos detalhes que Beauvoir traz em seu diário de viagem sobre o Brasil, percebemos citações tais quais a seguinte:

através do odor indolente dos trópicos, reencontrei as escadas, os pórticos, as fachadas que me haviam encantado na seca terra portuguesa. Descemos para uma praia sem começo nem fim: como eu amei a indolência dos altos coqueiros face ao tumulto imperioso no oceano! (BEAUVOIR, 2009, p. 437).

Essa fala de Simone, assim como outras sobre o Mercado de São José, as favelas do Rio de Janeiro, a feiura de Brasília e o candomblé, não são uma cópia fotográfica da realidade, mas a visão da autora. Possa ser que alguém ache Brasília bonita e não dê a mínima para a quantidade de coqueiros nas praias de Olinda. Isso nos leva à teoria do reflexo trabalhada pelo marxista György Lukács (que inclusive foi, por muitos anos, orientador de Agnes Heller), fundamentada nos estudos sobre os Cadernos filosóficos de Lenin (que se inspirou na dialética materialista de Marx e Engels em seu debate com o idealismo alemão) e é fundamental para entender porque

Lukács defende o realismo na literatura. Para o filósofo húngaro, “A captação estética da essência, da ideia é um processo, um movimento de aproximação gradual da realidade essencial, a qual é apenas uma fração daquela totalidade do real” (LUKÁCS, 2011, p. 109). Reproduzir 100% da realidade sem colocar emoção, opinião, desejos e aspirações é o mesmo que fugir dos grandes problemas da vida e da arte.

OS TESTEMUNHOS (IN)VOLUNTÁRIOS DE SIMONE DE BEAUVOIR

Quais são os problemas da vida e da arte retratados por Simone? A autora veio ao Brasil numa viagem de dois meses, acompanhando o seu marido, Jean Paul Sartre. O casal recebeu múltiplos convites de Jorge Amado e de outros brasileiros com quem tiveram contato em Paris. Luis Romano mostra como

Sartre estava informado de que a Revolução Cubana era simpática a muitos brasileiros; [e que] consciente do impacto que sua figura intelectual causaria por aqui, concorda em tomar-se instrumento de divulgação da revolução vitoriosa. (ROMANO, 2000, p. 90).

O casal veio ao Brasil num momento em que o pensamento de Sartre e sua ação como escritor e homem público de reconhecimento internacional passavam por radical adesão ao marxismo. O filósofo existencialista veio até nós para falar de revolução e empolgou as plateias brasileiras com a narrativa das experiências revolucionárias que presenciou em Cuba.

Simone de Beauvoir escreveu um diário de viagem enquanto esteve aqui e é este diário que serve como base para esse capítulo de sua autobiografia. Diferentemente do diário de viagem escrito por Albert Camus, produzido em sua vinda ao Brasil em 1949, o de Simone não vem com local e data no topo de suas narrativas, que são feitas de maneira contínua tal como um romance se constrói.

A francesa conta que conheceu alguns intelectuais, muitos dos quais estavam presos no tempo de Vargas. Conheceu Gilberto Freyre e descreveu os costumes narrados pelo sociólogo em *Casa Grande e Senzala*. E assim Simone descreve o seu desembarque em Recife:

Sartre não se sentia bem; (...) Eu mesma vacilei ao receber

no rosto o ar livre e o sol. Havia muitas mãos estendidas, flores, jornalistas, fotógrafos, mulheres de braços nus, homens vestidos de branco, o rosto de Jorge Amado. Polícia, alfândega; como em Havana, o cansaço me aturdida quando um carro nos conduziu ao centro da cidade: primeiro a um hotel, diante de um cais, depois a um restaurante fresco e alegre. (BEAUVOIR, 2009, p. 435).

Em seguida, Simone descreve os pratos e bebidas que encontrou:

uma mistura de aguardente de cana - cachaça - e limão. (...); conheci também o sabor do maracujá - a fruta da paixão -, cujo suco, de uma rica coloração amarela, enchia as garrafas. Notei em todas as mesas garrafas cheias de farinha: era mandioca, com a qual se salpicam os pratos. (BEAUVOIR, 2009, p. 436).

O casal visitou Olinda, cidade construída 300 anos antes de Brasília. Comentou sobre a influência de Maurício de Nassau, da Holanda e de Pieter Post; versou sobre as jangadas e sobre a água de coco, que experimentou “sob um quiosque; aspira-se por um canudo que atravessa a casca: era morna e insípida” (BEAUVOIR, 2009, p. 437). Outro ponto em que encontramos diferentes relatos do ocorrido:

Descrita dessa maneira, a experiência parece completamente objetiva ao seu sujeito. Entretanto, novamente ao cotejar a versão da escritora àquela publicada na imprensa brasileira, desconfiamos que, talvez, ela tivesse a preocupação de depurar os acontecimentos que narrava eliminando possíveis gafes, temores, enganos que pudessem romper a imagem de super-intelectuais. Pois, conta o repórter Mário Camarinha que, passeando por Olinda, Simone de Beauvoir se encantou com as jangadas, queria saber tudo sobre a vida dos jangadeiros; explicações que Jorge Amado se apressou a dar. De repente, ao saborear água de coco, a escritora deve ter achado por demais irreal o cenário tropical e perguntou: “corno é que se põe a água de coco no coco?”. (ROMANO, 2000, p. 99).

Beauvoir e Sartre passaram algumas semanas viajando por outras cidades brasileiras: Rio, São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Manaus... Na “cidade maravilhosa”, receberam o título de cidadãos do Rio de Janeiro. Simone relatou o evento em sua carta de 26 de agosto de 1960, a Nelson:

Fiquei sabendo que esse governo indecente exerceu fortes pressões sobre o Brasil para que não nos convidasse, com medo de que Sartre falasse da Argélia. Pois ele falou, falou da tortura, de tudo. Os brasileiros, que se sentem como uma colônia dos Estados Unidos, detestam o colonialismo e gostaram muito de seu discurso. (BEAUVOIR, 2009, p. 523).

No retorno do Amazonas para Recife – pois era aqui que Beauvoir e Sartre deveriam embarcar num avião para Paris – a escritora começou a apresentar sinais de febre. Ela havia contraído febre tifóide no Norte do país. Ainda assim, participou de algumas andanças com seu marido e Cristina T. (descrita por Simone como alguém que transbordava de vida e que era bem humorada), pois “no Nordeste é indecoroso um homem sair sozinho com uma moça” (BEAUVOIR, 2009, p. 480). Ardendo em febre, Beauvoir passeou por mercados e feiras, cuja miséria Cristina os almejava mostrar. “Durante dois meses eu amara o Brasil; ainda o amo, através das minhas recordações: mas naquele momento, de repente, senti-me inteiramente farta da seca, da fome e de toda aquela angústia.” (*ibidem*).

A embaixada francesa do Brasil, insistia que a doença de Simone era diplomática, que o casal estava evitando retornar à Paris para não ser preso. A francesa passou sete dias internada no quarto nº 5 da Enfermaria Nossa Senhora de Fátima, no Hospital Português e, depois de muito insistir, pois detestava sentir-se presa no hospital, foi transferida para repousar na casa de colegas, onde passou mais três dias. Assim, Simone descreve, em suas memórias, seus dias e noites no hospital:

Da minha cama, avistava coqueiros erguidos para o céu de um azul muito claro; via canaviais, bambus (...). Enfeitada por essa paisagem demasiado calma, por seu silêncio úmido, eu me sentia vítima de um feitiço: jamais sairia dali. (...) As noites eram belas, com as luzes verdes e vermelhas de Recife ao longe, mas eu sentia um aperto na garganta ao pensar em mais essa noite a vencer, em pesadelos a afastar e no outro dia eu teria de recomeçar. (BEAUVOIR, 2000, p. 481).

Em sua carta de 28 de outubro de 1960, já em Havana, o relato a Nelson das noites em Recife é descrito de forma ainda mais colérica:

Para culminar, Sartre enlouqueceu. Nós havíamos escolhido Recife, em parte porque deveríamos decolar de lá para a

França e também porque, lá, vive a tal ruiva por quem ele se embandeirou. Enquanto eu jazia no meu leito de dor, ele passeava com ela. (...) Sartre levou uma vida infernal nessa cidade sinistra e hostil, entre mim no hospital, e aquela ruiva (...). Seu ar meio grogue, quando vinha me ver no hospital, me enchia de fúria, mas eu não podia fazer nada. (...) A moça também gostava de beber, e, quando fiquei curada, passamos uma estranha noite; ela quebrou copos com as mãos, sangrou como um boi e disse que queria se matar, de tanto amar e odiar Sartre. (BEAUVOIR, 2000, p. 527).

Percebe-se tons de frieza ao descrever a cidade que, em suas memórias, é trazida a público com demasiada calma e com noites belas. O mesmo Recife torna-se sinistro e hostil. A embriaguez de Cristina é substituída pelos passeios e pelos cuidados que a moça dirige à Simone. Em suas memórias, ela apenas menciona que Sartre, de fato, ingeria muito gardenal, porém não nos conta como isso a enfurecia. Nesse ponto, não temos como saber a motivação da ação: Simone estaria preservando a identidade do marido ou preservando o seu ego? Ser trocada, em seu leito de dor, por passeios alcoólicos com uma jornalista – mesmo dentro de um casamento aberto – não é confortável; a displicência, o pouco cuidado, a escassez de atenção. A francesa estaria envergonhada por ter sido largada pelo marido? Ou quis preservar a imagem do amado e da jornalista?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, ao fim dos relatos de Simone de Beauvoir, dois aspectos fundamentais para o ofício do historiador: devemos ter muita atenção ao estudar uma fonte e nunca permanecer preso a uma exclusiva. Um mesmo acontecimento sempre apresentará diferentes perspectivas: tanto por ser narrado por diferentes sujeitos, ou por ser narrado pelo mesmo sujeito, mas em momentos diferentes da sua vida e para um público alvo distinto.

A memória – descrita por Le Goff como estática, como enciclopédica – bebe das lembranças individuais do sujeito a partir de jogos de poder e de interesse. Simone teve poder ao publicar suas memórias numa autobiografia, de transmitir exatamente aquilo que ela queria que as pessoas soubessem: que ela amou o Brasil; que conheceu pessoas importantes e as favelas do Rio; que sempre soube como nascia o coco e como tínhamos acesso a sua água; que o seu marido entendia de avião e lhe deu total atenção em seu leito de

dor. Ela contou os mesmos eventos ao seu amante, mas por outras lentes. Isso porque sua segunda chegada a Recife foi infernal; seu marido a abandonou doente. A versão que os amigos e jornalistas tinham sobre a aterrissagem do avião e sobre a água de coco também divergiam.

Os testemunhos voluntários da francesa, por motivações que desconhecemos, apresentam inverdades em alguns pontos. Já os seus testemunhos involuntários são carregados de todos os tipos de emoção: amor, ódio, dor, repulsa, medo. A maneira como ela descreve a paixão de Sartre pela ruiva – que pensam em casar-se (mas a ideia some tão rápido quanto surge) – em suas cartas, parece inexistente em suas memórias públicas. A forma como desenha a cidade, conforme seus sentimentos pessoais, transforma-se com a doença, com os voos, com o abandono, com a saudade, com a guerra. Recife começa bonito, repleto de rios, e termina quente e infernal. As experiências de Simone na cidade moldam sua perspectiva a respeito da capital pernambucana. Sua cólera é transferida para as noites claras que não fazem nada além de existir.

O público a quem ela dirige suas dores também recebe informações pontuais. Seu amante recebe detalhes que o leitor comum jamais teria acesso, caso a filha de Beauvoir não tivesse invadido a privacidade da mãe e publicado suas cartas, talvez morreríamos sem saber do amor de Sartre pela ruiva que tentou se matar.

Podemos considerar, finalmente, que tanto o historiador quanto sua fonte respondem ao tempo em que vivem. Não devemos tomar tudo como verdade absoluta, visto que lemos o mundo com o referencial que possuímos dele ao longo dos anos. O modo como nos colocamos diante das fontes e as perguntas que lhes fazemos diz mais sobre nós do que as respostas que encontramos. Por que optamos por fazer uma pergunta, e não outra? As condições de produção da fonte devem, obrigatoriamente, serem levadas em consideração. No caso do presente ensaio, a conjuntura em que Simone escreveu o seu diário não é a mesma de quando ela o editou para inseri-lo em sua autobiografia; bem como os momentos em que ela escreveu as cartas ao seu amante, também não o são. As circunstâncias em que esses objetos vieram a público são distintas, assim como os seus objetivos de escrita.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BEAUVOIR, Simone. **A força das coisas**. Tradução: Maria Helena Franco Martins. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **Cartas a Nelson Algren**: um amor transatlântico, 1947 - 1964. Tradução: Márcia Neves Teixeira; Antônio Carlos Austregesyllo de Athayde. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

EAGLETON, T. **Marxismo e Crítica Literária**. Tradução: Matheus Corrêa. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LUKÁCS, György. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. [1945]. *In*: _____. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. [Org. e trad.: Carlos Nelson Coutinho; José Paulo Netto]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011, p. 87-119.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ROMANO, Luís Antônio Contatori. **A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960**. Tese apresentada ao Curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

CAPÍTULO 6

DISCUSSÃO ACERCA DA PATRIMONIALIZAÇÃO A PARTIR DAS HISTORICIDADES DO FORTE DO BURACO (OLINDA-PE)

Anderson Bezerra de Jesus¹

INTRODUÇÃO

A valorização do patrimônio cultural permite que muitos países desenvolvam um olhar cuidadoso sobre seus bens culturais, elaborando estratégias preservacionistas e socioeconômicas para suas salvaguardas, por meio da criação de políticas públicas para este fim. Conseqüentemente, a prática preservacionista dos patrimônios tem por meta a proteção dos produtos e testemunhos das tradições históricas e artísticas, imbuída no propósito de assegurar que os conhecimentos e as manifestações das dinâmicas socioculturais de um povo sejam repassados às futuras gerações.

De acordo com Choay (2001, p.18) a evolução conceitual do patrimônio pode ser entendida como tudo que “tem se modificado e pode ser entendido como o que for edificado por uma comunidade com a finalidade de rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos”. A partir disto, algumas questões se tornam relevantes, primeiramente as mudanças acerca do patrimônio e sua salvaguarda, em segundo plano a temporalidade na história e desta forma, surge o dialogo entre os contextos históricos, culturais e coletivos.

¹ Anderson Bezerra de Jesus. Mestrando em História pela UFPE. E-mail: anderson.jesus@ufpe.br.

Tal pensamento é corroborado por Hartog (2006), que trabalha o conceito de presentismo ao avaliar o patrimônio como categoria dominante da vida cultural, sendo tratado como indício de nossa relação com o tempo, discutindo assim a redefinição do patrimônio e da memória dentro do novo regime de historicidade.

Da mesma forma, o valor atribuído ao patrimônio passa por constante modificação. Hartog (2013) entende que a construção dos patrimônios históricos e artísticos é prática característica dos Estados Modernos, definida pelo reconhecimento que lhe é conferido enquanto manifestação cultural e símbolo da nação, estes bens passam a ser dignos de proteção, em um inventário dos lugares onde a história se encarnou. Assim, consideramos o conceito de patrimônio histórico a partir de duração e resistência.

No campo da elaboração das políticas públicas destinadas à salvaguarda do patrimônio cultural a prática não se diferencia. Desta maneira, Henriques Filho (2013) examina a legislação nacional relativa à proteção do patrimônio cultural observando as modificações desde a Constituição Federal de 1934, que atribuiu à União e aos Estados a competência de proteger os monumentos de valor histórico; passando pela Carta de 1937 ao estatuir que os monumentos históricos gozam de proteção e cuidados especiais da Nação, do Estado e dos Municípios; a Carta de 1946 previu que as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico ficam sob a proteção do Poder Público; o documento de 1967 dispõe do amparo à cultura como dever do Estado; e pela Constituição de 1988 que altera o conceito de bens integrantes do patrimônio cultural passando a considerar que são aqueles portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Partindo deste pressuposto, este trabalho está relacionado à investigação inicial denominada: *Forte Madame Bruyne, da edificação às ruínas: construções de narrativas de atribuição de valor sobre o patrimônio histórico-cultural brasileiro no século XX*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE), com a finalidade de observar os processos de patrimonialização nacionais, tendo como escopo o Forte Madame Bruyne ou Forte do Buraco (Olinda-PE), e as intervenções de salvaguarda a ele atribuídas. Desta maneira, o recorte histórico deste projeto orbita na criação do Serviço do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através do Decreto-Lei Nº 25 de 1937, que reverberou no tombamento do forte como edificação, em 1938, finalizando no ano 2000, dado ao tombamento da fortificação sob a categoria de ruína. Assim, propomos uma análise da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através dos processos de tombamento do Forte do Buraco, tais como as normativas nacionais relativas à proteção do patrimônio histórico no período examinado.

Desta forma, abordamos o histórico do Forte do Buraco e os processos relativos à sua patrimonialização através dos tempos, contextualizando acerca da ação patrimonializadora, da temporalidade como atravessadora das historicidades, e da representação social na construção da prática cultural.

O Forte do Buraco foi construído em 1630 pelos holandeses, provavelmente no mesmo local onde existiu o Forte São Jorge Velho (BARTHEL, 2007), foi assim nomeado em homenagem à esposa do presidente do Conselho neerlandês *Johan de Bruyne*, também diziam Buraco de Santiago, em fins do século XVII, Santo Antônio do Buraco e Forte de Santo Antônio dos Coqueiros (KOSTER, 1942).

Trata-se de uma fortificação com quatro baluartes, construída em alvenaria de pedra, sendo revestida de pedra e cal. Localiza-se no istmo de Olinda, considerado ponto estratégico de defesa da passagem entre Recife e Olinda juntamente com o Forte do Brum, assim como da entrada da barra (IPHAN, 2014), o que atualmente corresponde à parte de trás da Escola de Aprendizes de Marinheiros, ao norte da última barra do Porto do Recife, em uma área conhecida como Praia do Istmo ou Ponta del Chifre, banhada pelo Oceano Atlântico e pelo Rio Beberibe (ALVES, 2000).

A história do Forte do Buraco é marcada por distintas investidas para sua salvaguarda. Inicialmente ocorreu seu tombamento no ano de 1938, período no qual o SPHAN havia intensificado o tombamento de inúmeros bens históricos nacionais. Em seguida, em 1955, ocorreu o processo de cancelamento do tombamento devido a entraves políticos com o Governo Federal, na figura do Ministério da Marinha que solicitava o espaço para a construção de uma Base Naval no Nordeste. O período entre 1985 e 1995 foi marcado por pedidos de restabelecimento de tombamento da fortificação que culminou com o novo tombamento do forte no ano de 2000.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ação patrimonializadora

Considerando a relevância da temática do patrimônio cultural, observamos o estudo nos apontamentos de Hartog (2006), que avalia o patrimônio como um dos termos solicitados amplamente e de formas variadas, sendo tratado como indício de nossa relação com o tempo que se impôs como categoria dominante da vida cultural. Desta forma o autor o define:

Passando para o lado da memória, ele se torna memória da história e como tal símbolo de identidade. Memória, patrimônio, história, identidade, nação se encontram reunidos na evidência do estilo direto do legislador. Nesta nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade: a palavra-chave dos anos 1980. (HARTOG, 2006, p. 266)

Para compreender a ação de patrimonializar é necessário entender o patrimônio como resultante de uma prática cultural. Assim, a ação patrimonializadora – prática cultural de produzir o patrimônio histórico – é atravessada por historicidades.

O debate acerca da fabricação do patrimônio cultural no Brasil é trazido por Chuva (2017), à medida que a autora reflete como sendo uma escolha localizável e historicamente explicável das instituições autorizadas, no consenso sociocultural e sociopolítico nos anos entre 1930 e 1940.

A este respeito, Lopis (2017, p.13) acrescenta que “a perspectiva de valorização patrimonial passou por diferentes períodos históricos e atuou de forma diversa em sociedades distintas”, entendendo que a influência do valor na preservação dos monumentos é característica da modernidade. Contudo, o valor de memória do monumento está relacionado à representação do tempo transcorrido. A respeito do valor histórico e de memória, faz-se necessária uma nova compreensão do que é patrimônio. Torna-se uma condição esclarecer completamente esta diferença quanto à essência do valor da arte, pois, a preservação dos monumentos tem este princípio orientador de forma influente e decisiva.

Tal pensamento é corroborado por Reigl (2014), na medida em que, se não existe um valor eterno, mas apenas um relativo, moderno, o valor da arte de um monumento não é mais um valor de memória, mas um valor de

atualidade.

A fim de exemplificar as modificações associadas às atribuições de valor sobre o patrimônio histórico nacional, no que diz respeito à seleção de um bem pelo seu valor de arte e de história, observado por Sena (2008), consideramos o estudo de caso das intervenções preservacionistas na Fortificação do Buraco, sendo a edificação o caso chave para este estudo, tendo em vista que o equipamento atravessou dinâmicas relevantes de atribuição e de perda de valor, o colocando em um patamar de exemplo singular e tornando válido seu estudo.

Desta forma, podemos compreender a relevância da questão patrimonial a este trabalho devido os contextos históricos e sociais envolvidos na salvaguarda do nosso objeto de estudo, o Forte do Buraco.

A temporalidade e a representação social através das historicidades

A partir dos escritos de Koselleck (2006), observamos a temporalidade como temática relevante neste artigo, tendo em vista do Forte do Buraco ser um equipamento alinhado a ações de salvaguarda e cotidianamente relacionado ao passado, ao pesquisar e trabalhar as ações implementadas a fortificação nos cercamos do olhar para o futuro. Desta forma, ao considerarmos o pensamento de Koselleck (2006), definindo que o tempo histórico está diretamente ligado às ações humanas concretas, às suas realizações políticas, econômicas, sociais e culturais, entendemos que o tempo histórico é pensado pelo campo da experiência (passado) e o horizonte de expectativa (futuro), onde ambos se entrelaçam e se associam ao presente, pois ao mergulharmos no passado estamos cheios de questionamentos colocados pelo tempo presente.

Segundo o autor, em se tratando da temporalidade, a história pode ser aprendida dentro de sua própria historicidade. Assim, a constituição do tempo histórico é obtida entre a relação do passado com o futuro. Ou seja, é a partir da forma que cada geração lidou com seu passado, formado no campo da experiência, e como lida com seu futuro, nutrido pelas expectativas, que surge a relação com o tempo que podemos denominar como tempo histórico.

A este respeito, Huyssen (2000) dialoga com Koselleck à medida que considera o que o passado não existe por si, mas com a relação com o presente. O autor problematiza acerca da emergência da memória como uma

das preocupações culturais e políticas centrais da contemporaneidade, fato que caracteriza uma volta ao passado contrastando com o privilégio dado ao futuro advindo dos anos iniciais do século XX e relacionado à modernidade, em contraponto a mudança de perspectiva ocorrida na década de 1980, onde o foco muda de futuros presentes para passados presentes. Assim, observamos o deslocamento, tanto na experiência, quanto na sensibilidade, ao considerar a temporalidade, já a memória tem um papel preponderante no entendimento espaço e tempo na atualidade.

Tempo e espaço, como categorias fundamentalmente contingentes de percepção historicamente enraizadas, estão sempre intimamente ligadas entre si de maneiras complexas, e a intensidade dos desbordantes discursos de memória, que caracteriza grande parte da cultura contemporânea em diversas partes do mundo de hoje, prova o argumento. (HUYSSSEN, 2000, p. 10)

Assim, o autor continua corroborando a proliferação geográfica da cultura da memória na atualidade, reafirmando o uso político da memória através do uso do passado para apoiar as ações políticas.

Podemos tecer um paralelo ao pensamento de Didi-Huberman (2013) que discute de forma argumentativa elementos relativos à história, tais como: textos, imagens e objetos de distintas naturezas, desenvolvendo uma temática histórica em postulados “eternos”, ou, inversamente, em que as concepções gerais são abaladas por sua própria historicização, buscando reconhecer modelos temporais, culturais e psíquicos. Desta forma, o autor (2013, p. 13) argumenta que “o discurso histórico não nasce nunca, sempre recomeça”, e a história pode ser entendida como “corpo”, como saber metódico e como uma análise dos tempos e para uma ciência vinculada à cultura, discutindo assim, o passado que se desdobra em duração com o tempo presente.

Outra temática relevante a esta proposta gira em torno da representação e sua ligação com a cultura. De acordo com Santi e Santi (2008), a percepção de práticas culturais tem no conceito de representação uma centralidade à medida que determina valores simbólicos que regem a atividade e o processo de significação de distintos campos sociais, tais como: produção, consumo, regulação, representação e identidade. Sobre tal questão, Hall (2016) reflete acerca da cultura enquanto conjunto de valores

ou significados partilhados, a partir do conceito de cultura relativa à ideia de uma época, seja no sentido erudito, seja com teor de atividades populares.

Hall (2016) entende a cultura como grupo de significados partilhados, direciona seu estudo à linguagem na busca do processo de significação, observando que os significados culturais possuem efeitos e regulam práticas sociais, que é através do uso que fazemos, dizemos, pensamos, sentimos e de como representamos que instituímos significados. Desta forma o autor considera:

O conceito de representação veio ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura. A representação conecta sentido e linguagem à cultura. [...] Representação é uma parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas. (HALL, 2016, p. 31)

O autor ainda problematiza a temática da representação relacionada ao discurso desenvolvido pelo filósofo e historiador francês Michel Foucault, trazendo à tona as relações de poder. Introduzindo o pensamento de Foucault e sua abordagem discursiva para a representação, sublinha três de suas principais ideias: o conceito de discurso, o problema do poder e conhecimento, e a questão do sujeito. Desta forma, o autor ressalta:

O que interessava a ele eram as regras e práticas que produziam pronunciamentos com sentido e discursos regulados em diferentes períodos históricos. Por ‘discurso’, Foucault entendeu ‘um grupo de pronunciamentos que permite que a linguagem fale sobre – uma forma de representar o conhecimento sobre – um tópico particular ou um momento histórico. (HALL, 2016, p. 80)

Ainda sobre o tema em questão, devemos destacar o conceito de representação social, apontado por Pesavento (2013), que observou o conteúdo como central e reorientou a postura epistemológica do historiador, que ao representar alguma coisa se coloca no lugar do referente, introduz a noção de simbólico e do sentido dentro da História.

A historiadora percebe as representações como “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real” (PESAVENTO, 2013, p. 39).

Na perspectiva da representação social apontada pela autora, a noção do simbólico e do sentido vêm à tona, à medida que a cultura pode ser interpretada como sendo um grupo distinto de definições, concluindo-se que “a cultura é entendida como o conjunto desses significados, como uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica” (PESAVENTO, 2013, p. 15).

Dito isto, observamos que o estudo acerca da temporalidade é parte fundamental para esta apuração, tendo em vista que este trabalho tem como base o estudo de caso sobre as iniciativas de salvaguarda ocorridas no Forte do Buraco considerando distintos recortes temporais.

Da mesma forma, entendemos que o referencial citado acerca da representação social dialoga com este estudo diante das formações de atribuições de valor agregados à fortificação estudada nos distintos processos de tombamento e “destombamento”. Assim como a representação social associada às relações de poder, entendendo que as iniciativas sofridas pela edificação observada tem relação com fatores, tanto políticos, quanto sociais.

METODOLOGIA

Inicialmente fizemos leituras de fontes relacionadas a temas relevantes a este projeto tais como os conceitos de patrimônio histórico-cultural, assim como aspectos relativos à temporalidade e questões relativas à representação social, observando, sobretudo, as relações político-sociais.

Com a finalidade de embasar teórico-metodologicamente esta pesquisa, consideramos o uso de forma semelhante dos métodos utilizados em publicações como *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória* (IPHAN, 1980), e *Por uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil de Chuva* (2011), por delimitarem temas acerca da história da preservação do patrimônio cultural no país, utilizando uma sequência cronológica e observando diferentes concepções de patrimônio, trajetórias históricas e formação de políticas preservacionistas; *O Patrimônio em Processo*, de Fonseca (1997), que através da investigação da trajetória das políticas públicas de preservação no Brasil discute as noções de patrimônio e as mudanças do entendimento sobre a temática ao longo do século XX.

Posteriormente foi feita a análise documental tendo como ponto de partida o *Processo de Tombamento 1613 PE – Forte do Buraco* (IPHAN, 2014), que traz informações acerca das ações de salvaguarda implantadas no equipamento histórico que passou por distintos eventos relacionados à sua salvaguarda, tais como: o processo inicial de tombamento como edificação em 1938; o cancelamento de tombamento sofrido em 1955; as iniciativas para o restabelecimento de tombamento, em 1985; o arquivamento dos pedidos de tombamento ocorridos em 1995; e finalmente a nova ação de tombamento em 2000, como ruína.

Vale salientar que temos posse de tal documentação em virtude de pesquisas realizadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), executadas na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), através do Laboratório de Estudos e Intervenções em Patrimônio Cultural e Memória Social (Lepam), denominadas: *Os Tombamentos Estaduais e a Identidade Cultural do Centro Histórico de Olinda* (2017-2018); *As Ações da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco* (FUNDARPE) e a *Identidade Cultural do Centro Histórico de Olinda* (2018-2019); *O Impacto das Cartas Patrimoniais na Legislação Patrimonial Brasileira* (2019-2020); realizadas na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (IPHAN-PE), instituição que autorizou o registro fotográfico de todo o processo com o propósito da investigação acerca do patrimônio histórico nacional.

Consideramos ainda a evolução do entendimento da proteção do patrimônio histórico que orbita na legislação nacional no período estudado, e, para tal, selecionamos as Constituições Brasileiras e as demais normativas que amparam a salvaguarda do patrimônio no país, incluídas na obra *Legislação sobre o Patrimônio Cultural*, publicadas pela Câmara dos Deputados (2013).

A partir disto, tecemos uma análise comparativa inicial dos processos de tombamento do Forte do Buraco, assim como da legislação nacional relativa à proteção do patrimônio histórico nacional em vigor nas diferentes intervenções sofridas pela edificação.

Ao considerarmos o período histórico selecionado como sendo extenso, elaboramos a estratégia de investigação para análise do intervalo, não

observando o recorte em forma contínua, mas observando fatos pontuais como os processos de tombamento e cancelamento investidos sobre o Forte do Buraco, a fim de potencializar a discussão acerca da patrimonialização no país.

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Para abordar o tema em questão, entendemos os contextos que levaram às iniciativas de proteção dos bens culturais nacionais, observando assim, as medidas de proteção ao patrimônio histórico-cultural internacional que reverberam em tais medidas.

A década de 1930 foi marcada pela busca da proteção dos bens históricos a nível mundial e a partir disto, se iniciam as atuações dos organismos internacionais na coordenação específica de parâmetros tanto simbólicos, quanto discursivos, cabendo ainda o envolvimento de governos, organizações da sociedade civil global e organizações distintas. Tais articulações permitiram às entidades internacionais, entre outros aspectos, criar os principais instrumentos legais transnacionais que geraram o disciplinamento e o tratamento jurídico-político de temas e questões envolvendo a cultura popular ou tradicional, o patrimônio cultural e as novas relações entre cultura e desenvolvimento.

Assim, foram criadas as Cartas Patrimoniais, que tiveram seu início na Carta do Restauo, em 1931, seguida pela Carta do Urbanismo, de 1933. Entendemos que o conjunto das referidas Cartas Patrimoniais revelam avanços sobre as políticas de preservação do patrimônio e a legislação de salvaguarda, exteriorizados através de leis e decretos dispostos nas Constituições Brasileiras, vigentes até os dias atuais. Assim, podemos perceber o quanto as diretrizes internacionais interferiram na formação de normativas nacionais sobre o assunto. Sobre estas diretrizes, o IPHAN (2015) aponta:

As Cartas Patrimoniais são documentos que contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural. Elaboradas por especialistas e organismos que trabalham com patrimônios culturais, as Cartas somam mais de 40. (IPHAN, 2015, p.1)

Nesta perspectiva, em 1934, surge um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais do país, reverberando no Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizando a salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional. Tal decreto foi influenciado pelas diretrizes internacionais da década, as Cartas de Atenas de 1931 e 1933. O documento, tanto determinou a fundação do SPHAN, quanto estabeleceu a normativa do tombamento.

A partir da observação do *Processo de Tombamento 1613 PE – Forte do Buraco* (IPHAN, 2014), consideramos os períodos relevantes no que tange aos processos de salvaguarda da fortificação.

Antes, porém, devemos destacar as iniciativas do SPHAN sobre a salvaguarda do patrimônio histórico nacional, que dizem respeito à formação das narrativas do patrimônio nacional, tema especialmente tratado por Gonçalves (1996), a partir dos discursos que introduzem as concepções de identidade e memória durante a construção da identidade nacional, em especial a nomes ligados ao SPHAN, como Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, com a finalidade de entender o processo de brasilidade através de estratégias de objetificação cultural na busca da autenticidade. Desta forma, se enquadrando em um processo de formação de culturas, em contraponto à retórica da perda, compreendendo os processos que levam a validação de um bem em detrimento de outro.

A História aparece como “um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional tendem a se perder (...) o efeito dessa visão é desenhar um enquadramento mítico para o processo histórico, que é equacionado, de modo absoluto, à destruição e homogeneização do passado e das culturas. (GONÇALVES, 1996, p. 22)

Sobre tal perspectiva, o Forte do Buraco fora inscrito em 28 de abril de 1938, no *Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes* com a denominação de Fortaleza de Santo Antônio do Buraco pelo SPHAN, de que trata o *Processo Nº 101-T-38*, este ano foi marcado pela realização dos tombamentos de 234 bens, em dez Estados brasileiros.

Entendendo que os princípios relacionados à salvaguarda patrimonial começaram a surgir na legislação nacional a partir da Constituição (BRASIL,

1934), que no seu Artigo 111, abordou: “gozam do amparo e solícitude dos poderes públicos os monumentos artísticos, bem como os históricos e os naturais”.

A respeito da legislação brasileira, no que tange às questões relacionadas ao patrimônio, se conecta às diretrizes mundiais desde o início do debate sobre a preservação na década de 1930, passando pela salvaguarda de sítios urbanos e conjuntos arquitetônicos observada no recorte estudado, através das formulações de leis que viabilizaram a proteção do patrimônio nacional.

Vemos então os objetos da cultura sendo tratados no sentido da produção do pertencimento e de rememorar, ligados ao território e à memória, como vetores de formação de identidade, corroborando com o pensamento acerca do patrimônio cultural trazido por Hartog (2006).

Em 19 de janeiro de 1955, ocorreu o cancelamento do tombamento do bem em cumprimento ao Despacho da Presidência da República, em 11 de janeiro de 1955, no governo Café Filho, indicando sua demolição como providência indispensável à realização de obras navais de interesse da defesa nacional na Região Nordeste. Tal pretexto seria a construção de uma Base do 3º Distrito Naval no Recife, segundo o IPHAN (2014), sob a alegação da inexistência de valor significativo em contexto nacional e a falta de representação cultural.

Com a transferência da Base Naval do Nordeste para o Estado do Rio Grande do Norte, em 2 de outubro de 1975, tornou-se possível o restabelecimento do tombamento da edificação.

De acordo com o IPHAN (2015), a derrubada principiou-se em 1953, causando à época grande comoção, como se depreende da simples leitura dos depoimentos constantes dos autos. Assim, o forte foi destruído quase que integralmente, e as ruínas correspondem a oitavava parte da construção primitiva, restando parte do Corpo da Guarda, Artilharia, Cadeia e Casa de Pólvora e um baluarte incompleto e só acessível por barco ou pelas areias do istmo. Com a transferência da Base Naval do Nordeste para o Estado do Rio Grande do Norte, em 2 de outubro de 1975, tornou-se possível o restabelecimento do tombamento da edificação, desta vez em situação de ruína.

Nesta passagem, o patrimônio é utilizado como uma retratação do passado, a cultura pode ser interpretada através dos sentidos relacionados

ao bem cultural, como vimos no conceito de representação social trazido por Pesavento (2013), assim como as questões relativas às relações de poder consideradas por Hall (2016).

Segundo Melo Filho (1982), no ano de 1982, a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda torna público o tombamento dos sítios históricos da cidade, incluindo o Forte do Buraco e área do Molhe de Olinda.

Em 1985, a Secretaria de Educação de Pernambuco, por intermédio de sua Comissão de Moral e Civismo, veio a solicitar o restabelecimento do tombamento federal do Forte. Contudo, através do *Processo N° 1.351-T-95*, em 1995, ocorre o arquivamento do pedido de tombamento das ruínas do Forte do Buraco, tendo como motivação a inexistência de valor significativo em contexto nacional e da área já ser especialmente protegida como entorno do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Olinda. Este período foi marcado pela Redemocratização, em 1985, onde não houve modificações no que tange às questões patrimoniais nacionais, e de acordo com o IPHAN (2014a).

Outro fato relevante acerca da salvaguarda do patrimônio histórico nacional ocorre no ano de 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal, que, segundo Caçador e Val (2008), o documento completa o debate sobre a preservação no país por politicamente contemplar o patrimônio cultural em toda a sua amplitude e complexidade, tendo em vista que seu texto não aborda apenas os bens de natureza material de valor artístico e histórico, mas também o patrimônio imaterial ou intangível, e, desta forma, a Constituição de 1988 altera o conceito de bens integrantes do patrimônio cultural passando a considerar os portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Finalmente, em 8 de junho de 2000, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, no Rio de Janeiro, decidiu por unanimidade recomendar o tombamento das ruínas da fortificação.

A partir da observação dos distintos períodos que envolvem as ações protecionistas sobre o forte, entendemos a relação da temporalidade trazida por Koselleck (2006) ao contrapor o passado com o futuro, a partir das relações humanas, englobando questões econômicas, políticas, culturais e sociais. Corroborado com o pensamento de Huyssen (2000) à medida que considera a existência do passado a partir da sua relação com o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente, este artigo trata da investigação inicial das investidas de salvaguarda sobre o Forte do Buraco observadas no *Processo de Tombamento 1613 PE – Forte do Buraco* (IPHAN, 2014), tendo como objeto discutir os processos de patrimonialização a partir do estudo de caso da fortificação, relacionada ao patrimônio histórico nacional, diante das ações implantadas para sua proteção nos distintos processos de tombamento e cancelamento de tombamento, considerando as evoluções, tanto do conceito de patrimônio histórico, quanto das elaborações das políticas públicas destinadas à proteção dos bens culturais brasileiros no século XX.

Desta forma, observamos a intervenção de distintos atores que contribuíram para o processo de patrimonialização da edificação, tanto em parâmetros políticos, relacionados nos processos de tombamento, em 1938, e destombamento do bem, em 1955, quanto em âmbito social, relativo às manifestações da sociedade civil contra o destombamento da fortificação e no pedido de restabelecimento da sua salvaguarda, todos citados no processo.

Consideramos ainda os embates políticos ocorridos pelo SPHAN, órgão responsável pela proteção da edificação até o seu destombamento, que perde sua gerência sobre o bem para o Governo Federal, e volta a administrar a salvaguarda da fortificação em 2000, por conta do novo tombamento do equipamento, como ruína.

Entendemos que nos diferentes recortes temporais a percepção do valor atribuído ao forte se modifica, onde em 1938, momento de seu primeiro tombamento, a edificação era considerada como portadora de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e assim considerado memorável; e, em 1955, quando do seu destombamento, segundo o Processo (IPHAN, 2014) ocorria a inexistência de valor significativo em contexto nacional e a falta de representação cultural.

Observamos ainda a formação das narrativas do patrimônio cultural nacional a partir dos discursos que introduzem as concepções de memória durante a construção da identidade nacional em especial a nomes ligados ao SPHAN, como Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, na eleição dos bens a serem tombados no país.

Portanto, entendemos que tal projeto poderá acrescentar novas

questões ao debate sobre o Forte do Buraco, ampliando a literatura acerca de seus processos de patrimonialização, observando como se deram as implicações da construção do patrimônio cultural no Brasil, a partir da década de 1930, assim como a formação de políticas de proteção histórico-culturais, os critérios de valoração dos bens culturais nas diferentes ações investidas sobre o forte e desta forma servir de alicerce para futuras pesquisas relacionadas à salvaguarda nacional.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Cleide. Forte do Buraco é redescoberto. **Jornal do Comércio**, Recife, 20 mai. 2000. Cidades.
- BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].
- BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 10 de novembro de 1937. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].
- BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].
- BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 15 de março de 1967. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].
- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União – Seção 1 – 6/12/1937, Página 24056 (Publicação Original).
- CAÇADOR, Tânia Mara; VAL, Andréa Vanessa da Costa. As constituições brasileiras e o patrimônio. **Jurisp. Mineira**, Belo Horizonte, v. 59, n. 186, p. 13-17, jul./set. 2008.
- CÂMARA dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. – 2 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. (Org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, Brasília, n. 34, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996, p. 22.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 36, v. 22, p. 261-173, jul./dez. 2006.

HENRIQUES FILHO, Tarcísio. **A evolução histórica da proteção do patrimônio cultural no Brasil**. *Revista Athenas*, n. 1, v. 2, jan./jul. 2013.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Linha do tempo – IPHAN 80 anos**. 2014a. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20190127154324/http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>>. Acesso em 10 jun. 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de Tombamento 1613 PE – Forte do Buraco**. [IPHAN – Recife, 3ª D.R., 2014].

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil: uma trajetória**. Brasília, DF: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. da PUC, 2006.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Brasil**. Tradução: Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

LOPIS, Erivan Azevedo. **Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa**. *Revista Mosaico*, Vassouras-RJ, n. 12, v. 8, 2017.

MELO FILHO, Antenor Vieira de. Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda – Edital de Notificação Pública. **Jornal do Comércio**, Recife, 11 mai. 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução Werner Rothschild Davidsohn. 1ª Edição – São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTI, Heloise Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama**, USP, São Paulo, n. 2, v. 1, 2008.

SENA, Tatiana da Costa. A atribuição de valor nas práticas de preservação do patrimônio. *In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2008, Salvador-BA. **Anais [...]** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 28-30 mai. 2008.

CAPÍTULO 7

O MANGÁ COMO FONTE: A REPRESENTAÇÃO DO TRAUMA ATRAVÉS DO TESTEMUNHO E SEUS USOS POLÍTICOS DO PASSADO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dionson Ferreira Canova Júnior¹

INTRODUÇÃO

A obra *Gen Pés Descalços* se apresenta como uma daquelas histórias em quadrinhos classificada como histórica, trazendo um enredo mesclando memórias da guerra com teor mais ficcional para construir um contato mais próximo da Segunda Guerra Mundial no Japão. Contudo, não devemos olhar superficialmente para a obra como se fosse qualquer mangá que aborda uma guerra, pois as narrativas e imagens abrangem mais profundamente as memórias, anseios e traumas que a história tem a dizer, sobretudo em relação às temáticas de maior importância para proporcionar um diálogo mais pertinente na produção de uma aprendizagem e consciência histórica dos alunos.

Na elaboração de uma construção histórica do fato e da percepção dos alunos a esse saber histórico, tratando o conhecimento através de uma crítica reflexiva, interpretando e problematizando, trazendo a ideia para a instância do que se aprende com determinado conceito, há a possibilidade de uma multiplicidade de posicionamentos acerca da construção do conhecimento e como essa angariação de conteúdo transforma a prática social do aluno e o

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (PPGH/UFPE), dionsoncanova@gmail.com

leva a produzir sua emancipação enquanto sujeito.

Nesse caminho, surge uma problemática: os mangás podem contribuir para a formação de uma consciência histórica nos estudantes através de uma reflexão acerca do que entendem a respeito da Segunda Guerra Mundial no Japão e do tratamento de uma fonte contendo experiências do passado? Ao nos colocarmos nesse debate é imprescindível considerar a perspectiva do sobrevivente enquanto produtor de um testemunho para compreender como, ao mesmo tempo, esse documento é um “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.

OTRAUMA: CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

Inicialmente, ao pensarmos na Segunda Guerra Mundial, logo vem à mente conceitos como fascismo e nazismo, remetendo-nos a lembranças como Mussolini e Hitler, campos de concentração e tortura, morte em seus mais variados contextos, entre outros. De seriados e filmes a programas de televisão, evidencia-se a questão do tratamento aos judeus (como também opositores políticos, nacionais e diversos grupos sociais) como uma situação que ainda perturba nossa consciência. Incontáveis pensamentos surgem em nossa mente, levando-nos a refletir como o ser humano pôde chegar a isso? E retornamos sempre para a análise de até onde o ser humano pode ir através de suas ações.

Nesse processo, problemas psicológicos ligados ao trauma de uma guerra surgem devido à imensa exposição do corpo em situações de extrema vulnerabilidade. As experiências da guerra acabam por moldar o indivíduo devido à exposição do conflito, desencadeando traumas individuais e coletivos. Nesse choque de emoções que abre caminhos para desenvolvimentos de sintomas tanto psíquicos quanto corporal, refletimos sobre uma questão antiga: por qual razão guerrear? E nesse mesmo horizonte acabamos nos questionando sobre o os impactos da guerra nas nações e nos sujeitos. Para adentrarmos ao estudo, é necessário debatermos sobre a importância da psicanálise para esta problemática como importante aliada na compreensão de como a História, enquanto disciplina, se utiliza desta área para debater sobre memória. Ao abordarem sobre o importante conceito da neurose de guerra para se trabalhar a ideia de trauma, Elisabeth Roudinesco e Michel Plon mencionam:

Historicamente, a questão da neurose de guerra é tão antiga quanto a guerra em si. A ideia de que as sangrentas tragédias da história possam induzir em sujeitos “normais” modificações da alma ou do comportamento remonta à noite dos tempos. Todos os trabalhos do século XX sobre os traumas ligados à guerra, à tortura, à prisão ou às situações extremas confirmam a formulação freudiana: esses traumas são, a um só tempo, específicos de uma dada situação e reveladores, em cada indivíduo, de uma história que lhe é peculiar (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 537-538).

Os estudos sobre o trauma da neurose da guerra tiveram início no final da Primeira Guerra Mundial para tratar dos efeitos da guerra. Dos males físicos da guerra para os domínios psíquicos do ser humano, precisava-se entender os problemas da sociedade ao fim do conflito. Discutir a guerra é desvencilhar um passado traumático a nível individual e coletivo. Contudo, tratar o tema do trauma coletivo sem trabalhar a ideia a nível individual é negar as experiências individuais. Cada sujeito expressa sua experiência levando em consideração a ameaça sofrida à vida. O transtorno gerado pela guerra (aqui pode-se mensurar trauma por explosão, acidente, morte de ente querido, de combate, etc) resulta em neuroses traumáticas para a esfera psíquica do indivíduo que incidem sobre as formas de representá-las ou silenciá-las, percebe-se que:

No que diz respeito ao evento traumático, incluem-se, na categoria ‘evento traumático’, tanto experiências violentas a nível estritamente individual, como abuso sexual, violação, tortura, atos de violência doméstica, como também experiências que podem ser partilhadas por mais do que uma pessoa, como assaltos, sequestro, ser tomado como refém, encarceração como prisioneiro de guerra ou em campo de concentração, ataques terroristas, acidentes rodoviários, catástrofes naturais, etc (SYLLA, 2015, p. 462).

Essas experiências resultam em uma representação. De uma catástrofe social para a elaboração de uma narração que navega entre a lembrança e o esquecimento. Ao longo desta rememoração, as feridas continuam a sangrar devido às contextualizações que as lembranças dão devido a posição do sujeito em experimentar novamente um trauma, autoflagelando-se à medida em que lembra e na forma que a representa. É uma confrontação com seu próprio ser, mas, traça uma marca que evidencia

a catástrofe em que se situa e testemunha sua experiência. Nesse sentido, será discutido o testemunho e a memória como um caminho escolhido por aqueles que percebem, representam e criticam o mundo e as suas catástrofes.

O TESTEMUNHO E A MEMÓRIA: ENTRE A EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVA

August 6, 1945. I was a first grader. That morning I was at the wall that enclosed the school, talking with the mother of a classmate who had stopped me when the atomic bomb fell. She died instantly. I was pinned beneath the wall and survived miraculously.

Of my family, Dad, older sister Eiko, and younger brother Susumu died that day. Of my other two brothers, the oldest—Koji—had gone to Kure as a student-soldier, and the next brother—Akira—had been evacuated with his class to the countryside and was unharmed. Mom, too, survived, but from then on, her health was fragile from the aftereffects of the bomb. The baby was born into that horror right after the bombing and died soon after birth of malnutrition.

I lost Dad, Eiko, Susumu, and the baby in the atomic bombing and went to live with relatives, where I was treated as an “outsider.”

It’s true. It’s the same life as in Barefoot Gen. I’m the model for Gen. Barefoot Gen is based on fact. That’s why I’ve given this book the title, *The Autobiography of Barefoot Gen* (NAKAZAWA, 2010, p. xxiii-xxiv).

Na citação acima, que consta na autobiografia de Keiji, temos um breve relato da explosão da *Little Boy*, a bomba de fissura nuclear que atingiu a cidade em agosto de 1945. Com seis anos de idade no ato da explosão, mesmo criança e buscando entender o que estava acontecendo, apesar das constantes exposições a bombas no território, essa situação era única. Pela primeira vez uma bomba nuclear foi jogada sobre um território. As consequências eram assombrosas e não se tinha noção do que realmente tinha acontecido e o que causava ao corpo.

Arelado a essa horrorosa menção, há um menino de seis anos que perde parte da família devido à explosão e busca sobreviver com sua mãe e irmãos em meio ao caos. Pode-se questionar o que uma criança poderia lembrar de um ato tão traumatizante quanto esse e o porquê de mais de 25 anos após o conflito, decidiu dar vida a suas memórias em um mangá. Bem,

deixemos que ele nos diga mais à frente.

Um dos maiores trabalhos para um historiador é trazer as respostas das perguntas contidas nas fontes. A história possibilita a compreensão do passado para refletir sobre o que somos, quem somos e onde podemos chegar. Não determina o futuro, contudo, através dos vestígios do passado, oportuniza a projeção de possíveis futuros. Entretanto, o passado já se foi e destes vestígios, que chamamos de fonte, mergulhamos para procurar uma agulha dentro do palheiro e reconstruir os eventos históricos de determinado período para rerepresentá-los. É nesse sentido que John Gaddis (2003, p. 17) aborda o seguinte:

O passado, por sua vez, é algo que nunca poderemos possuir. Porque quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós: não podemos revivê-los, recuperá-los, ou retornar no tempo como em um experimento de laboratório ou simulação de computador. Só podemos *rerepresentá-los*.

Representar um evento traumático através das memórias de um sobrevivente é olhar um imenso horizonte. É adentrar nas memórias e ali buscar tecer o fio de Ariadne para construir caminhos que possibilite representar o passado de maneira mais próxima do que aconteceu. A Segunda Guerra Mundial no Oriente envolveu diversos países e teve como principal beligerante, o Japão. Juntamente com Alemanha e Itália, ambos da região europeia, o país nipônico foi uma das nações do Eixo que visavam a expansão territorial e subjugação de raças a fim de legitimar sua política nacionalista exacerbada. Tal política é baseada após um processo de modernização no final do século 19, no qual o país esteve mergulhado em reformas políticas e sociais, que contribuíram para o desenvolvimento destas ações imperialistas.

Desse modo, independente das práticas excludentes em relação aos seus vizinhos, principalmente no Extremo Oriente, a política imperialista japonesa também atingiu seus cidadãos, causando situações adversas na sociedade mediante as ações de caráter nacionalista. Além disso, por falar deste nacionalismo (conceito importantíssimo para a História enquanto disciplina), temos o testemunho de Nakazawa que, por meio de seu relato autobiográfico, nos traz a relação da sociedade nipônica diante do imperialismo japonês, por meio de seu discurso tanto narrativo quanto

visual que prezavam em suas características pela relação ancestral do imperador com as divindades, forte oposição a grupos contrários, etc.

Para embasar nosso artigo, selecionamos algumas imagens específicas que nos auxiliarão neste debate sobre testemunho, trauma e os conceitos que podemos trabalhar na disciplina de história para a construção do pensamento histórico dos estudantes. A primeira figura reflete o pai de Gen (Keiji) e sua não aceitação com o país em guerra mediante as ações militares de caráter nacionalista e imperialista. Percebe-se um discurso antiguerra (na Figura 01) que preza pela paz e pelo bem-estar social em contraposição a um discurso mais pejorativo que incita o prazer da guerra e das ações nipônicas refletindo em patriotismo. O indivíduo que busca a paz tanto a nível social e nacional é o antipatriota, enquanto aquele que defende os interesses do país, mesmo que sacrifique a própria democracia na sociedade, é tido como uma pessoa patriota.

Figura 01 - Civil contra a política de guerra japonesa

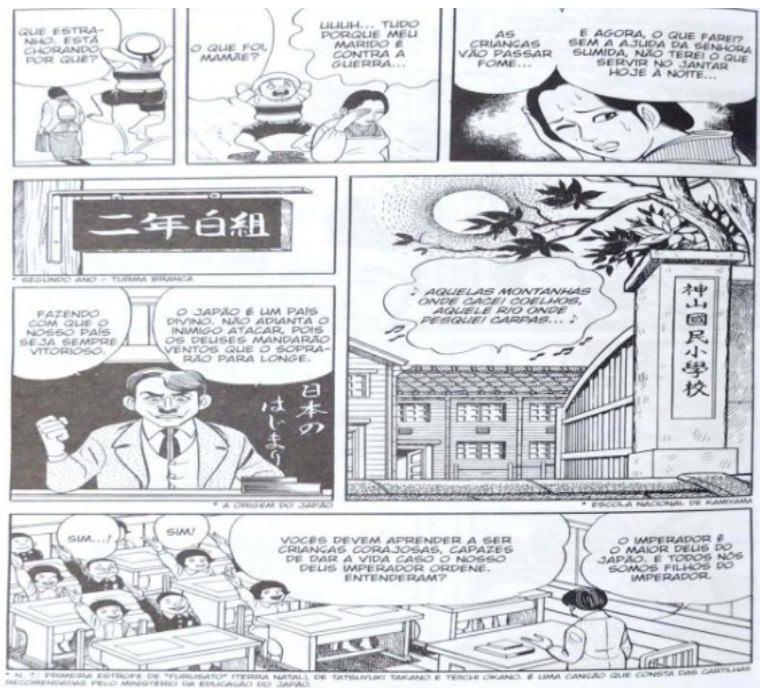


Fonte: Gen Pés Descalços, 2011, p.17.

Na Figura 02 temos a exaltação ao imperador, a sua ascendência

divina e a citação acerca dos “ventos divinos”, remetendo à invasão mongol no século XIII por parte de Kublai Khan que após ter conquistado a região da Coreia, lança suas operações militares contra o Japão. Acredita-se que houve intervenção divina a favor dos japoneses mediante os tufões que existiam naquele local em Tsushima. Contudo, a imagem chama mais atenção para o fato da escola ser um local de propaganda ideológica buscando instruir a adesão de alunos à mentalidade nacionalista baseada nas ações militares e para forjar um sentimento de devoção ao imperador e ao país, transformando a mente dos jovens para uma visão imperialista e xenofóbica. Com isso, pode-se notar a influência social desde a faixa etária menor até aos militares que estavam em combate naquele momento. Para que o Japão venha a ganhar a guerra era necessário uma única mentalidade que pudesse corroborar com os ideais nacionalistas.

Figura 02 - Professor ensinando sobre a divindade do país e imperador



Fonte: Gen Pés Descalços, 2011, p.55.

Na Figura 03 e Figura 04 temos um objeto temático em comum: a

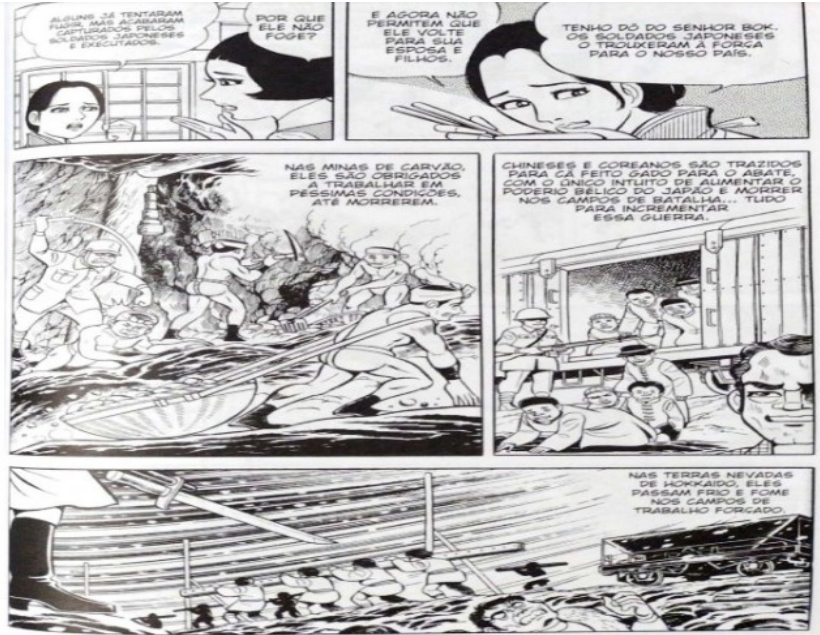
xenofobia. O Japão via a si mesmo como tendo a pele mais clara do que seus vizinhos asiáticos e as questões políticas em que se digladiavam com países ocidentais causavam irritação entre os líderes japoneses, que acabavam por transmitir à sociedade. A subjugação aos povos coreanos e chineses independente de raça ou etnia, retrata aos olhos de Keiji a paz que seu pai tanto almejava e que deveria ser seguida. O Senhor Bok, sendo perseguido juntamente com sua família por um “antipatriotismo” e mantendo relações amigáveis com um coreano, incita o ódio e o menosprezo da sociedade que já estava inflamada pelo discurso do ódio e da raça superior. Quando situamos dentre os mais horríveis episódios da guerra o exemplo do *Massacre de Nanquim* ou o caso das *mulheres de conforto*, eventos de caráter traumático para civis chineses e coreanos, percebe-se como os acontecimentos do passado ainda são perpetrados no Tempo Presente. O testemunho é uma memória do passado, além de ter o dever de trazer as lembranças para o presente para instruir as gerações atuais e futuras.

Figura 03 - Xenofobia



Fonte: Gen Pés Descalços, 2011, p.64.

Figura 04 - O imperialismo japonês sobre os coreanos e chineses



Fonte: Gen Pés Descalços, 2011, p.76.

Assim, as quatro imagens retratam uma mentalidade japonesa de crença no imperador e subjugação aos antipatriotas e povos asiáticos que permeia as ações da guerra e impactava na forma de viver da sociedade. Como pode ser percebido, os elementos centrais apontam para um processo traumático antes mesmo da bomba em Hiroshima. Refletimos sobre o impacto da radiação e suas consequências, porém as memórias de Keiji mostram um problema maior no seio da sociedade que antecede a explosão da *Little Boy*. Conceitos como *raça*, *xenofobia*, *nacionalismo* e *imperialismo* são fundamentais no aprendizado do estudante para compreender tanto os eventos do passado quanto às problemáticas do Tempo Presente. É nesse contexto que entramos na discussão sobre testemunho e a escrita do mangá. Acerca do testemunho, Giorgio Agamben analisando os discursos de Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, menciona:

Em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro

(* *terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunha disso (AGAMBEN, 2008, p. 27).

Keiji Nakazawa está inserido no termo *superstes*. Presenciou a morte de sua família e sua luta para sobreviver da explosão da bomba em Hiroshima e suas consequências ao longo dos anos. Publicado inicialmente no Japão durante os anos de 1970, mais de 25 anos após o desastre. Por meio do mangá, produziu as memórias de sua experiência, que o faz contemporâneo ao evento. Contudo o que esses cerca de vinte e cinco anos de ausência pode nos falar sobre sua escrita e mais ainda, como dialogar no Tempo Presente?

Após a rendição japonesa, os Estados Unidos controlam o país mediante termos da Declaração de Potsdam, sendo esse período gerenciado pelo general Douglas McArthur, e um dos principais atos é limitar o poder do imperador mesmo que não o tire do cargo, temendo nova retaliação. É também um período em que tanto Hiroshima ou Nagasaki, extremamente destruídas, e sob domínio de outro país, ficam nas sombras do acontecimento, pois não há uma difusão sobre as bombas nucleares. Os Estados Unidos ficaram no Japão por quase dez anos, contribuindo para a elaboração de uma nova constituição e na retomada do país.

Essa nova consciência japonesa trouxe uma visão mais mercadológica e que culminou na alta produção, levando o país a ter um dos maiores PIB no mundo, aliado a um sistema educacional bastante eficaz e que primava pela disciplina, que contribuiu enormemente na transformação do país em uma potência econômica. Nesse processo de ocupação e reestruturação percebemos a difusão da obra de Nakazawa. Era um resgate das memórias para que os japoneses não se esquecessem do trauma:

Nas últimas décadas a relação entre história, memória e esquecimento foi discutida muito mais intensamente do que no passado. Isso se deu, como tantos já disseram, em virtude de múltiplos motivos: o iminente desaparecimento físico da última geração de testemunhas do extermínio dos judeus da Europa; o surgimento de novos e velhos nacionalismos na África, na Ásia e na Europa; a crescente insatisfação com respeito à história, e assim por diante. Todos esses fatos são inegáveis, e justificam a tentativa de inserir a memória numa visão historiográfica menos estreita do que a visão corrente (GINZBURG, 2001, p. 178).

A atribuição desse testemunho nos anos de 1970 à crescente disparidade econômica japonesa faz-nos mergulhar na mentalidade do período. Procurando se restabelecer enquanto nação, a sociedade estava ressurgindo após período de guerra em que seu país foi bombardeado e destruído. Nesse sentido, as memórias de Hiroshima e Nagasaki estavam somente ligadas aos *hibakushas* (pessoas afetadas pela explosão). Como contemporâneo ao evento e agora ligado a essa reconstrução, Keiji sentiu a necessidade de testemunhar sobre os traumas da guerra no Oriente de modo que essa reconstrução nacional fosse estruturada pelas memórias que aterrorizaram a população. É permanecer crítico aos fenômenos da atualidade ao mesmo tempo que não se dissocia do passado, porque, segundo Agamben:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e aprender o seu tempo (AGAMBEN, 2009, p. 58-59).

E o que é ser contemporâneo para Agamben? É se relacionar de modo crítico com o tempo em que vive, sem apego. É viver e conviver com o que há em si. É uma relação de aproximação e imersão que deixa o sujeito sem ver o que há ao seu redor, ao mesmo passo que ser contemporâneo é também se afastar e ver as perspectivas do tempo de modo crítico. É se posicionar criticamente frente às demandas sociais e políticas para entender as angústias/traumas de sua época. Ser contemporâneo é se dissociar do tempo em que vive. É saber que mesmo distante para uma análise crítica, tem que se relacionar com seu tempo. Nakazawa mostra que não está distante das fraturas entre o eu e o tempo, entre as memórias individuais e coletivas, é um inconformado com sua época e busca uma reparação, demonstrando naquilo que Koselleck (2006) aborda sobre “experiência” e “expectativa”:

Por isso vamos tentar algumas propostas de definição. A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada

uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

E complementa abordando:

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006, p. 310).

As heranças do passado por meio da experiência refletem a própria noção de tempo para a história. A possibilidade de lembrar, de rememorar as experiências do passado, de trazer à luz seu local de fala por meio da memória, que coincide nessa relação entre o presente e o passado que agora é atual, vivo, que transmite individualmente as experiências de cada pessoa para fazer parte do presente, atribuída também a um caráter coletivo, estabelecendo-se nas experiências de outrem. Junto a essa perspectiva, há o horizonte, que em vez de mensurar o passado no presente, evidencia o futuro no presentismo. Enquanto a experiência é um fato que já está consumado, a expectativa ainda pode se modificar. Ela atua na possibilidade do que pode acontecer, na previsão de um fato, ela transmite incertezas e esperanças.

Ambas se relacionam nos limites possíveis e impossíveis entre si, a expectativa precisa da experiência que adquiriu suas interpretações e flexibilidades ao longo do tempo. Condicionadas no tempo histórico para analisar e compreender as experiências do homem no tempo, configurando uma condição prévia entre o ser humano que acaba por compartilhá-las. O testemunho de Keiji permite questionar a ideia de tempo na sociedade japonesa na relação entre as heranças do passado e as projeções futuras do mangá para o Tempo Presente. E a partir desta compreensão histórica, temos a consciência histórica, que é “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010, p. 57).

Ao analisarmos a formulação proposta por Jorn Rüsen acerca

da consciência histórica, pode-se indagar como uma interpretação e representação humana da experiência do tempo, sendo um entendimento do tempo e da relação que este se coloca diante de um evento histórico e como esse evento específico se manifesta no presente. Não obstante, a consciência histórica flutua entre o passado, presente e futuro. Contudo, é do presente que se lançam as problematizações acerca do passado e possibilita vislumbrar possíveis futuros. Nesse caso, a orientação proporciona ao ser humano o ‘agir’. Para efetivar essa ação, é necessário uma *orientação*. A orientação faz parte do conjunto de operações acerca do pensamento histórico, da interpretação e da experiência. E essa relação vive no presente de uma cultura, na qual Rüsen a analisou nas Ciências Humanas.

MANGÁ E ENSINO DE HISTÓRIA

Os documentos são vozes exigentes e portadoras de uma dívida a pagar. Mas, para ouvir esses testemunhos, o historiador deve dirigir-se aos arquivos, ou seja, mergulhar nas profundezas de uma época. Ele deve “atravessar e voltar a atravessar o rio dos mortos”, transgredir deliberadamente a fronteira entre passado e o presente. Resta-lhe, na sequência, fazer ouvir essas vozes, o que não significa, de modo algum, desaparecer à frente delas (HARTOG, 2017, p. 224).

O arquivo deste artigo são os mangás de *Gen Pés Descalços*. É importante deixar que estes arquivos digam seu significado, ou seja, nos deixe ciente do que realmente quer tratar. É comum nos esmiuçar nas fontes e traçar caminhos que nos possibilite galgar um horizonte de perspectivas acerca do objeto estudado. É necessário que se possa escutar os anseios, sofrimentos e alegrias que o ser humano por meio de suas ações no tempo permitiu ser transcrito. Contudo, é imprescindível que as vozes destes arquivos sejam escutadas através da memorização, para que se tenha um caminho a trilhar.

Contudo, para que essa relação entre testemunho e ensino de história possa ser interligado, precisa-se entender como pode ser construído através da cultura. Essa cultura imbricada no ser humano durante sua relação com o tempo produz vestígios, nos quais as memórias se farão monumentos. E aqui partilha-se a ideia de um monumento como herança do passado, conforme Le Goff (2013) discute.

Anteriormente, os monumentos só se tornavam documentos através

do historiador. Atualmente, os documentos são considerados monumentos e o mangá como fonte deste conhecimento do passado, fazendo tanto monumento como documento mediante a escolha do historiador em trabalhar. Contudo, são instrumentos de poder que foram produzidos sob condições específicas do seu tempo. Essa produção leva em conta a experiência de interpretação do tempo em que está inserido, segundo Le Goff (2013, p. 495) produzindo uma orientação cultural do próprio indivíduo: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Nesse caminho pontuamos as ideias de Jorn Rüsen.

A ideia de Jorn Rüsen ao trabalhar o conceito de cultura nos mostra através das Ciências Humanas, a problemática existente no tempo presente e a sua transformação em pesquisa científica. Para o autor, a cultura, ao pensarmos como uma dimensão do mundo humano, corresponde a um fato antropológico, essencial para as Ciências Humanas, pois a cultura, para Rüsen (2014, p. 195) “trata-se do fato de que os seres humanos têm de interpretar o seu mundo e a si mesmos para poderem viver”. Através disto, percebe-se a cultura como uma essência pertencente aos homens que orienta sua vida mediante as interpretações que possuem e dão a determinadas proposições de sua organização na vida, na qual Rüsen (2014, p. 196) menciona:

“[...] é a resposta que os seres humanos atuantes e sofredores dão a si próprios ao lidarem com a natureza, com o seu próprio mundo social e consigo mesmos e com os outros seres humanos, quando perguntam pelo sentido de sua vida e querem organizá-la de um modo que faça sentido [...]”.

Para Rüsen (2014), a cultura se manifesta no cosmo dos símbolos, dando um sentido que determina como as experiências são interpretadas e orientadas, fazendo com que haja uma transformação na natureza através destes símbolos no mundo humano. Ela atua na reflexão da consciência humana, gerando resposta nas concepções de sentido que permitem orientar o ser humano a agir. Quando analisamos as proposições de Rüsen, percebemos o quanto as ideias de Koselleck acerca de experiência e horizonte se interrelacionam. Essa análise foi discutido por Paul Ricoeur, ao mencionar:

“[...] a troca entre o espaço de experiência e horizonte de expectativa se produz no *presente vivo* de uma cultura. Esse presente não é redutível a um ponto na linha do tempo, um

simples corte entre um antes e um depois. Definiríamos, assim, apenas um instante qualquer, não o presente vivo. Este é o mediador da dialética entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Ele é rico de passado recente e de futuro iminente. Ademais, não se reduz à simples presença do meio, isto é, à percepção do mundo tal qual ele se oferece ao nosso olhar. Ele comporta a forma ativa e prática daquilo que podemos chamar iniciativa, se entendemos com isso a capacidade de intervir no curso das coisas, o poder de produzir novos acontecimentos” (RICOEUR, 1994, p. 87-88).

Essa orientação ocorre através da memoração. O experienciar o passado e o transcrevê-lo como uma testemunha para poder dar voz a si e aqueles que não conseguiram, assim como projetando perspectivas de futuro mediante a externalização de memórias, pode-se trabalhar a própria ideia da Didática como ciência da aprendizagem histórica e como esta cultura manifestada pode orientar a vida humana em sua temporalidade, pois a memoração, segundo Rüsen (2014, p. 199) “... trata-se também de identidade, de pertencimento e delimitação pessoais e coletivos e, desse modo, das questões do etnocentrismo e da comunicação intercultural”.

A memoração é uma forma de orientação que interpretado o passado, após a sua experimentação, utilizamos o resultado para agir. A relação de agir e sofrer do homem com o tempo gera situações através das carências de orientação, que para supri-las, faz se necessário um conhecimento do passado que permita estar enraizado no tempo, construindo informações que o permita adentrar na consciência histórica. E como adentrar nesse passado, transformá-lo em conhecimento e conduzir estudantes a pensar historicamente nesse processo? Como a história em quadrinhos pode contribuir? Mediante a aprendizagem histórica, centro da Didática da História.

De início, perguntamos: o que são quadrinhos? Para Vergueiro & Ramos (2019, p. 37), os quadrinhos “são uma manifestação artística autônoma”. Eles possuem sua própria linguagem, assim como o cinema, teatro, poesia, por exemplo. Essa linguagem constrói, através de suas narrativas, um envolvimento entre leitor e autor. Para Scott McCloud (2005, p. 9) as histórias em quadrinhos são “imagens pictóricas e outras justapostas em seqüência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”. As imagens contidas na obra

podem refletir o pensamento de uma determinada sociedade.

Nesse ponto, é necessário buscar refletir o pensamento de Barbosa (2009) para compreender os mangás que tratam de um evento histórico. O autor menciona sobre os quadrinhos históricos que são aqueles que abordam determinado momento da história e se apropriam dele em sua narrativa. Barbosa menciona ainda sobre os cuidados que devemos ter com os mangás para não construir uma visão única do fato, e sim oferecer parâmetros de análise. Essa percepção é o cerne do debate, como Rösen (2006, p. 8) aborda:

Antes que os historiadores viessem a olhar para seu trabalho como uma simples questão de metodologia de pesquisa e antes que se considerassem “cientistas”, eles discutiram as regras e os princípios da composição da história como problemas de ensino e aprendizagem. Ensino e aprendizagem eram considerados no mais amplo sentido, como o fenômeno e o processo fundamental na cultura humana, não restrito simplesmente à escola.

As ideias dos autores nos chamam a atenção sobre a possibilidade de discutir o tema sob a perspectiva do ensino de história que conduza uma aprendizagem histórica na formação do estudante (a vida humana) através da relação entre sua identidade e a prática. A Didática da história está além de uma sala de aula e dos muros de uma escola. Ela está expandida para o público e representada nas mais diversas esferas de comunicação de massa, ou seja, seu campo é amplo e aberto para a construção de uma formação histórica. Ao utilizar o mangá como um objeto (e aqui como fonte) temos um mecanismo de apropriação do passado para dialogar com o presente. Isso se caracteriza quando Vilela (2018, p. 109-110) nos oferece três caminhos para trabalharmos os quadrinhos em sala de aula: o primeiro seria a ideia de aspectos da sociedade no passado; o segundo corresponde ao tempo em que foram escritos; o terceiro como caminho para discussões de conceitos históricos. Os três pontos abordados permitem integrar os quadrinhos como um objeto de compreensão pedagógica no ensino de história, nas suas narrativas e nos conceitos que a envolvem.

Estes três pontos permitem ao estudante compreender o caminho em que sua formação mediante uma reflexão crítica pode contribuir para o desenvolvimento de um pensamento histórico. O ato de trabalhar com quadrinhos que possibilitem, recorrendo a imagens e narrativas, discutir, assimilar e analisar as questões do presente através das heranças do passado

permite constituir mecanismos que auxiliem o trajeto em que sua experiência no tempo através de sua identidade e *práxis* podem refletir na consciência histórica. Em outras palavras, é o desenvolvimento do sujeito mediante sua capacidade de aprendizagem diante do conhecimento apreendido na cultura histórica:

As reflexões de Jörn Rüsen, ao trazerem o pressuposto da Didática como a ciência da aprendizagem histórica, sinalizam que a questão central é compreender como o pensamento histórico contribui para orientar, temporalmente, a vida humana para dentro (identidade) e para fora (*práxis*). Do ponto de vista epistemológico, a Didática da História presta contas com o processo do aprender a pensar historicamente, ou seja, com realizar a “formação histórica” e isto envolve dois aspectos – vida prática e ciência - organicamente interligados. Numa perspectiva transversal, significa entender o saber histórico como síntese da experiência humana com a sua interpretação para orientação na vida prática; e na horizontal, seria considerar a formação como socialização e individuação (dinâmica da identidade histórica) a partir de sua relação com a ciência (SCHMIDT, 2017, p. 62).

Utilizar os mangás é possibilitar discutir sua aplicação no Ensino de História sobre a Segunda Guerra Mundial como uma importante ferramenta na construção de novos saberes e práticas pedagógicas sobre o tema. A representação do passado pelos mangás possibilita questionar como determinado evento histórico é compreendido e como o uso das imagens e narrativas presentes nos quadrinhos é percebido e analisado na formação de novas aprendizagens.

Nesse caminho, nos propomos a pensar no ensino de história utilizando os mangás e seus desdobramentos pedagógicos, tendo em vista a história como disciplina e formadora de conhecimento, tem passado por mudanças, em que métodos e ferramentas foram aprimorados e adaptados, e o diálogo com as diferentes mídias tem se estreitado. Tal abertura reflete novos olhares acerca da disciplina e de seus impactos na sociedade. A utilização de diversas linguagens no ensino e a dinamização de propostas de trabalhos para o uso de novas mídias em sala de aula torna evidente a importância de novas metodologias e fontes, em especial o uso de histórias em quadrinhos em ambiente de ensino.

As memórias contidas através de um testemunho nos permite

entender como os grupos humanos se relacionam com o seu passado, como suas experiências são transmitidas ao longo do tempo e como projetar futuros possíveis. Entende-se a escola como um lugar de conhecimento e de construção de novos saberes, permitindo ao estudante se situar nas distintas temporalidades estabelecendo relações entre elas. É mediante esta consciência que se possibilita compreender conceitos fundamentais para a História, além de compreender as capacidades do indivíduo na sua percepção tanto de si quanto do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo é resultado inicial da dissertação em construção no mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ao analisar o mangá *Gen Pés Descalços* através do conceito de *testemunho*, evidenciou a importância das lembranças para o ensino de história, ao discutir as memórias traumáticas de Keiji Nakazawa durante a Segunda Guerra Mundial no Japão, permitindo que a fonte nos indicasse trajetórias concebíveis para entender o período da guerra e o período em que foi produzido, evidenciando quais possíveis interesses existem por trás da obra e quais conceitos e discussões podem ser trabalhados em sala de aula. Nesse caminho, traçamos um simples paralelo acerca das concepções de Koselleck “*espaço de experiência*” e “*horizonte de expectativa*” partindo da ideia de contemporâneo e testemunho de Agamben. A proposta ao embasar tais conceitos é dar um mergulho na perspectiva de trabalhar juntamente com a ideia de Le Goff em *monumento/documento* na análise do mangá como arquivo que possui vestígios do passado, após a reflexão sobre eles, e quais informações podemos obter à luz das concepções de Jorn Rüsen sobre *orientação*. Ao seguirmos por essa ideia, percebemos a importância da memória para o Tempo Presente, dando voz ao testemunho através das inquietações que o passado possui, transformando essa narrativa em uma ferramenta que possa construir com os estudantes uma orientação das experiências do passado na formação de um pensamento histórico.

Referências Bibliográficas

Fonte

NAKAZAWA, Keiji. **Gen pés descalços** vol 1. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BARBOSA, Alexandre. História e quadrinhos: a coexistência da ficção e da realidade. In: VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo (Orgs.). **Muito além dos quadrinhos**: análise e reflexões sobre a 9ª arte. São Paulo: Devir, 2009.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Tradução de Guilherme

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução por César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: M.Books do Brasil, 2005.

NAKAZAWA, Keiji. **Hiroshima**: the autobiography of Barefoot Gen. Edição e tradução de Richard H. Minear. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2010.

RICOEUR, Paul. A crise da consciência histórica e a Europa. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 33, p. 87-95, 1994.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RÜSEN, Jorn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélcio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. “Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão”. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 1, n. 2, jul./dez. 2006, p.7-16.

RÜSEN, Jörn. **A razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História”. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, vol. 3, n. 2, p. 60-76. 2017. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 29 junho. 2022.

SYLLA, Bernhard. Trauma coletivo: notas sobre um conceito disperso. In: MACEDO, Ana Gabriela, SOUSA, Carlos Mendes de & MOURA, Vítor (orgs.). **Conflito e trauma**. 1. ed. Lisboa: Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo (Orgs.). **Quadrinhos na Educação**: da rejeição à prática. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

VILELA, Túlio. Os quadrinhos na aula de história. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CAPÍTULO 8

O MEDO E A HISTÓRIA: NARRATIVAS DE TERROR E SUAS REPRESENTAÇÕES

Tayane Ferreira de Almeida¹

TERROR, MEDO E HISTÓRIA: ESTABELECENDO RELAÇÕES INICIAIS

O conceito de terror é cercado de subjetividade, o que causa medo, a quais pessoas e em que período, são questões que reverberam de modo distinto nos confins das experiências e percepções de cada indivíduo. Entretanto, percebe-se através de romances, contos, poemas, filmes, quadrinhos e diversas formas de mídia e expressão, que tais percepções acerca do horrendo e assustador acompanham fases e expressam em diversos casos ansiedades e medos coletivos de uma certa sociedade e período histórico.

Pensar o ensino de história a partir deste gênero narrativo ficcional pode parecer uma relação inusitada, entretanto, um olhar atento pode perceber que na verdade ambos são extremamente intrincados. Produções literárias, mesmo as ficcionais, são fruto de um período e sociedade específicos, representando através de elementos culturais a perspectiva do sujeito acerca de seu contexto e sua recepção e discussões apresentam outras vozes sobre estas questões.

Como mencionado, o gênero de terror em específico permite a observação de quais seriam os medos e ansiedades de uma determinada

¹ Mestranda pelo Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (PPGH) Orientador Arnaldo Szlachta e Coorientador Fábio Paiva. Bolsista CAPES. Email: Tayane.ferreira@ufpe.br

sociedade a partir do que esta considera assustador. O espaço do medo geralmente relacionado ao espaço individual toma forma e dialoga com os sujeitos e suas experiências, o que causa medo, a quem e quando, podem ser questões relacionadas a diversos fatores históricos, como pretende-se sugerir neste artigo.

Ginzburg (2014) discute algumas das relações entre terror, medo e História, a partir das quais pode-se refletir através do estudo histórico que a humanidade, de modo geral, vivenciou algumas evoluções de medo. A princípio temos o medo da sobrevivência, que se finda com os estabelecimentos de sedentarismo e organização em grupo, em seguida surge o medo dos deuses, do sobrenatural e do que não se pode explicar.

Em seguida, com a evolução da organização social, a humanidade se encontra a serviço das leis e um dos últimos grandes medos da humanidade seria a violência. Ginzburg se debruça sobre o olhar de Hobbes para a questão, o segundo compreende que o estado de medo e terror são apenas naturais para a humanidade. Afinal, o homem é o lobo do homem.

Para além destas questões conceitos como terror, violência e medo, diversos temas históricos, colonização, escravidão e governos totalitários, dentre diversos exemplos que se pode estabelecer. Sendo assim, a utilização de narrativas do gênero não foge às discussões já apresentadas no processo de ensino-aprendizagem histórico, assim como também compreende elementos comuns à experiência humana.

O consumo de histórias de terror, assim como sua própria produção é muitas vezes questionado, afinal, por que alguém gostaria de ativamente se propor a sentir medo, ansiedade e horror em uma narrativa ficcional, se já estamos expostos a estes sentimentos na vida cotidiana a resposta repousa exatamente na pergunta, como bem coloca Stephen King ao discutir a razão de escrever tais histórias:

Uma das questões que sempre aparece, feita por pessoas que compreenderam o paradoxo (mas talvez sem tê-lo articulado em suas mentes) é: por que inventar coisas terríveis quando há tanto horror de verdade no mundo? A resposta pode ser que nós inventamos horrores para nos ajudar a suportar os horrores verdadeiros. (KING, 2007, p. 21)

Um ponto a ser destacado é a distinção entre romances góticos e de terror, ambos são correlatos e utilizam-se de alguns elementos semelhantes

como o sobrenatural e o suspense, porém, são entendidos como estilos distintos. O gótico vai reverberar de forma mais atuante nos Estados Unidos e na Inglaterra durante os séculos XVII e XIX este estilo a atmosfera do ambiente é um dos elementos de grande destaque: as grandes casas, os castelos, os espaços fazem parte das narrativas quase como um personagem. Além disso, as histórias são marcadas por casos de mistério, elementos sobrenaturais, monstros e por vezes críticas sociais.

Por outro lado, o terror surge como narrativa fruto destas influências com uma intencionalidade voltada para despertar medo, aflição e repulsa, muitos consideram Edgar Allan Poe, como pai do gênero no Ocidente. Neste estilo percebe-se a caracterização e representação do mal que existe na mente humana, possuindo uma gama de subgêneros e possibilidades de construção, alguns deles seriam: o terror psicológico, o *body horror* (terror que utiliza o corpo como elemento de repulsa), *gore* (terror gráfico), sobrenatural, dentre outros.

Um dos grandes contextos de produção literária do gótico e do terror que possuem produções que ecoam no imaginário e narrativas contemporâneos foram construídos na Inglaterra durante a Era Vitoriana, tal período se refere ao reinado inglês da Rainha Vitória I e se estende por 64 anos (1837-1901) foi palco para grande produção na literatura, tendo como característica o desenvolvimento de comentários a respeito de sua própria estrutura social. Neste período, a Inglaterra goza de seus avanços econômicos e prestígio monárquico, ao expandir-se através da colonização na Ásia, África e Oceania.²

Os romances produzidos neste contexto refletem inquietações advindas das novas percepções e postulações inglesas, nos campos moral, religioso, social e econômico. A superioridade que os britânicos compreendem a si mesmos perante o resto do mundo, seja tendo em vista seus avanços tecnológicos ou a colonização, geram também margem para ansiedades e medos de retaliação estrangeira ou ainda sua própria presença em terras inglesas.

Há também a questão do desenvolvimento fabril e a urbanização acelerada da Inglaterra, a ideia de pânico moral e intervenção higienizadora das autoridades. As cidades estão cercadas de violências, vícios e desvirtudes,

2 HERMES, Ernani Silverio; DECARLI, Márcia Negrello. **A Era Vitoriana segundo “O Retrato de Dorian Gray”, de Oscar Wilde.** Revista eletrônica: Ágora, 2016. p. 60-73.

tais elementos também são encontrados nas narrativas góticas em outros movimentos como o romantismo percebe-se esta colocação em contraponto a vida ideal, encontrada na natureza e afastada do meio urbano.

Estabelecendo condutas morais e culturais advindo destas dinâmicas, obras como *Frankenstein* (1818), *Drácula* (1897) e *O Retrato de Dorian Gray* (1891), foram resultados deste período, cada uma retrata reflexos de diferentes ansiedades acerca deste contexto.

Oscar Wilde em *O Retrato de Dorian Gray*, exprime a decadência de seu personagem em diversas áreas de sua vida, em especial no que tange à sua moral. A dualidade é um dos elementos presentes no texto, temos o Dorian noturno que cede a todos os prazeres da carne - inclusive sugerindo a existência de relações homoafetivas, o que para os vitorianos configura crime e justificativa para perseguição social em contraponto ao Dorian diurno que se apresenta enquanto uma figura respeitável aos moldes londrinos de sua época.

Mary Shelley em *Frankenstein*, aborda os limites da ciência e os perigos de sua curiosidade insaciável. A Europa que no século XVIII possuía uma percepção referencial em torno da natureza, mística e potencial científico que somado ao contexto de produções como de Darwin e ideias de evolução, refletem uma narrativa que busca investigar não apenas os mistérios da natureza, também apresentá-lo de forma lógica e realista, o que acrescenta no caráter perturbador da obra.³ Mary Shelley também nos coloca na posição de confronto ao longo da narrativa, nos levando a questionar: entre criador e criatura, quem é o monstro?

Marcia Heloisa na introdução de *Drácula* (2018), discute a respeito das relações entre a Inglaterra Vitoriana e seu próprio legado de terror marcados por desejos de constante expansão e seus medos de uma colonização reversa. Apontando outros clássicos do gênero em paralelo ao seu contexto histórico:

3 HINDLE, Maurice. **in. Frankenstein**: Companhia das letras, 2015. Apresenta que a temática de reanimação de um cadáver através de energia, não era distante da realidade, visto que havia sido experienciada em 1803, pelo pesquisador Giovanni Aldini - na obra "An Account of the late improvements in Galvanism; with a series of curious and interesting experiments performed before the Commissioners of the French and National Institute Repeated lately in the Anatomical Theatres of London. To Wich is added an appendix containing experiments on the body of a malefactor executed at Newgate" [Um relato sobre as últimas experiências sobre o galvanismo; com uma série de experimentos interessantes realizados do Instituto Nacional Francês, e mais tarde repetidos nos Afiteatros de Anatomia de Londres. Ao qual é acrescentado um apêndice que contém experimentos realizados no corpo de um malfeitor executado em Newgate.]

Basta lembrarmos que Frankenstein (1818), O médico e o monstro: O estranho caso de dr. Jekyll e sr. Hyde (1886), O Retrato de Dorian Gray (1891), A ilha de Dr. Moreau (1896) e Drácula nasceram todos no século XIX - produtos críticos de momento histórico bastante propício às redefinições dos conceitos de fé, ciência, tradição e modernidade, bem como ao atravessamento das fronteiras que separavam o humano do animal, os vivos dos mortos e os britânicos do resto do mundo. (HELOISA, 2018, p. 19)

Desta forma, pretende-se analisar brevemente através de algumas obras clássicas do gótico e do terror que influenciaram e influenciam o imaginário sócio-cultural, as representações de medos e ansiedades de sua época e que reverberam em produções de terror e suspense até a contemporaneidade tais representações históricas podem ser identificadas nestas obras e potencialmente utilizadas no ensino de história.

O conceito de arquétipo utilizado neste trabalho compreende a ideia de padronização e características semelhantes que podem ser observadas em algum campo específico, neste caso os romances góticos e as produções do gênero de terror. Serão analisados em específico *Frankenstein* (1818), *Carmilla* (1872), *Drácula* (1897) e *O Retrato de Dorian Gray* (1891). Também serão pontuadas algumas obras de terror da atualidade. Neste sentido, serão observados dois arquétipos que circundam os anseios presentes nestas categorias: a presença do erótico e o conceito de monstruosidade.

O ERÓTICO NO TERROR: SENSUALIDADE, SEXUALIDADE E DESEJO

As narrativas de horror geralmente dão corpo ao desconfortável, o tabu⁴, aquilo que se esconde do *outro* em ambientes “normais”, porém existem no espaço privado da imaginação e da mente. O erótico compreende exatamente este campo de existência controverso entre o sentir, querer, esconder e não demonstrar.

A sexualidade muito se pautava e pode-se argumentar que ainda se pauta através da doutrina da Igreja. Foucault (2008) argumenta que as relações de discurso determinam a perspectiva a respeito do sexo em determinado período, e são estes que geram e normalizam uma certa

⁴ proibição imposta por costume social.

realidade de comportamento.

O puritanismo e valores tradicionais são alguns dos fatores que influenciam estes padrões comportamentais e o aspecto social da época vitoriana no contexto de produção das narrativas góticas supracitadas.

Foucault (2008) coloca que no século XVII, a perspectiva acerca do sexo se dava a partir da leitura do sexo por um prisma ligado ideia de sagrado, em vez do profano, sendo sempre pauta de discussão nas narrativas bíblicas entretanto com os novos padrões dogmáticos que irão se estabelecer posteriormente este tema vai se tornar um assunto para o específico da vida privada.

A Era Vitoriana no século XVIII estabelece a questão do sexo em torno dos discursos desenvolvidos por instituições de poder (monarquia e Igreja) que constroem a percepção e comportamento social.

A respeito da repressão sexual estabelecida na Era Vitoriana, no século XIX, Foucault propõe pensá-la por meio das suas práticas, das idéias difundidas em sua decorrência, das instituições que regulamentam essas práticas, juntamente com todo o conjunto explícito de interdições e censuras. (NASCIMENTO, 2003, p. 66)

Foucault (2001) pondera a importância de perceber o constante estímulo à discussão acerca do sexual, seja através do que é posto, ou do que é silenciado. Desta forma, a erotização é por muitas vezes tema constante em histórias de terror seu caráter transgressor e inquietante.

Oscar Wilde apresenta em sua obra a decadência de Dorian Gray a partir da sua inserção em um estilo de vida extremamente hedonista, que visa buscar beleza e prazer de forma insaciável. Acompanhado por Basil Hallward e Lord Henry nesta jornada de definhamento moral, mental e espiritual.

Além de apresentar uma grande valorização ao prazer e a beleza, outro elemento extremamente transgressor nesta obra é a sugestão de afeição entre dois homens. Percebe-se através de falas de Basil a respeito de Dorian um interesse afetivo que fica no ar:

[...] – Conte mais a respeito do Sr. Dorian Gray. Você o vê com frequência?

– Todos os dias. Não poderia ser feliz se não o visse diariamente. Ele me é absolutamente necessário.

– Extraordinário! Sempre pensei que você jamais pudesse interessar-se por outra coisa, além de sua arte.

– Ele é, agora, para mim, toda a minha arte. [...] (WILDE, 2021, p. 16)

O autor apresenta alusões a esta relação tornando evidente sua intenção, apesar destes retratos do “amor que não se pode nomear” ter repercutido e afetado a recepção do livro de maneira gigantesca, seu enredo se concentra muito mais na dualidade de Dorian, seus crimes e identidades duais e obscuras.

A homossexualidade na Inglaterra Vitoriana não era tão somente discriminada, mas configurava crime de fato, acarretando em consequências devastadoras para a recepção da obra. O personagem é tido pela sociedade como recurso autobiográfico do próprio Wilde, que vai a julgamento acusado de se relacionar com um homem aristocrata; acusado de ser aquele que corrompe o jovem promissor para uma vida hedonista e criminosa, como em sua obra.

Na narrativa Dorian cede aos prazeres da carne após ser envenenado por um livro: “Dorian Gray fora envenenado por um livro. Havia momentos em que encarava o mal simplesmente como um meio que lhe permitiria realizar sua concepção do belo.” (WILDE, 2021, pg. 156) O Retrato de Dorian Gray tornou o livro envenenado para seus contemporâneos, sendo retirado de circulação em certas livrarias, além das questões que trouxe para a vida de seu autor.

A erotização nesta obra cerca a beleza, prazer e a juventude, mas também o segredo. Há uma fascinação na vida dupla, no esconder, na performance do homem de bem e que corresponde às expectativas morais durante o dia, e aquele que deseja e arde em luxúria durante a noite:

A coisa mais vulgar nos parece deliciosa, se alguém no-la oculta. Quando saio da cidade, não digo aos meus aonde eu vou. Se o fizesse, perderia todo meu prazer. É um costume ridículo, confesso-o, mas, de certo modo, parece romantizar-nos grandemente a vida. (WILDE, 2021)

A alusão a animais também presente na história refere-se à representação de pensamentos, comportamentos, instintos e desejos primitivos. Wilde coloca em sua obra encontros noturnos, “os jantares com panteras” remetendo a esta ideia de animalesco. Este elemento também pode ser encontrado na figura dos vampiros, seres que possuem a habilidade de

se transfigurar em animais.

Le Fanu traz em *Carmilla* (1872) – obra que antecede e contribui para a produção de *Drácula* apresentando um outro elemento de subversão para uma história que carrega dentre outros elementos erotismo e sexualidade. Visto que *Carmilla* expressa seus desejos, vontades e pensamentos de forma aberta e clara, em pleno século XIX.

Nesta história, a família da jovem Laura (que se resume a seu pai e suas governantas) que vive em um castelo remoto distante de outras propriedades, recebem uma jovem chamada *Carmilla* como convidada possui comportamentos e pensamentos que alarmam seus anfitriões, tendo para com a Laura uma relação muito estreita de afeição.

Carmilla declara para Laura diversas vezes seus desejos como faria uma amante e ao passo que expunha seu desejo e afeto, alimenta-se dela na calada da noite. Le Fanu trouxe em sua narrativa o desconforto social ao estabelecer relações afetivas entre as duas mulheres tais declarações feitas por *Carmilla* espantavam pela sua falta de pudor, inclusive, a própria Laura:

Era como o ardor de um amante, o que me envergonhava, por ser ao mesmo tempo odiento e ainda assim dominador. Com seus olhos tomados de exultação ela me atraía para si, viajando pelo território de minha face com lábios quentes e beijos em demasia. E quando fazia isso, sussurrava em silêncio, quase a soluços: ‘Você é minha, você será minha, você e eu seremos uma, para sempre (FANU, 2022, p. 63)

Os vampiros no imaginário social já estão estabelecidos como seres sobrenaturais que carregam sensualidade e charme, são figuras que já viveram muitos anos e compreendem o valor da luxúria e da boa vida. A mordida, de modo clássico, se dá no pescoço uma zona erógena certamente, deixando cair apenas uma gota de sangue em sua vítima.

Em *Carmilla* estes elementos possuem certas diferenças sutis durante a narrativa percebe-se a preferência da vampira em estabelecer vítimas mulheres que são atacadas e eventualmente morrem nas redondezas a região de sua mordida é outra zona erógena, o peito:

Mas logo percebi um animal escuro que parecia um monstruoso felino. Parecia ter mais de um metro de comprimento, pois cobria a medida do meu tapete. Indo e vindo de forma sinistra, como uma fera enjaulada. [...] Foi quando senti o animal pular na cama. Seus olhos grande

se aproximara do meu rosto e, de repente, senti uma dor pungente, como se duas agulhas afiadas, longas, próximas uma da outra, cravassem em minha pele até o fundo do meu peito (FANU, 2022, p. 92)

O interessante nesta história é a caracterização feminina em Carmilla vemos uma mulher que se expressa de modo a contrapor as expectativas, define seus desejos e os declara sem pudor. Transforma-se em animal selvagem e se deixa levar por seus instintos, em contraponto à jovem Laura que se apresenta como a expectativa de mulher aristocrata que vive em torno de conversas e passeios nos jardins, com sonhos de cortejo e companhia.

Drácula apresenta este elemento de sensualidade através da capacidade de sedução do vampiro com a combinação de perigo, o provocar como forma de trazer intensidade a esta relação. Porém, diferente de *Carmilla* que se trata de uma história curta, as demasiadas páginas de *Drácula* apresentam esta dinâmica de maneira diluída em comportamentos, formas de se comunicar e portar dentro das diversas páginas da história.

Foucault (2001) aponta a relação da psiquiatria com a sexualidade, no caso das relações homoafetivas que seriam vistas como fraude de procriação quanto no que se refere às mulheres, demonstrar interesse ou desejo sexual práticas de masturbação, vista como exagero sexual ambos os casos nesta perspectiva seriam associados a doenças mentais.

É interessante perceber o legado desta utilização de temas eróticos em narrativas de terror e suspense enquanto arquétipo do gênero, principalmente em filmes, a sexualidade, em especial a feminina, muitas vezes é utilizada como justificativa para eventos infelizes. Em filmes Slasher⁵, por exemplo, como *Sexta-feira 13*, *Pânico*, *A Hora do pesadelo* e *Halloween*, a presença de jovens praticando relações sexuais na telinha é basicamente uma sentença de morte.

Os assassinos são figuras mascaradas que podem ser qualquer um, compreendidos como personificação do julgamento, pois, eles praticam suas sentenças. Mas é claro que o casal seria morto, eles não deviam estar fazendo sexo, afinal. Existe ainda o arquétipo da virgem que pode ser

5 Slasher é um subgênero dos filmes de terror que é definido pela perseguição e assassinato de um grupo de pessoas, feito geralmente realizado por psicopatas mascarados. As definições e padrões são constantemente reconstruídas, mas de forma geral estas características estão sempre presentes.

utilizado como forma de decadência, apresentando a corrupção do sexo ou a figura de heroína final.

Em *Frankenstein* o sexo e a erotização em si não são pontos de representação claros, mas pode-se perceber de modo mais subjetivo a utilização do conceito de desejo. Victor Frankenstein busca criar o impensável através de uma curiosidade insaciável sua relação com a ciência é observada como um desejo obsessivo. “A atração de Frankenstein pela ciência é apresentada pelo historiador em seus contornos eróticos em uma relação tensa com as mulheres e o feminino.” (MISKOLCI, 2011, p. 307)

MONSTRUOSIDADE, SUJEITOS E DISCURSOS

O segundo ponto a ser discutido e um dos elementos basilares do universo do terror, é a ideia monstro. De acordo com o dicionário de Oxford, o conceito exato da palavra se refere a:

1. ser disforme, fantástico e ameaçador, ger. descomunal, que pode ter várias formas e cujas origens remontam à mitologia.
2. qualquer ser ou coisa contrária à natureza; anomalia, deformidade, monstruosidade.
3. (da acp. 1) qualquer ser ou coisa horrenda, pavorosa, excessivamente feia e/ou bizarra.
4. corpo de conformação anômala na sua totalidade ou em uma de suas partes; aberração.
5. (da acp. 1) indivíduo muito ruim, cruel; indivíduo desumano, atroz.

Stephen King (2007), grande novelista norte americano do gênero de terror, discorre sobre a relação entre o imaginário histórico, sócio-cultural e o conceito de monstruosidade. A ideia do Monstro, criatura assustadora que vive embaixo da cama ou no infinito de possibilidades da escuridão, é construída a partir do olhar de quem a enxerga.

Através da apresentação de exemplos King (2007) começa a discutir a ideia de monstruosidade como fica evidente que a percepção da sociedade para determinadas pessoas está fortemente entrelaçada ao conceito. O exemplo de King se refere ao período em que pessoas com nanismo, mulheres obesas, pessoas negras, com deficiência e esqueletos humanos eram utilizados como ferramenta para a teatralização do medo através dos Shows de Aberrações.

Em *Carmilla* apesar de termos como protagonista uma vampira, a ideia de monstruosidade é utilizada em outro personagem que aparece uma única vez nas poucas páginas desta história. Trata de um viajante, um

comerciante, retratado como o “charlatão corcunda”, neste caso percebe-se o estabelecimento da deficiência como representação da imoralidade do personagem.

A ideia de monstruosidade associada a sujeitos específicos reflete o resultado de discursos, espaços e dinâmicas de poder que podem ser observados em diversos períodos históricos. Tomemos como exemplo a Grécia antiga que através da política de Aristóteles estabeleceria o espaço dos sujeitos (polis) e dos não sujeitos (lógos) baseado essencialmente na ideia de racionalidade e participação política, como pontua Raphael Guazzelli Valerio:

A mulher, o bárbaro, o estrangeiro, o escravo, a criança são monstruosos no mundo clássico. O bárbaro estrangeiro, em especial, é sempre apresentado na forma híbrida de animal/homem – a besta – que não pode participar do poder, pois está excluído do lógos (VALERIO, 2017, p. 4)

Bram Stoker, em *Drácula*, apresenta dentre outros pontos a relação entre a Inglaterra e estrangeiros que através da perspectiva vitoriana são tidos como aqueles que carregam em si algo de monstruoso, visto que os ingleses se entendiam como os mais civilizados do mundo.

Drácula é Romeno e ao viver na Inglaterra oferece o perigo de invasão e apropriação da identidade inglesa, visto que este é um dos propósitos do personagem que busca emular o sotaque e se inserir na sociedade como um inglês.

A utilização do conceito de monstro incorpora diferentes sentidos dependendo do contexto histórico, o que se investiga, como coloca Valerio:

Primeiro, na Idade Média e no Renascimento. Nestes períodos há uma espécie de celebração do monstro, por meio do fascínio que ele desperta. O século XVIII transforma o monstro em objeto e instrumento da ciência, procura encontrar nele um erro da natureza, ou algo do gênero. Por fim, nos dezenove, temos uma explicação científica da monstruosidade. Temos assim uma naturalização do monstro que está de par com a naturalização da loucura (VALERIO, 2017, p. 7)

Percebe-se então que existem relações de poder na construção de discurso a respeito de quem provoca estranheza, também a quem estes assustam. Quem seriam as pessoas “normais” e como elas seriam

determinadas? Se o medo e estranhamento são subjetivos, de que maneira então eles poderiam ser teatralizados, representados ou personificados e sentidos em massa?

Isto se dá porque a própria subjetividade pode ser entendida como objeto de formas de coerção. Foucault compreende que o que se entenderia por “Homem” conceito utilizado para abarcar a ideia de Humano não é uma ideia concreta ou natural, plena em si mesmo, mas seria fruto de diversos efeitos de estruturas de conhecimento que abarcam diversas áreas da ciência. Desta forma, Foucault se preocupa em investigar dentre outras questões os processos de sujeição, questões e normas que envolvem a constituição dos sujeitos.

Ao discutir a respeito do sujeito e as relações de poder, Foucault (1989) apresenta a relação intrincada entres estas, demonstrando que o conceito de “Homem” e Humanidade se referem muitas vezes em sujeitos específicos determinados pelas instituições e estruturas de poder; encontradas em diversas esferas da nossa organização social, incluindo as escolas, universidades e o processo de ensino.

Através das relações de poder saberes são gerados validados utilizados como fundamentos para a disseminação de discursos que reverberam ideias normativas sobre cultura, sociedade e subjetividade. O sujeito neste esquema é tanto o responsável pela formação destes saberes quanto é constituído por eles.

Os sujeitos ao qual Foucault (2001) direciona sua pesquisa são aqueles que são relegados às margens, neste sentido o processo de exclusão pode ser espaço para encontrar uma concepção ainda mais profunda do que seria o processo de subjetivação.

No que diz respeito ao espectro de terror e suas narrativas, não seria diferente, a presença por exemplo de pessoas negras, mulheres com elementos fortes de sexualidade ou popularidade, em histórias de terror como clássicas figuras de vítimas óbvias, que logo serão punidas pelo vilão e sairão da narrativa.

Na atualidade, existe um movimento produções audiovisuais em resposta a anos de repetição destes arquétipos, produções com protagonistas negros que não apenas sobrevivem até o fim, mas constituem marjoritariamente o elenco da produção.

Um dos grandes diretores que se destaca neste sentido é Jordan Peele,

que dirigiu filmes aclamados como *Corra* (2017) que nos apresenta uma história claustrofóbica e extremamente tensa, quando Chris vai visitar os sogros e se vê em uma casa com brancos lunáticos e racistas; e *Nós* (2019), a família de Adelaide se vê perseguida por um grupo de pessoas idênticas a eles mesmos.

Ou ainda a série *Lovecraft Country* (2020) criada por Misha Green e produzida por Jordan Peele que tem como inspiração obras de H.P. Lovecraft um dos grandes nomes do gênero, que utiliza em suas obras elementos e percepções racistas. A série subverte estes conceitos e é protagonizada por personagens negros Atticus, Letitia e George que juntos enfrentam terrores racistas e monstros das páginas de Lovecraft.

Retomando o conceito de monstro, percebe-se que para além da reprodução de sujeitos específicos neste lugar de estranheza, também há a ideia de dualidade e espelhamento o eu só é definido a partir do outro. Desta forma, se o outro é o monstro, quem seria o eu? Humano, herói, a dualidade a partir da figura do monstro reitera a ideia de normalidade e humanidade do eu.

A etimologia da palavra monstro advém do latim *monstrare* - apontar/mostrar. Em *Drácula*, os vampiros não possuem a capacidade de emitir o reflexo de sua própria imagem, considerando estes pontos, Heloisa pontua:

O monstro aponta e mostra, como nos ensina sua etimologia, mas não pode refletir. Seu espelhamento no herói provoca simetria indigesta, pois o obriga a reconhecer a aberração em seu próprio rosto (HELOISA, 2018, p. 17)

O monstro aponta a si mesmo, em contraponto ao herói o monstro representa tudo aquilo que se repudia, que provoca asco ou estranhamento. Representa exatamente aquilo que se tem medo de reconhecer em si mesmo.

Frankenstein ao ser atormentado por sua criação ao longo da narrativa depara não simplesmente com um ser estranho e maligno, mas com o reflexo de si mesmo e de sua perversidade. Perversidade esta que não advém apenas no ato de criá-lo, mas é reiterada constantemente ao afastá-lo e tornar cada vez mais miserável a vida de sua criação, que nasce em essência com boas intenções e busca apenas compreender o que é amar e ser amado.

Outro ponto possível de significado para a sua etimologia seria: “Contudo, recorrendo à obra de Benveniste, Gil demonstra que além deste

significado, o verbo mostrar designa também o seguinte: “ensinar um determinado comportamento, prescrever a via a seguir” (VALERIO, 2017, p. 8)

Esta definição conversa com a leitura do conceito de monstro relacionado com a ideia de ordem “Amamos a ideia de monstruosidade e precisamos dela porque é a reafirmação da ordem que todos almejamos como seres humanos.” (KING, 2007, p. 43)

NARRATIVAS DE TERROR E APRENDIZAGEM HISTÓRICA

A perspectiva de aprendizagem histórica colocada se baseia nas teorias de Jörn Rüsen, na qual objetiva-se desenvolver a consciência histórica, operação mental na qual o sujeito analisa o passado, para compreender elementos do presente e pode prospectar um futuro. Como já mencionado as narrativas de terror discutem medos e ansiedades fruto de sua época, analisá-las considerando e relacionando aos medos encontrados no presente, é uma articulação em potencial além de compreender como essencial a inserção do cotidiano e contexto dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, visto que estes devem possuir participação ativa neste.

Rüsen apresenta a relevância da cultura neste processo, compreendendo este conceito a partir de processos relacionais, produto da experiência humana e natural a ela. A cultura seria exatamente um produto histórico, fruto de um período, sociedade e experiência, a chamada então cultura histórica; que pode ser encontrada em artefatos, símbolos, signos, linguagens, em tudo que possa se perceber um espaço de diálogo e mediação entre sujeitos.

Desta forma, utilizar o gênero do terror no ensino de história seria justamente trazer elementos que não só estão presentes na sociedade da qual o estudante faz parte, e estão expostos, devido a diversas referências fruto deste gênero como por exemplo histórias como Frankenstein e o Drácula que são referenciados em diversos meios de forma tão disseminada que mesmo que não se tenha tido contato com as obras originais parece que as conhecemos tão intimamente.

Como também fazem parte do consumo destes estudantes, é sabido que o gênero de terror e suspense é popular entre jovens e adolescentes. Desta forma, trazer este gênero em suas mais diversas mídias pode oferecer

enriquecimento ao processo de construção do pensamento histórico e direcionar um olhar mais crítico a materiais e mídias que os cercam no cotidiano.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política. Editora Companhia das Letras, 2014.

HELOISA, Marcia. Introdução. In: **STOCKER**, B. Drácula. Darkside Books: Rio de Janeiro, 2018.

KING, Stephen. **Dança macabra**. Suma, 2007.

LE FANU, Sheridan. **CARMILLA**. Darkside Books: Rio de Janeiro, 2022.

MISKOLCI, Richard. **Frankenstein e o espectro do desejo**. cadernos pagu (37), julho-dezembro de 2011: 299-322.

NASCIMENTO, Renan Custódio. **Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano**. Universitas Ciências da Saúde, 2003 - vol.03 n.01 - pp. 65-7.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Universidade Estadual de Ponta Grossa Paraná, Brasil. **Práxis Educativa** (Brasil), vol. 1, núm. 2, julho-dezembro, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

STOKER, Bram. **Drácula**. Darkside Books: Rio de Janeiro, 2018.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o Prometeu moderno**. Penguin Companhia: São Paulo, 2022.

VALERIO, Raphael Guazzelli. **Multidão**: biopolítica e monstrosidade.

WILDE, Oscar. **O Retrato de Dorian Gray**. Darkside Books: Rio de Janeiro, 2021.

CAPÍTULO 9

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA AMAZÔNIA: DITADURA, CONFLITOS NO CAMPO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

David Bezerra Filgueira de Vasconcelos Concerva¹

INTRODUÇÃO

“A impunidade é um arranjo estrutural no qual as vítimas da violência mantêm sua condição histórica de invisibilidade, mesmo quando eliminadas”². Essa fala de Paulo César Moreira, coordenador da CPT em 2019, poderia muito bem ser um comentário sobre algum conflito no campo ao longo dos anos 1970/1980, mas, na verdade, ele fala a respeito da situação da alta porcentagem de investigações sobre assassinatos ocorridos no campo que não são concluídas. Segundo dados da ONG Repórter Brasil de 2019, 60 % das vítimas eram ligadas ao movimento sem-terra ou a grupos indígenas.

A devastação das florestas, a exploração desenfreada dos recursos minerais, o trabalho escravo contemporâneo, a concentração fundiária, apesar de estarem no centro das discussões a respeito da Amazônia atualmente, não são fenômenos que “nasceram” agora. Essas ações fazem parte das repercussões de um “passado sensível” da nossa história, que ainda

1 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, davidconcerva@hotmail.com

2 CAMARGOS, D. **Após um ano, 61% das investigações de assassinatos no campo não foram concluídas; ninguém foi condenado.** Repórter Brasil. Disponível em: < <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/impunidade-violencia-campo-indigenas-sem-terra-ambientalistas-ninguem-condenado/>>. Acesso em 18 de jun. de 2022.

está muito presente³. Diante disso, faz-se necessário lançar questionamentos a respeito desse passado.

Assim, torna-se fundamental analisar, historicamente, as condições políticas e sociais do Brasil, a partir da segunda metade do século XX, que configuram novas práticas governamentais. É premente refletir os grandes interesses do capital nacional e internacional, a exploração do trabalho e os embates políticos que produziram novos atores sociais, e organizações políticas que têm a questão agrária e ambiental no Brasil no cerne das discussões, com grandes ressonâncias internacionais e que não mobilizam as atenções da vida nacional apenas no campo econômico, mas, sobretudo, questiona o seu significado político para a construção da cidadania, em razão da violência aos direitos humanos e ambientais. A Amazônia, particularmente o estado do Pará, e os projetos econômicos e políticos que a conectam às diversas regiões brasileiras ocupam lugar central.

No caso específico dos governos militares, foi possível identificar três momentos distintos no plano das políticas públicas. Em um primeiro momento, até os anos de 1970, elas estariam voltadas, mais estritamente, aos projetos agropecuários, a fim de reduzir a importância no mercado das atividades extrativistas e de subsistência dos grupos sociais dependentes da floresta. No segundo momento, já no governo Médici, a partir do Programa de Integração Nacional (PIN, 1970-1971), esses projetos passaram a ter como meta os programas de colonização, o desenvolvimento de políticas energéticas e a construção de grandes redes viárias.

Por fim, em um terceiro momento, o governo federal fundamenta sua intervenção nas *vantagens comparativas* de que dispunha a Amazônia em relação a outras regiões do país, privilegiando os grandes e médios investidores na agricultura, na pecuária, na exploração da madeira e carvão vegetal⁴. É válido ressaltar que todos os projetos governamentais propiciaram o investimento do capital privado, com base nos incentivos fiscais concedidos pelos dispositivos instituídos pela Ditadura Militar⁵.

No momento em que as políticas públicas foram implantadas,

3 GOMES, Angela de C.; GUIMARÃES NETO, Regina B. **Trabalho Escravo Contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

4 PETIT, P. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.2, p.95-122, ago.-dez., 2018.

5 GUIMARÃES NETO, Regina B. Amazônia território em movimento: vidas precárias. **História Unisinos**. 2017. Volume 21. Número 1. p.38-50.

a partir do golpe militar em 1964, é importante destacar que, aliadas aos discursos de *integração e desenvolvimento*, havia uma grande preocupação em torno da segurança nacional. Com esse tipo de discurso, operavam-se prisões, torturas e desaparecimentos de pessoas no Brasil. No Pará, a cidade de Marabá tornou-se uma área de segurança nacional, sendo um lugar estratégico para as Forças Armadas no combate, a chamada Guerrilha do Araguaia.

Dessa maneira, para reprimir os inimigos, sob a justificativa da segurança nacional, o Exército prendeu, torturou e assassinou trabalhadores rurais, sendo isso resultado também de uma aliança dos militares com os proprietários e empresários rurais. Assim, qualquer tipo de contestação à grande propriedade passou a ser vista como um atentado à lei de segurança nacional. Com isso, será possível entender, posteriormente, as diversas acusações dos movimentos sociais da existência de cumplicidade entre os órgãos do governo e a violência praticada pelos empresários contra as lideranças rurais⁶.

De maneira geral, a partir das pesquisas já realizadas na área de História sobre a Amazônia e dados consultados, é possível notar um claro impacto social, econômico e ambiental, destacando-se as questões em torno da migração, do trabalho e da luta pela terra, além de novas áreas que passaram a ser exploradas, reconfigurando a economia do grande capital e devastando o meio ambiente.

No Pará, por exemplo, nota-se o aumento exponencial dos conflitos de terras entre as diversas frentes de expansão (latifundiários, posseiros, garimpeiros, etc.) e os camponeses locais, pescadores artesanais, povos indígenas e quilombolas, ocasionando na morte de várias lideranças políticas⁷. Além disso, para além dos programas da colonização em geral, é preciso ressaltar os impactos advindos de projetos agropecuários e minerais, como o Projeto Grande Carajás (PGC), e as transformações de grandes áreas florestais em monoculturas ou minas.

Assim, ao longo dessa pesquisa, foi objetivado analisar e compreender os impactos dos programas governamentais instituídos pela Ditadura ao longo das décadas de 1970 e 1980, que provocaram profundas transformações

6 PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015.

7 PETIT, P. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.2, p.95-122, ago.-dez., 2018.

político-econômicas na Amazônia, além de identificar os principais partidos e entidades civis que estavam relacionados à luta pelo acesso à terra.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o estudo acerca dos programas governamentais instituídos pela Ditadura Militar e das repercussões política, econômica e social, foi preciso recorrer às principais discussões e debates em torno do objeto aqui estudado, possibilitando um aprofundamento das categorias estudadas.

Inicialmente, levando em consideração a complexidade do debate e das análises realizadas ao longo da pesquisa, a pesquisa teve, como principais referências, as discussões sobre o processo de consolidação da Ditadura Civil-Militar, destacando as políticas públicas direcionadas à Amazônia ao longo desse período, além de ressaltar os processos históricos que sustentaram o discurso de “Integração Nacional”.

A partir de uma análise acerca dos desdobramentos desse momento político para a história recente, levando em conta os aspectos sociais, econômico e culturais, é necessário analisar e discutir os mecanismos políticos que sustentaram os governos ao longo da Ditadura Civil-Militar. Nesse sentido, destaca-se a análise desse modelo de desenvolvimento que resultou em um agravamento da questão ambiental, da degradação e vulnerabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras, além da intensificação dos conflitos por acesso à terra. Como colocam os historiadores Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, a discussão acerca do Golpe de 1964 demarca um “passado sensível”, um passado que ainda não passou⁸.

Para a análise acerca das tecnologias de poder envolvendo a Ditadura Civil-Militar e a Amazônia Brasileira, destacam-se, inicialmente, os debates em torno do conceito de governamentalidade⁹, bem como as produções historiográficas brasileiras em torno do tema que foram reverberadas por tais debates.

8 GOMES, Ângela de C.; FERREIRA, J. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.19.

9 FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019, p.407-431. Para o aprofundamento do conceito de governamentalidade Cf: LEMKE, T. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Politeia, 2017 ; LEMKE, T. **Biopolítica: críticas, debates e perspectivas**. São Paulo: Editora Politeia; FOUCAULT, M. **Segurança Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Dentro dessa discussão da governamentalidade, tendo em vista as reflexões em torno dos programas e estratégias, Lemke aponta que os programas governamentais não devem ser vistos apenas da forma que foram bem sucedidos ou fracassados, mas que é preciso levar em consideração que “a diferença entre os fins visados de um programa e seus efeitos reais não se refere à distância entre a pureza do programa e a realidade desordenada, mas os diferentes extratos da realidade”¹⁰

Em relação às produções brasileiras acerca das tecnologias de poder na Amazônia ao longo do período militar, destacam-se, para nossa pesquisa, os trabalhos historiográficos da pesquisadora e historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto. Com base nos estudos de Michael Foucault sobre a correlação entre segurança, controle territorial e população na constituição de um governo, a historiadora nos ajuda a discutir e analisar os dispositivos políticos criados ao longo da Ditadura, considerando a racionalidade governamental presente naquele momento. Com isso, é possível compreender as relações existentes entre os empresários e as instituições financeiras, que constituem um modo de operação do capital na Ditadura Civil-Militar.

Diferentemente dessas relações constituídas com os empresários, a relação do Estado com os grupos populacionais mais vulneráveis¹¹ – como os trabalhadores sem-terra e pequenos proprietários – era conflituosa, provocando e fazendo emergir uma rede de deslocamentos de grupos sociais expropriados da terra pelo capital para outros espaços amazônicos¹².

Diante disso, tendo em vista a discussão acerca da elaboração dos programas governamentais que estão ligados ao PIN, destaca-se a análise da forma como os investimentos econômicos operavam ao mesmo tempo em que eram exercidas formas de controle, vigilância e dominação da população¹³.

Em relação aos dispositivos políticos que foram instituídos ao longo

10 LEMKE, T. Foucault, governamentalidade e crítica. São Paulo: Editora Politeia, 2017, p. 133.

11 Para o conceito de Vulnerabilidade Cf: BUTLER. J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

12 GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de colonização e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuário IFHS**, v. 34, p. 99-122, 2019.

13 GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de colonização e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuário IFHS**, v. 34, p. 99-122, 2019.

desse período, destaco as constantes reformulações e transformações nos órgãos responsáveis pela formulação de políticas agrárias. Nesse caso, nos discursos em torno da criação do INCRA, há uma evocação constante à “necessidade da colonização”, de limitação à reforma agrária e de como a situação no campo era tratada como um “problema de segurança nacional”¹⁴.

METODOLOGIA

Para a execução dessa pesquisa, foi necessário, inicialmente, uma investigação acerca das principais pesquisas e publicações sobre a implementação dos programas governamentais na região amazônica – destacando os estados do Pará e do Mato Grosso –, em razão de se constituir como um das regiões brasileiras mais afetadas pelos planos de desenvolvimento instituídos ao longo da Ditadura Civil-Militar¹⁵.

Tendo em vista as discussões em torno dos programas e estratégias dentro do aspecto da governamentalidade, a análise dos programas governamentais apresentados para a Amazônia foi fundamental. Nesse momento, foi analisado de que forma esses programas estavam vinculados ao projeto de governo militar para o conjunto da nação, destacando as relações entre o Estado e os grandes empresários, a construção discursiva em torno da “integração nacional” e os diversos impactos político-econômico naquela região.

Além disso, as dinâmicas político-partidárias e a formação dos movimentos sociais naquela região foram alvo de interesse nessa pesquisa por compreenderem as mobilizações políticas desses grupos em confronto com as demais propostas políticas presentes naquele período¹⁶.

Inicialmente, para uma discussão em torno dos programas governamentais, destaca-se um conjunto de fontes oficiais, tais quais os decretos, planos e programas que fazem parte da constituição do PIN. Esses documentos se fazem importantes para o entendimento acerca das discussões que buscam reconstituir essa experiência histórica.

14 GUIMARÃES NETO, Regina B. Amazônia território em movimento: vidas precárias. **História Unisinos**. 2017. Volume 21. Número 1. p.38-50.

15 PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015.

16 MEDEIROS, L. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE. 1989, p. 201.

Em relação à formação dos movimentos sociais na região, destaca-se o acesso ao Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, gerenciado pela CPT, que se encontra disponível na internet. Nesse acervo, foi possível ter acesso a atas, revistas e documentos que remetem a essa temática.

Por fim, no ofício de historiador, ao analisar e trabalhar com múltiplas fontes e personagens em um tema tão complexo, é necessário ressaltar a importância do lugar, da prática e da escrita¹⁷. Assim, independente do *corpus documental*, os documentos utilizados passam por um processo de escolha por parte do historiador que já direciona a teoria escolhida. Com isso, para além da seleção que fazemos, é fundamental o historiador realizar os questionamentos necessários aos documentos.

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Como forma de promover a “ocupação de terras” em regiões consideradas longínquas, especialmente o Planalto Central, o governo Getúlio Vargas lançou a chamada *Marcha para o Oeste*. Com esse plano, ele tinha o objetivo de integrar o litoral e o sertão na busca pelos “vales férteis e vastos”, suprimindo os obstáculos, encurtando distâncias e, assim, consolidando os alicerces da Nação.

Nos discursos realizados pelo então presidente, dentro dessa perspectiva de ocupação dessas regiões do Brasil, era muito comum a referência desses lugares como sendo “espaços vazios” do país. Nesse sentido, nas palavras dele, o Brasil seria um grande arquipélago. As regiões de grande desenvolvimento seriam as ilhas, entremeadas de espaços vazios, despovoados¹⁸.

Mais do que a ocupação do Centro-Oeste, essa política desenvolvida pelo Governo Vargas buscava antecipar a “reocupação da Amazônia”, já que havia uma clara desconsideração das territorialidades indígenas existentes. Na busca de combater esse chamado *regionalismo negativo*, buscou-se então

“promover a ocupação dos vazios demográficos por meio dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-

17 CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. A escrita da história, 1982, 2: 65-109

18 PETIT, Pere. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.2, p.95-122, ago.-dez., 2018, p. 96

Sul do país, segundo o discurso oficial, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo, a fim de subsidiar a implantação da industrialização no Sudeste”.¹⁹

Com isso, na visão do governo, esse tipo de política resolveria os problemas relacionados aos desequilíbrios existentes entre as regiões pela implantação de um plano demográfico que incentivasse a migração interna²⁰. Nesse sentido, naquele momento, foi pensado, até mesmo, projetos para criar colônias agrícolas e novos núcleos urbanos na Região Norte, algo que ainda demorou por conta da necessidade da reativação da produção de borracha em meio aos “esforços de guerra”²¹.

No sentido de viabilizar o desenvolvimento dessas regiões “atrasadas” ou periféricas, alguns dispositivos foram criados inicialmente, tais como: em 1943, o Banco de Crédito da Borracha; e, em 1953, a Superintendência Nacional de Desenvolvimento da Amazônia (SPVEA). Naquele momento, esses órgãos tinham o estímulo à modernização das atividades e o subsídio à instalação de novas indústrias como propósitos principais.

Outro elemento que vai compor o imaginário em torno da busca por uma “integração nacional” é a construção de Brasília. A construção da nova capital e a abertura de estradas de rodagem na região foram as duas principais ações tomadas pelo Governo Juscelino Kubitschek, a fim de realizar a integração dos territórios da Amazônia Legal ao projeto nacional-desenvolvimentista²².

Por de trás desse verniz de progresso, com implementação de obras para a “Integração Nacional”, é preciso destacar as práticas violentas contra os povos indígenas, posseiros e trabalhadores rurais, que tiveram suas terras tomadas por grupos ruralistas. Nesse sentido, ao mesmo tempo que as rodovias, como a Belém-Brasília, eram construídas, povos que estavam

19 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**. Arrhus, 2017. p.146

20 Ibid., p. 147

21 PETIT, Pere. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.2, p.95-122, ago.-dez., 2018, p. 98

22 PETIT, Pere. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.2, p.95-122, ago.-dez., 2018, p. 99.

próximos ao entorno das obras tinham seus territórios invadidos e “anexados” por meio da grilagem. Uma violência que provocou revolta.

Nessa esteira de pensamento, é possível concluir que os discursos em torno da Integração nascem de uma necessidade de ocupação de espaços vazios somado aos interesses de investimentos capitalistas, despertando nas forças armadas o lema “integrar para não entregar”. Na visão dos autores, um “grande projeto nacionalista de reocupação dos espaços amazônicos com incentivos governamentais”. Os discursos, à época, mantiveram-se pautados pela ideia de segurança nacional, segurança das fronteiras, progresso, desenvolvimento e civilização.

O Plano de Integração Nacional (PIN) e a estrutura Político-Governamental.

Todo esse conjunto de práticas e ideias presentes no imaginário político brasileiro, que justificou as políticas e programas governamentais adotadas anteriormente em nome do discurso da Integração Nacional, foi apropriado pelos governos militares. Nesse sentido, resguardada as devidas especificidades históricas de cada período, é interessante, inicialmente, definir quais foram as novidades e os aspectos que colocaram o projeto de Integração Nacional dos militares como diferente dos demais.

Nessa nova configuração política, cabe destacar, inicialmente, as engrenagens políticas que deram base aos governos militares, destacando o *modus operandi* que constitui as relações entre o empresariado e o Estado, as políticas públicas orientadas para Amazônia e o intenso processo de reterritorialização dos espaços amazônicos.

Nesse sentido, é válido destacar que

O projeto de governamentalidade tem como base a análise dos dispositivos políticos, formado por um conjunto bastante heterogêneo – instituições, discursos, programas, regulamentos, medidas administrativas etc.- que constituem um governo, centrado na correlação que se pode fazer entre segurança, controle territorial e população para refletirmos sobre a constituição de uma racionalidade governamental moderna com a qual se apresenta²³.

23 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz.; Amazônia: Políticas governamentais, práticas de colonização e controle do território na ditadura militar (1964-

A aliança entre os empresários e o governo estava embasada em práticas políticas que expandiram a venda de terras públicas. A ligação existente entre o governo e os empresários tinha como base a ampliação da participação e da venda de terras públicas para os empreendimentos agrários, tanto nacional como internacional, constituindo novas frentes de trabalho. Tal projeto de desenvolvimento – a modernização agrícola – possuía uma articulação com a chamada “Revolução Verde”, que já vigorava no Sul, ampliando a agroindústria e a expropriação de terras²⁴.

Assim, a partir do processo de reterritorialização dos espaços amazônicos, discute-se o PIN e as políticas diversas que estimularam a formação de redes de deslocamentos de pequenos produtores rurais. Isso com coordenação e apoio do INCRA, com parceria da SUDAM. Nesse momento, há, por parte do empresariado, uma tentativa de emanar um discurso em torno da reforma agrária.

Ao longo das décadas de 1970, é possível destacar estes como sendo os principais planos de desenvolvimento para Amazônia: em 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN)²⁵; em 1972, o I Plano de Nacional de Desenvolvimento (PND); e, em 1975, o II PND. Em complemento a esses planos, houve, direcionados para a Amazônia Legal, a implementação do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e o II PDA.

O PIN, lançado pelo governo do general Garrastazu Medici no ano de 1970, buscava, dentro dessa nova configuração política que se instala, obter um maior controle e vigilância sobre a distribuição demográfica da população brasileira, visando uma reterritorialização do território amazônico.

Entre seus principais objetivos, o PIN previa a implantação de obras de infraestrutura no Nordeste e, principalmente, no Norte do país. Nesse sentido, é possível destacar os objetivos de construir as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Junto a isso, destacam-se, simultaneamente, os objetivos relacionados à implantação de projetos

85). *Anuario IFHS*, v. 34, 2019, p. 101

24 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latinoamericanos*. Arrhus, 2017. p.146

25 Instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

agropecuários e agroindustriais, a fim de possibilitar a colonização da área, além da reforma agrária. Além disso, havia um grande interesse nas terras em volta dessas rodovias, colocando-as como áreas indispensáveis à segurança nacional e ao desenvolvimento nacional.

Por conta dessas características, há uma análise em que os ajustes que ocorreram ao longo desses decretos-lei tinham o objetivo de fortalecer o poder central frente aos grupos políticos da região. A posse da terra era até então uma importante moeda de troca e de barganhas políticas entre os diferentes grupos locais, além de, em vários momentos, financiar governos estaduais.

Diante dessas situações elencadas anteriormente, com áreas sob responsabilidade da União, em que se implantaram “os projetos de colonização e agropecuários em condições muito favoráveis para o empresariado nacional e projetos de assentamento rural”²⁶, essa relação entre os empresários e a União se consolidou por meio de políticas públicas que visavam à expansão de um novo mercado de terra e exploração econômica com as lavouras de monoculturas e com a pecuária. Essas ações, tomando como base a Segurança Nacional, assumiam um discurso de que diminuiriam as pressões no campo em outras regiões do país.

Em análise sobre os gargalos existentes advindos do novo modelo de reocupação da terra, ficou destacado a necessidade de um investimento mais robusto na logística com base no modal rodoviário, por isso a importância para a integração do estado ao restante do país. Essas rodovias constituíam a espinha dorsal do gigantesco plano de reocupação planejado e essa ação das rodovias, junto a da colonização, foram vistas como a constituição do discurso de “maior reforma agrária do mundo”²⁷.

Nesse sentido, é possível observar como os discursos governamentais que tratam da “ocupação” da Amazônia emergem por meio de uma série de justificativas, tais como a demanda por um novo mercado de trabalho e a “necessidade do capital em agregar valor à terra nos ‘novos espaços’, bem como a avaliação política da pressão dos conflitos fundiários na disputa pelas já valorizadas terras no Sul do Brasil”²⁸.

26 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**. 2017, p.150.

27 Ibid, p.150.

28 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz A Amazônia e a po-

Assim, a questão agrária, a partir dessa nova configuração política, passa a ser um assunto de Estado atualizado a partir de novos modelos de desenvolvimento econômicos e estratégias de controle social, segundo políticas de segurança nacional (CSN). Para que exista a aliança entre os governos militares e os proprietários de terra a administração dos conflitos agrários passa a ser uma condição imprescindível.

Grandes empresas, como a Bamerindus e a Volkswagen, passaram a investir em terras e gado, usufruindo dos incentivos fiscais existentes. Nesse sentido, foram responsáveis pela eclosão de inúmeros conflitos entre indígenas, posseiros e trabalhadores.

A partir de 1970, todas as políticas governamentais que dispõem sobre os problemas agrários e sobre a população pobre foram apresentadas e formuladas no Programa de Integração Nacional (PIN). Este programa, instituído por decreto, visava justamente um maior controle e vigilância da “distribuição” da população brasileira. Diante dessas políticas de “ocupação” da Amazônia, é fundamental observar a divulgação do programa de colonização como política de governo, apresentada como a mais avançada proposta de “reforma agrária”²⁹.

Em consonância com essa nova configuração política que emerge ao longo dos governos militares, diversos dispositivos políticos foram criados ou reorganizados, a fim de que as políticas pudessem ser implementadas. Nesse caso, destaca-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Superintendência Desenvolvimento Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Até a década de 60, motivadas pelo ETR, as discussões em torno das questões agrárias eram comandadas pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). O INDA tinha como principal objetivo promover e estimular a execução de atividades agrárias por meio da colonização, do sindicalismo, do cooperativismo, do sindicalismo e de outras formas de associação. Atuando junto com o INDA, o IBRA tinha como função tentar

lítica de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**. 2017, p.150.

29 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz.; Amazônia: Políticas governamentais, práticas de colonização e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuario IFHS**, v. 34, 2019, p. 109-110.

aliviar as tensões em torno da propriedade da terra e coordenar o Plano de Reforma Agrária do governo.

Em 1970, como reflexo das reformulações das políticas públicas e de uma ênfase maior nas práticas que buscavam um ideal de “colonizar”, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³⁰ a partir da fusão dos dois órgãos citados anteriormente.

A Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), criada em 1955, foi transformada na Superintendência Desenvolvimento Amazônia (SUDAM), importante reformulação que permitiu uma mudança no rumo das políticas públicas direcionadas para a Amazônia. A SUDAM, a partir dessa reconfiguração, passa a ter um grande poder para determinar e orientar o “progresso” daquela região por meio dos incentivos fiscais, a fim de atrair o empresariado para a Amazônia.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre os projetos de governança do Estado após o Golpe de 1964, tendo em vista a estratégia geral de poder da ditadura civil-militar no Brasil, que busca colocar o eixo político e econômico como a Amazônia nas formas de experiência e racionalidade governamental, materializadas em diversas políticas públicas, como fundamental.

Dentro dessa ótica, é fundamental analisar, como coloca a historiadora Regina Beatriz, os discursos e práticas governamentais que estão na base de apoio às redefinições das relações de poder no Brasil, sobretudo ao focalizar os diversos dispositivos políticos que tomam corpo em leis, decretos-leis, planos, programas institucionais e na própria reforma administrativa do Estado. Com isso, prevaleceu a lógica empresarial como prática administrativa, que perdura na estrutura político-administrativa do país após o regime militar³¹.

A partir desse novo modelo de governança, é importante pensar a proposta de integração nacional, como sendo uma estratégia de desenvolvimento que planejava investimentos econômicos distribuídos no território amazônico, buscando uma articulação com a região Nordeste do Brasil³².

30 CARVALHO, Abdias V. de. **Elementos para a construção de uma memória da reforma agrária**. Recife: Editora da UFPE, 2018.

31 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**. 2017, p.146.

32 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz A Amazônia e a

Como práticas para implementar uma proposta de integração nacional, houve a reedição, pelos governos militares, de estratégias de desenvolvimento econômicos distribuídos no território amazônico em articulação com a região Nordeste do Brasil. Com isso, nascia o PIN que,

além de incorporar o ideário capitalista de expansão empresarial, assegurando incentivos fiscais e outros benefícios financeiros ao empresariado, apresentava-se como eixo de políticas que articulariam estratégias básicas de intervenção regional³³.

O sentido de analisar esse assunto se dá ao abordar as práticas e discursos que justificam ações e políticas governamentais para a Amazônia, observando as alianças e dispositivos políticos construídos. Isso sem deixar de levar em consideração as fortes propagandas oficiais para a oferta de terras, além das intervenções regionais que promoviam deslocamentos inter-regionais, sendo motivo, inclusive, de interesse estrangeiro.

Nesse sentido, os autores analisam que

foi produzida uma nova configuração política e econômica com apoio do Estado, este organizado institucionalmente segundo a lógica dos militares que o comandavam e estruturado em uma base jurídico-policial³⁴.

A partir disso, é importante ressaltar a utilização dos próprios dispositivos de legalidade para suspender a lei e se servir de uma complexa e sofisticada estrutura de informação e repressão³⁵.

Os conflitos pela terra: as frentes de expansão e os trabalhadores rurais.

política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**. 2017, p.147.

33 Id.

34 JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**. 2017, p.146.

35 Id.

Diante dessa nova configuração política existente na Amazônia, é válido destacar, a partir da implantação desses programas governamentais, como o avanço dessas empresas – para além da precarização das relações de trabalho – levou o conflito de terra aos camponeses, aos posseiros e aos indígenas.

Com a execução das diretrizes de propaganda associadas à “integração nacional”,

no nível do discurso oficial, o deslocamento dos denominados excedentes populacionais do Nordeste, do Sul e do Sudeste do Brasil ‘esvaziaria’ os conflitos sociais nessas regiões ao mesmo tempo em que criaria polos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e industriais na Amazônia. Ao mesmo tempo, esse deslocamento populacional faria da Amazônia uma área fornecedora de matéria prima e consumidora de produtos do Centro-Sul do País³⁶.

Nesse sentido, é possível começar a compreender de que maneira os grandes estabelecimentos rurais “chocaram-se” contra as correntes migratórias provocadas por essas políticas governamentais. Para as empresas, a preferência se deu pela atividade agropecuária e pela mineração.

Naquela região, com a devida colaboração governamental, os empresários encontravam terras a um custo baixo, isenção de impostos e uma abundante política de subsídio governamental. Diante dessas “vantagens”, houve uma rápida ocupação das terras no norte do Mato Grosso, sul do Pará, oeste do Maranhão, parte do Acre e Rondônia. Por outro lado, para os trabalhadores, aquela região era apresentada como uma grande oportunidade de ter acesso à terra e condições dignas de vida³⁷.

Nesse deslocamento migratório, duas correntes principais se estabeleceram: do Sul, com pequenos agricultores – quase sempre de ascendência europeia –, que começaram a se deslocar para o Mato Grosso e Rondônia; e do Nordeste, uma outra corrente de pequenos agricultores sem-terra e pobres que se deslocou para essa Amazônia oriental.

36 PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015, p.103

37 MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil**: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

O primeiro grupo era constituído por colonos que adquiriram terras, com recursos advindos da venda de pequenos lotes no Sul, comprando-as seja ao governo seja às colonizadoras particulares. No caso da segunda corrente migratória, José de Souza Martins destaca que

sem recursos econômicos, já vinha se deslocando para a Amazônia desde os anos 1940, constituindo a categoria dos chamados posseiros, ocupantes de terras supostamente livres, sem qualquer título de propriedade e sem qualquer direito assegurado à terra ocupada³⁸.

Além dessas questões, cabe ressaltar que

o fluxo migratório de milhares de famílias para essa parte do território nacional, além de ter sido planejado, de acordo com o discurso oficial, com o objetivo de esvaziar os conflitos e as tensões sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, foi um mecanismo potencialmente importante na formação de um mercado de trabalho regional³⁹.

Nesse sentido, é possível compreender o quadro que estava se constituindo. Ao mesmo tempo em que esses grupos se deslocavam para a Amazônia, as grandes empresas, como a Volkswagen, devastavam a floresta amazônica para transformá-la em pastagem e em projetos agropecuários. Além disso, muitas dessas terras já eram ocupadas por povos indígenas.

Diante de quadro complexo de interesses, desenhou-se um panorama de um intenso conflito social e étnico entre aqueles que chegavam e os que já estavam lá há muito tempo. A atuação dos aparelhos governamentais junto aos grandes proprietários de terras promoveram uma violência sem tamanho aos trabalhadores, posseiros e indígenas, jogando-os em um estado de vulnerabilidade.

Assim, cabe destacar as condições em que esses trabalhadores chegam à região, os mecanismos criados pelo Governo para combater tudo aquilo que fosse de encontro ao projeto de desenvolvimento proposto e

38 Ibid. p. 160

39 PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015, p.116

de como isso ensejou a atuação direta de resistência desses trabalhadores e formação de redes de solidariedade e de movimentos sociais.

Inicialmente, em torno do deslocamento migratório, cabe destacar e analisar as discussões em torno desse migrante. A historiadora Regina Beatriz coloca que a categoria “migrante” significa o “desenvolvimento de uma ação sem sujeito”. Da forma que é utilizada, acaba desconsiderando as sinuosidades das escolhas dos agentes sociais, homogeneizando indivíduos e grupos congelados em categorias de identidade. Nesse sentido, colocados como estrangeiros e indesejáveis, produzindo o “outro” como ameaça e perigo, são manifestadas, nas práticas e discursos, um “processo de desumanização” que tem como efeito a restrição e/ou privatização de direitos de certos conjuntos de pessoas.

Como questões importantes para pensar esse território em movimento, a autora propõe “desnaturalizar o fenômeno migração e os discursos que o sustentam, por meio de análises que desconstruam significações prévias”, possibilitando nomear os agentes sociais envolvidos e circunscrever as situações históricas.

O conceito de vulnerabilidade, a partir de Butler⁴⁰, tem como ponto fulcral perceber que essa “vulnerabilidade, ao mesmo tempo que produz um tipo de sofrimento, gera também resistência nos ‘desapossados’, conscientes da expropriação capitalista, na qual impera a lógica da posse”. Nesse sentido, rompe-se com o “sujeito unitário” e a um privilégio ao que se torna relacional entre sujeitos sociais – “potência de agir com”. Assim, condição humana vai estar fundamentalmente dependente de outras pessoas, “pessoas anônimas”⁴¹.

As lutas por reconhecimento que os deslocados, das mais diversas categorias sociais, buscam para legitimar-se como sujeitos de direito no mundo contemporâneo é considerada uma tarefa complexa. Apesar das dificuldades com o trato do tema, a autora destaca que essas categorias não são auto evidentes, mas se constroem nas práticas sociais.

Os fenômenos dos deslocamentos internos que afetam esses trabalhadores pobres que chegam à Amazônia, possuem uma questão marcada por situações-limite de relação de exploração, em que a prática do

40 BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

41 GUIMARÃES NETO, Regina B. Amazônia território em movimento: vidas precárias. **História Unisinos** – 2017. Volume 21. Número 1. p. 39.

trabalho escravo desafia o próprio estado de direito⁴².

Na discussão, ao optar pelo trabalho na região amazônica (norte do Mato Grosso e sul do Pará), é possível debater os principais elementos significativos para refletir acerca da mobilidade espacial no Brasil. Ao destacar as rodovias que foram inauguradas ao longo da década de 70, destaca-se o fato do “Estado e as empresas privadas utilizarem esta rede rodoviária para incrementar a venda de terras e o mercado de trabalho”. Nesse sentido, a autora destaca que, para além das conexões geográficas, é preciso privilegiar, nesses estudos, a historicidade do processo de implantação desse processo, “que demarca os diferentes projetos de governamentalidade, assim com dá relevância às redes de deslocamentos que se configuram”⁴³.

Com isso, é preciso destacar a necessidade de relacionar as experiências sociais às reflexões sobre as políticas governamentais que promovem o que o Estado e os empresários denominam de “desenvolvimento da Amazônia”. Assim, pode-se pensar as políticas públicas para a Amazônia que serão instituídas ao longo da segunda metade do século XX. Políticas essas que promoveram um deslocamento sem precedentes de diversos grupos do Nordeste e Sudeste.

Como a situação era de “pujança”, várias áreas de exploração econômica na Amazônia se constituirão em núcleos de demanda de mão de obra, sendo um ponto de atração para os posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários. Dentro desse aspecto, destacam-se aqueles trabalhadores que conseguem o acesso à terra e aqueles que não. Estes últimos vivendo como trabalhadores temporários em um constante fluxo de incertezas.

Assim, como coloca o historiador Airton Reis,

para muitos trabalhadores rurais, sobretudo migrantes de outras regiões do País, como nem sempre conseguiam imediatamente a posse de uma terra, a alternativa de sobrevivência de sua família acabava sendo o trabalho precário e provisório como serventes de pedreiro ou desenvolvendo trabalhos temporários em fazendas, como o roçado e a derrubada de mata para fazer pastagens para gado bovino, roçado de juquira, construção de cerca de arame ou a coleta da castanha-do-pará ou, às vezes, levando

42 Ibid. p.40.

43 Id.

a vida como mascates e/ou comerciantes de cereais⁴⁴.

Nesse campo de disputa entre os posseiros e os grandes proprietários de terra, as tentativas de associação dos movimentos sociais a algo negativo foram muitas. Em seu livro, Airton cita uma série de reportagens do Correio do Brasil e do O Estado de São Paulo, em que “potencializaram o medo do retrocesso econômico e político com a possível realização da reforma agrária, associando-a uma política ‘anacrônica,’ ‘atrasada’ e expressão do comunismo e da estatização do campo”⁴⁵.

Com isso, toda e qualquer ação dos posseiros eram explicadas como um possível retorno de guerrilhas armadas no campo. Assim, os grandes proprietários de terra eram considerados os guardiões da ordem social enquanto a CPT e os posseiros eram responsáveis pela subversão. Um dos fatores que mais contribuiu para a criação desse imaginário foi a discussão em torno da Guerrilha do Araguaia nos 70.

Assim, diante dessa construção discursiva em torno dos movimentos que atuavam na região,

no sul e sudoeste do Pará, as ações dos trabalhadores rurais pela posse da terra, com apoio e assessoria de membros da Igreja Católica, além serem entendidos pelos proprietários de terra e pelas autoridades civis e militares como subversões e ações comunistas, eram percebidas como possível ‘volta da guerrilha no Araguaia’⁴⁶

Ao mesmo tempo que essas disputas aconteciam no Pará, a discussão em torno da problemática da posse e uso da terra cresceu de forma significativa, provocando ocupações, debates públicos sobre a Reforma Agrária e a pressão em torno dos parlamentares na constituinte. Nesse mesmo período, os empresários rurais se articulam em torno da União Democrática Ruralista (UDR)⁴⁷ e passam a operar uma série de estratégias

44 PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 148

45 Ibid. p. 169

46 Id.

47 Se antes havia um predomínio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) em relação à representação dos grandes proprietários de terra, ao longo da década de 80, fruto da mobilização contrária ao PNRA, surge a União Democrática Nacional. Cf: MENDONÇA, S. **A Questão Agrária no Brasil / Volume V** –A classe dominante agrária

em defesa dos seus interesses. Nesse momento, que “coincide” com um aumento exponencial de assassinatos no campo, aumentaram as contratações de pistoleiros e de grupos paramilitares para defender suas propriedades e enfatizar os discursos contra a Reforma Agrária.

Com isso, a partir de uma série de justificativas amparadas naquele imaginário do posseiro hostil, os empresários do campo atuaram de forma bastante violenta, provocando o assassinato de milhares de trabalhadores e lideranças políticas. E isso não era feito de forma autônoma ou espontânea. Havia uma convivência dos órgãos do Estado. Nesse sentido, Airton destaca que

não se pode deixar de levar em consideração que a atuação de pistoleiros nos conflitos por terra, na Amazônia brasileira, frequentemente contou com a colaboração e participação dos aparelhos de repressão do Estado, do judiciário e de certas instituições, como o INCRA, ITERPA e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)⁴⁸.

As milícias privadas possuíam tanta “legitimidade” perante aquele espaço em que atuavam, ao ponto de suas ações serem consideradas importantes para que a ordem no campo fosse atingida, não só por fazendeiros, mas também por autoridades civis e militares, principalmente nos últimos dez anos da ditadura civil-militar e toda a denominada Nova República, ou seja, nos primeiros após o fim do aniquilamento da Guerrilha do Araguaia e na efervescência dos debates em torno da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e da Constituição Federal promulgada em outubro de 1988⁴⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma pesquisa sobre as décadas de 1970 e 1980, é preciso levar em consideração a convergência de uma multiplicidade de eventos políticos acontecendo ao mesmo tempo. É a reformulação das estratégias do

–natureza e comportamento –1964-1980. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2010; POMPEIA, Caio. **Formação política do Agronegócio**. Elefante: São Paulo, 2021.

48 PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 196

49 Ibid.p. 214

governo militar para implementar programas governamentais, a discussão em torno das eleições, a emergência de novos atores políticos por meio dos movimentos sociais, bem como formas outras de se expressar e reivindicar direitos.

Observar os impactos dos programas governamentais, analisando a atuação conjunta do Estado e das empresas – de forma a resultar em uma maior concentração de riqueza colocando uma série de dificuldades ao acesso à terra –, e levando em conta da questão ambiental, da degradação e da vulnerabilidade dos trabalhadores rurais, é possível compreender, de forma mais profundada, as diversas violências que irão ser empreendidas contra os trabalhadores.

Esses que não vão migrar de uma região para outra como um ato espontâneo ou simples, mas carregando uma série de experiências e trajetórias de vida na busca de uma nova oportunidade. Diante da situação encontrada, em que nada daquilo que havia sido prometido foi cumprido, os conflitos por terra se intensificaram. Sendo os conflitos decorrentes tanto daqueles trabalhadores que vão ser expulsos ou expropriados de suas terras, mas também daqueles que irão ocupar grandes propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos, trazendo, dessa maneira, outras táticas de luta para análise.

Diante do vasto *corpus* documental existente e das questões que ficam em aberto, diversas possibilidades de um maior aprofundamento dessas temáticas são possíveis. As novas faces da luta pela terra encampadas pelos movimentos sociais e partidos políticos, que privilegiam a dimensão institucional, requerem estudos aprofundados acerca das transformações dessas normas e leis que regem os conflitos pela terra. Na década de 1980, com toda uma retomada dos movimentos sociais pela execução de uma Reforma Agrária, a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 emerge como um acontecimento importante, provocando a reformulação de táticas e estratégias por parte dos latifundiários e por parte dos movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

BUTLER. J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Abdias V. de. **Elementos para a construção de uma memória da reforma**

agrária. Recife: Editora da UFPE, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019, p. 407-431

GOMES, Angela de C.; GUIMARÃES NETO, Regina B.. **Trabalho Escravo Contemporâneo**: tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Amazônia território em movimento: vidas precárias. **História Unisinos** – 2017. Volume 21. Número 1.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**. 2017

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz.; Amazônia: Políticas governamentais, práticas de colonização e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuario IFHS**, v. 34, 2019

LEMKE, T. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Politeia, 2017

MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil**: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015.

PETIT, P. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.2, p.95-122, ago.-dez., 2018.

POMPEIA, Caio. **Formação política do Agronegócio**. Elefante: São Paulo, 2021.

CAPÍTULO 10

A ALIMENTAÇÃO ENQUANTO OBJETO DAS RELAÇÕES DE PODER

Ana Francisca de Lima Alves¹

“Onde o poder se exerce, a liberdade desaparece.”

Michel Foucault

INTRODUÇÃO

A escrita deste artigo resulta da sugestão de uma disciplina denominada “Teoria e Metodologia da História: saberes históricos – teoria, ensino e mídias”, do Mestrado Acadêmico em História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGHistória UFPE). O relativo componente curricular se dedicou a apresentação e problematização de concepções de metodologia e filosofia da história ligados ao pensamento contemporâneo, assim como realizou análises de conceitos da modernidade associados à historicidade etc.

Como uma das estratégias avaliativas da disciplina, foi proposta aos discentes à criação deste formato de produção, associando textos estudados no decorrer das aulas com as temáticas individuais das pesquisas em desenvolvimento das mestrandas e mestrandos. A bibliografia da disciplina foi composta por produções de Agamben, Koselleck, Thompson, Jesi, Foucault, Le Goff, Valerio, entre outros.

¹ Graduada pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mails: anafranciscaalvesdelima@gmail.com / ana.franciscaa@ufpe.br.

Dentre as obras estudadas, escolhemos explorar três textos de Michel Foucault, sendo eles: 1o aula do governo de si e dos outros (FOUCAULT, 2010a); o sujeito e o poder (FOUCAULT, 2010b); Nietzsche, a genealogia e a história (FOUCAULT, 1979). As produções destacadas apresentam concepções do filósofo frente a diferentes aspectos, como poder, loucura, sujeito, experiências, elemento e ator, escrita presente e outros. Porém, para este trabalho, iremos voltar nossa atenção para suas perspectivas acerca das relações de poder.

É importante acrescentar que nosso projeto de pesquisa do mestrado trabalha a temática “Contribuições da História da Alimentação para o Ensino de História”. Portanto, compreender a alimentação na qualidade de objeto de poder é algo capaz de enriquecer a pesquisa que se encontra em elaboração. Ademais, por muito tempo a alimentação foi somente inserida nos estudos vinculados as ciências biológicas, como se sua função fosse meramente nutricional. Com o passar do tempo, a Antropologia passou a fazer uso do objeto alimentação, e hoje, as historiadoras e historiadores já se dedicam a investigações a respeito do tema.

Para aprofundamento deste estudo, elaboramos a seguinte questão norteadora: como o conceito de relações de poder defendido pelo filósofo Michel Foucault relaciona-se com a História da Alimentação? Tencionando chegar a retornos para essa indagação, optamos por seguir um caminho metodológico que envolve a realização de pesquisa bibliográfica e de uma abordagem qualitativa.

Para Albuquerque e Motta (2013, p. 72-73), a abordagem qualitativa deve ser utilizada

(...) quando você deseja entender detalhadamente porque um indivíduo faz determinada coisa, ou seja, costuma ser usada para trazer a tona a uma explicação do porque um indivíduo realiza uma ação específica.

Se tratando da pesquisa bibliográfica, a mesma é voltada para análise de produções já estudadas, as quais podem encontra-se em formato impresso ou digital (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Logo, este artigo está dividido em duas principais partes: na primeira seção, haverá discussões acerca do que seja o poder na concepção de Foucault, assim como ocorre à produção da biopolítica. A segunda parte versará sobre as conexões entre a História da Alimentação com as noções

de poder de Foucault.

VISÃO FOUCAULTIANA ACERCA DAS RELAÇÕES DE PODER

Michel Foucault – filósofo Francês que se tornou amplamente conhecido através da publicação do livro “História da Loucura”, lançado em 1961 – morreu em 1984, mas deixou um grande legado que faz com que a leitura das suas obras seja algo necessário até os dias atuais. Ele se dedicou a reflexões a respeito dos variados aspectos que se relacionam com o corpo social, com mulheres e homens.

Por mais que Foucault insista em dizer que o poder não é o tema central de sua pesquisa, e sim a constituição dos diferentes sujeitos, fica evidente, em algumas de suas produções, a menção ao poder, o que faz com que o mesmo reconheça que

É verdade que me envolvi bastante com a questão do poder. Pareceu-me que, **enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas.** Ora, pareceu-me que a história e a teoria econômica forneciam um bom instrumento para as relações de produção e que a lingüística e a semiótica ofereciam instrumentos para estudar as relações de significação; porém, para as relações de poder, não temos instrumentos de trabalho. O único recurso que temos são os modos de pensar o poder com base nos modelos legais, isto é: o que legitima o poder? Ou então, modos de pensar o poder de acordo com um modelo institucional, isto é: o que é o Estado? (FOUCAULT, 2010b, p. 232, grifo nosso).

Podemos compreender que as relações de poder são extremamente complexas, relacionadas com os aspectos étnicos, sociais e religiosos de uma sociedade. Contudo, somente no século XX o assunto passou a ser tema de ampla análise, estando o mesmo associado a fenômenos como o fascismo e estalinismo, bem como vinculado à racionalidade. As relações de poder, na maior parte das vezes, não são constituídas de forma harmoniosa, mas sob situações conflituosas devido às posições divergentes estabelecidas no corpo social (FOUCAULT, 2010b). Assim, Foucault (2010b, p. 234), sugere outra

(...) forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações

mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mas do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. Por exemplo, para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade; e o que se compreende por legalidade, no campo da ilegalidade. E, pra compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações. Para começar, tomemos uma série de oposições que desenvolveram nos últimos anos: oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas.

Nesse sentido, compreendemos que as relações de poder são conflituosas por estabelecerem hierarquias e interferirem nas individualidades dos sujeitos, assim como se conecta aos saberes. Mesmo com as mudanças do tempo histórico, ainda hoje existe uma forte interferência do poder do estado, do poder religioso e de poderes associados aos saberes como, por exemplo, da medicina. Então, Foucault trata o poder religioso como sendo um poder pastoral, explicando sua finalidade:

Já não se trata mais de uma questão de dirigir o povo para a salvação no outro mundo, mas, antes, assegurá-la neste mundo. E, neste contexto, **a palavra salvação tem diversos significados: saúde, bem-estar** (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), **segurança, proteção contra acidentes.** Uma série de objetivos “mundanos” surgiu dos objetivos religiosos da pastoral tradicional, e com mais facilidade, porque esta última, por várias razões, atribuiu-se alguns destes objetivos como acessório; temos apenas que pensar no papel da medicina e sua função de bem-estar assegurados, por muito tempo, pelas Igrejas católica e protestante. (FOUCAULT, 2010b, p. 238, grifo nosso).

Analisamos que compreender as relações de poder é algo bastante difícil, devido ao fato do poder não ser comumente colocado em local de análise; sendo sua existência considerada uma “fatalidade”, e não algo

que parte de uma natureza racional, com marco inicial e fenômenos que o reforça, garantindo sua permanência apesar das mudanças sofridas pelas diversas sociedades. Além disso, cabe generalizarmos que o poder é algo que se encontra intrínseco às coletividades, de modo que sua ação estipula papéis/funções hierárquicas (FOUCAULT, 2010b). Dessa forma, Foucault define as relações de poder da seguinte maneira:

(...) elas se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja **daqueles que permitem exercer este poder** (como as técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência), seja **daquelas que recorrem, para se desdobrarem, a relação de poder** (assim na divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas). (FOUCAULT, 2010b, p. 238, grifo nosso).

O poder não é algo casual, permanente, imutável, mas um fenômeno estruturado de um indivíduo/grupo para com o outro. Dessa maneira, acontece das relações serem mutáveis, o que faz com que sujeitos dominem sujeitos e classes dominem classes; bem como o dominador hoje pode tornar-se o dominado amanhã. Consoante Foucault (2010b, p. 242),

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apóia sobre estruturas permanentes. (Grifo nosso).

Um aspecto bastante curioso é a relação estabelecida entre o poder e a liberdade, pois, em conformidade com a análise de Foucault, a existência da liberdade é o fator que determina a presença das relações de poder ou, melhor dizendo, sem liberdade não se constitui o poder. A respeito disso, o filósofo explica que

Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo “governo” dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante:

a liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações são saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. Não há, portanto, um conforto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente.

Logo, percebemos que a liberdade das mulheres e homens se configura como condição principal para existência das relações de poder. O que faz com que as instituições de diferentes naturezas determinem regras que devam ser seguidas pelos indivíduos, sendo as regras uma forma de expressão do poder na coletividade. Consoante Foucault (2010b, p. 245),

(...) o exercício do poder seria uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação dos outros. Deste modo o que seria próprio a uma relação de poder é que ela seria um **modo de ação sobre ações.** O que quer dizer que as relações de poder se enraízam profundamente no nexos social; e que elas não reconstituem acima da “sociedade” uma estrutura suplementar com cuja obliteração radical pudéssemos talvez sonhar. Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre as ações dos outros. (Grifo nosso).

Nessa perspectiva, podemos analisar que o campo de ação do poder é a liberdade humana, o que faz com que as relações de poder sejam algo natural das coletividades, aspecto que tanto pode fortificar ou fragilizar as sociedades. Essas são constituídas a partir de aspectos como diferenciações, objetivos operacionalizados, instrumentos de coação, formas de legitimação e racionalidade. Para Foucault (2010b, p. 247), “O exercício do poder não é

um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados”. Foucault (2010b, p. 247), segue explicando que

As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade; mas que há, a partir desta possibilidade de ação sobre as ações dos outros (que é co-extensiva a toda relação social), múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder. As formas e os lugares de “governo” dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforça-se em outros.

Ao se falar em poder, comumente associamos a ação ao elemento governo, como se esse fosse a única forma de determinar as ações humanas e estabelecer hierarquias. Assim, soma-se ao governo fatores como família, igreja, e o mais. Destarte, também enxergamos a alimentação como um mecanismo de poder.

Em suma, Foucault discutiu alguns conceitos como o de loucura, mas pode-se dizer que sua pauta principal diz respeito ao entendimento da racionalidade do poder. Para o filósofo, o sujeito é fruto das relações de poder e saber, que podem ser mais bem compreendidas através das experiências vividas pelas pessoas.

Por isso, as relações de saber e poder são dinâmicas, variáveis e conflituosas. Em alguns instantes, o sujeito pode assumir o papel de dominador; noutros, encontrar-se no lugar de submisso. Condição exemplificada através da escola, do professor enquanto detentor de um saber que dar a ele um poder e este mesmo professor em um processo de formação continuada, sendo agora ele o aluno e o submisso na relação estabelecida. Então sujeitos dominam sujeitos e classes dominam classes. Isso porque os papéis são mutáveis, isto é, suscetíveis a variações.

Quanto às relações de poder, elas possuem ligações no tocante aos contextos étnicos, sociais e religiosos. Existe a hierarquização dos saberes e poderes nas relações, assim como existem reações de resistências frente ao poder. Para Foucault, a compreensão do poder, em todas as suas nuances,

deve ser feita a partir das técnicas/tecnologia, em que se analisam as estruturas micro (disciplina) e macro (governo). Em se tratando do governo, para o filósofo, o poder exercido deve ser percebido e analisado como algo totalizante ao mesmo tempo em que é individualizante, sendo o mesmo uma herança do poder religioso/pastoral.

Assim, no poder pastoral, por exemplo, o pastor deve cuidar de todas as ovelhas, mas deve se dedicar a ovelha que se desviar do caminho e precisa de um tratamento específico. Sobre o governo, esse tem o dever de cuidar de todas as pessoas, porém, existem as repartições que voltam seus olhares para as especialidades, como a escola que se dedica ao aluno e o hospital que cuida do paciente. Em síntese, a nossa sociedade é constituída por relações de poder que se encontram vinculadas a variados elementos. Por isso, neste trabalho, consideramos a alimentação com um dos vieses permeados por expressões do poder e saber.

ALIMENTAÇÃO E PODER: ESCOLHAS OU IMPOSIÇÕES?

A alimentação envolve a produção de significados, representações e articula-se com os diversos fatores que constituem as sociedades. Dessa maneira, é possível estabelecer ligações com as relações de poder conforme a análise de Foucault. Hoje, a nossa sociedade se encontra defendendo a necessidade das pessoas quanto à adoção de uma alimentação saudável que envolve a ingestão de alimentos específicos e determinados por profissionais como médicos e nutricionistas.

Os relativos profissionais exercem um poder sobre as pessoas que está vinculado ao saber e, com isso, retém o domínio em relação ao corpo de mulheres e homens, determinando suas escolhas alimentares individuais. Tal poder é reforçado na coletividade através do discurso de promoção de saúde e bem estar. Conforme Kraemer et al. (2014, p. 1341),

No imaginário social manifesto no campo da Nutrição, observamos uma forte tendência à racionalização da ideia de *alimentação saudável*, que, tal como os demais saberes biomédicos ocidentais contemporâneos (LUZ, 1997), está pautada nas finalidades comuns, teóricas e práticas, de prevenção e de combate à doença, reproduzindo o paradigma mecanicista e tecnicista moderno. Desse ponto de vista, a terapêutica nutricional é centrada nas quantidades e nos horários em que os alimentos devem ser ingeridos, de modo a estabelecer uma vida com os menores riscos possíveis de

Notamos que o discurso que envolve a precisão pela adesão de uma alimentação saudável não abre espaços para o que pode se encontrar por trás de tal incentivo: será que de fato se preza pela saúde das pessoas? Será que existem objetivos próprios para além dos popularizados? Será que as dietas sugeridas por médicos e nutricionistas efetivamente previnem o adoecimento dos indivíduos? Não queremos, com as indagações, questionar os conhecimentos científicos produzidos por áreas como a Nutrição, mas tencionamos levantar questões para reflexões.

À vista disso, poderíamos relacionar o controle sobre o corpo das pessoas, a partir da imposição de regras alimentares possibilitadas pelo saber, isto é, a definição de biopoder/biopolítica de Foucault. Tal conceito se relaciona com a padronização dos corpos humanos com o objetivo de aumentar a produtividade, sendo um mecanismo que fortificou o sistema capitalista de produção (FOUCAULT, 1999).

Em conformidade com Foucault (1999), durante a segunda metade do século XVIII, há o surgimento do biopoder/biopolítica que apresenta características novas, mas que ainda carrega consigo a técnica disciplinar; sendo que expressa de uma forma mais sutil, tão sutil que pode passar despercebida. Pois, desta vez, a relação de controle e punição encontra-se associada à saúde, sendo fundamentada em discursos ligados aos saberes médicos, que sustentam a necessidade pela adoção de uma “alimentação saudável” como estratégia para prevenção do adoecimento. Assim, Foucault (1999, p. 289) explica que

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem- corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, **a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global**, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois

de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “**biopolítica**” da espécie humana. (Grifo nosso).

Já para Kraemer (2014, p. 1353),

(...) a Medicina corresponde a um saber poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter resultados disciplinares e efeitos regulamentadores disseminados por toda a sociedade. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que quer se disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A constituição desse biopoder reforça os modos como o modelo biomédico se institucionalizou e produziu uma lógica de entendimento do processo de adoecimento e cura pautada na medicalização. (Grifo nosso).

Consideramos, ainda, que a determinação da intenção final do que se pode ou não comer sofre interferência dos padrões estéticos impostos pelos meios midiáticos para as pessoas, assim como existe a intervenção do mercado capitalista, da globalização e das modificações no que diz respeito aos gêneros alimentícios. Consoante Fischler (2020, p. 847),

As modificações introduzidas nos gêneros alimentícios não correspondem somente a uma demanda dos consumidores. Nesse aspecto, desde os anos 1960, a distribuição desempenha um papel determinante. Com efeito, ela obedece a diversos imperativos – logísticos, tecnológicos, econômicos. É também sob a pressão dos distribuidores que se desenvolvem e se generalizam mercadorias mais fáceis de estocar, transportar, exibir e conservar nas prateleiras. A agricultura seleciona produtos por sua aparência e duração de vida nas lojas. Das frutas aos queijos, os alimentos cotidianos passam por profundas transformações. Do mesmo modo, é sob a pressão dos supermercados que, nos anos 1960, aparecem e depois se impõem as embalagens plásticas, em particular para a água mineral e o óleo. (...) Alguns consumidores começam a se queixar: seu queijo favorito é, quase sempre, pasteurizado, as maçãs são apenas da variedade insípica dita *Golden delicious*, as frutas

chegam aos supermercados sem o devido grau de maturação, o pão já não tem as características gustativas às quais estavam acostumados. Em contrapartida, os supermercados oferecem preços vantajosos ao conseguirem consideráveis economias pelas compras em alta escala.

Por isso, as relações de poder que envolvem a alimentação estabelecem as escolhas alimentares individuais e coletivas, o que dialoga com o princípio de poder que se consolida como “modo de ação sobre as ações dos outros” (FOUCAULT, 2010b). Há a estipulação dos horários das refeições, da quantidade da porção dos alimentos que devem ser ingeridos etc. Tudo isso gera o controle das ações humanas mediante a normatização dos comportamentos na sociedade.

Supramencionamos no tocante ao poder religioso, também nomeado por Foucault como poder pastoral, sendo necessário evidenciar o quanto as relações de poder de natureza religiosa se encontram intrínsecas à alimentação. Cabe destacar, ainda, que os seres humanos passam a dar sentido à prática alimentar a partir do surgimento das primeiras civilizações, existindo a comensalidade, que também pode ser compreendida como o costume de fazer refeições em conjunto. Também é notório que nas sociedades hebraicas se inicia a determinação de regras alimentares, ligadas ao mito da criação, quanto ao consumo de alguns víveres. Para Soler (2020, p. 84),

As regras alimentares revelam-se relacionadas com as crenças religiosas que permitiram a transformação de tribos semíticas mais ou menos aparentadas, algumas gerações após a saída do Egito (geralmente situada em torno do século XIII a. C.), em um povo unificado. No centro dessas crenças impõe-se a idéia de que um deus específico – que, muito mais tarde, se tornará o único Deus que possa existir – escolheu, entre todos, um povo para ser seu povo e realizou uma aliança com ele. Os termos da aliança implicam uma obediência absoluta por parte dos contratantes.

Desse modo, no relativo momento histórico, existe uma série de regras alimentares hebraicas que estabelecem, por exemplo, os animais comestíveis, a proibição do consumo da carne de porco e do sangue dos animais. Segundo Soler (2020, p. 90),

A decifração das **regras alimentares** revela a sua lógica sem que se possa determinar a parcela inconsciente e a parcela consciente que presidiram a sua elaboração, ao longo de

vários séculos. É claro que os homens que respeitavam essa prescrições ignoravam sua razão de ser e não procuravam conhecê-las. Bastava-lhes aplicá-las para manifestar a sua **fidelidade a Deus**. (Grifo nosso).

Aprendemos que o seguimento das regras alimentares se configurava como demonstração de obediência a Deus. Por outro lado, conforme as considerações de Soler, as determinações caracterizavam-se como estratégias de poder e mecanismo para separação e criação de uma identidade hebraica. Então, o autor analisa que

Nessa ordem de mundo em que tudo se funda em uma rede de “separações”, o povo hebraico não deve se misturar com os outros povos. Ele é definido como “um povo que vive à parte e não é classificado entre as nações” (Num 23, 9). É por isso que os israelitas não devem partilhar as refeições de *goyim*. **A alimentação prescrita serve de isolamento**. A proibição dos alimentos “ímpuros” exerce o mesmo papel que a proibição dos casamentos “mistos”, entre hebreus e estrangeiros (Dt 7, 3). **Em última instância, pouco importa de que é constituída essa comida, desde que ela se diferencie da dos povos ao redor**. Com a simples ressalva de que as diferenças indispensáveis não são sem importância: elas foram elaboradas a partir de uma concepção do mundo que dá ao povo hebreu a sua identidade. A alimentação dos israelitas, sem nem de longe decorrer de considerações nutritivas, medicinais ou gastronômicas, é essencialmente, como Leonardo da Vinci dizia da pintura, “coisa mental”. (SOLER, 2020, p. 91, grifo nosso).

Mesmo com as mudanças temporais, ainda hoje são notáveis as regras alimentares que se modificam a partir das religiões. O jejum religioso pode ser assimilado como um sacrifício pela busca da salvação, que, de acordo com Foucault, essa salvação se inicia neste plano mediante, por exemplo, o livramento de acidentes e a sorte no âmbito pessoal. O ritual do jejum vai ser realizado pelas pessoas a partir dos ensinamentos das religiões, por isso existem variações.

Ainda tem as restrições alimentares presentes em nossa sociedade que podem ser interpretadas como sacrifícios que objetivam o livramento do pecado. Dentre as restrições presentes, as mais comuns estão associadas à proibição do consumo de carne de porco e do sangue de animais, que são utilizados para composição de alguns pratos que compõem a gastronomia brasileira, como cabidela e sarapatel, comidas tradicionais da culinária da

região Nordeste do Brasil.

Nesse seguimento, ainda é interessante fazer menção à quaresma, período de preparação para a páscoa. Nessa época do ano, é comum que os cristãos católicos realizem sacrifícios diversos e muitos deles envolvem a renúncia ao consumo de alguns alimentos ou bebidas, como demonstração de fé, sacrifício e obediência. Assim, como na quinta-feira e sexta-feira da semana santa fica proibido o consumo de carne vermelha, há uma grande aceitação pela carne de peixe.

Muitas pessoas fazem sacrifícios, como jejum, e seguem as restrições alimentares de um jeito bastante natural, em virtude de que gozam da condição de liberdade, podendo ou não seguirem tais imposições. Entretanto, optam por seguirem. Muitas destas pessoas não sabem quais são os significados das ações, apenas fazem ou seguem. Na relativa conduta, podemos identificar o poder religioso (pastoral) sobre a vida de mulheres e homens no que concerne à alimentação.

Portanto, tendo como fundamentos os conceitos de relações de poder e biopolítica atribuídos pelo filósofo Michel Foucault, podemos analisar a alimentação a partir de concepções que vão muito além das escolhas dos comestíveis que possuem finalidades nutricionais/vitais. Em razão de que inúmeros fatores instituem os hábitos alimentares dos povos, existindo inerentemente às relações de poder e saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault, em seus estudos, analisa a produção dos sujeitos frente às relações de poder. Mesmo justificando que esse não é o tema central de suas investigações, ainda assim o filósofo dedica-se ao entendimento da constituição do poder em mais de uma obra. Em vista disso, por meio das suas produções, fica notório que as mulheres e homens encontram-se em relações de poder, ou melhor dizendo, algumas pessoas exercem o poder sobre as outras; assim como o poder pode ter ligação com os aspectos étnicos, sociais e religiosos das coletividades.

Além do mais, em suas discussões há, por exemplo, a análise do poder do estado como sendo algo individualizante ao mesmo tempo em que se configura como uma ação totalizadora. Portanto, dentro de um contexto social, as relações de poder implicam em conflitos e estratégias para

superação do estado de submissão.

Neste trabalho, também exploramos o conceito de biopoder (biopolítica), que nos levou a considerações no que diz respeito ao poder exercido sobre o corpo das pessoas; e estabelecemos associações dos dois fundamentos com a alimentação.

Através das conexões, foi possível analisar a alimentação e enxergar nela relações de poder acerca do corpo de mulheres e homens. De modo que o poder é um aspecto muito associado ao governo, como se esse seja a única forma de manifestação de um mecanismo que estabelece hierarquias, gera conflitos e pode acentuar desigualdades a partir da criação de papéis de grande disparidade. Ainda identificamos, neste trabalho, as relações de poder intrínsecas à alimentação relativa ao saber, à religião e aos aspectos mais globais do corpo social, como o sistema econômico; sendo possível assimilar que alimentação e poder tem mais ligações do que se possa imaginar por meio de olhares sem aprofundamentos.

A comida enquanto necessidade e essa mesma comida na qualidade de objeto de poder com capacidade de reforçar saberes e ensinamentos religiosos. Por esse ângulo, as regras passam despercebidas em meio ao desfrutar da liberdade e o discurso de alimentação saudável pode, em alguns casos, ser mais uma estratégia disciplinar para conquista do corpo difundido pela mídia (KRAEMER, 2014).

As contribuições de Foucault se apresentam como muito atuais e com potencial de compreender diferentes fatores da coletividade. Seus estudos levam a reflexões sobre a formação dos sujeitos como algo consequente às relações de poder. Logo, poderíamos também entender as escolhas dos alimentos na atualidade através das relações de poder que se ligam à História da alimentação. Grandes empresas comercializam para inúmeras localidades, fazendo com que as pessoas tenham hábitos alimentares comuns e deixando de lado, em alguns casos, comidas típicas que, muitas vezes, não são fáceis de serem compradas. Algumas religiões reforçam práticas como jejuns e as restrições alimentares vinculadas aos escritos bíblicos. A magreza ainda é o padrão estabelecido por novelas, revistas, filmes etc., fazendo com que muitas pessoas sigam dietas difundidas pela internet, televisão, rádio, entre outros. Sem contar nos sujeitos que, mesmo sem condição financeira, pagam profissionais para elaboração de cardápios individuais que podem ser no sentido de melhoria da saúde, prevenção ao adoecimento ou,

simplesmente, para redução de peso e busca pelo corpo magro.

De forma conclusiva, consideramos a alimentação como grande objeto de poder reunido a elementos religiosos, sociais e econômicos, assim como ao saber. Poder e saber se encontram em estreita ligação, um sustenta o outro e ambos agem no tecido social mediante o controle dos corpos humanos e hierarquização de funções.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J.; MOTTA, P. **Metodologia Científica**. 3. ed. Recife: Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UFRPE, 2007.

FLANDRIN, J.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. 10. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2020.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975- 1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **O Governo de Si e dos Outros: Curso no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

FISCHLER, C. A. “McDonaldização” dos costumes. In: FLANDRIN, J.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. 10. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009.

KRAEMER, F. B.; PRADO, S. D.; FERREIRA, F. R.; CARVALHO, M. C. V. S. O discurso sobre a alimentação saudável: como estratégia de biopoder. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1337-1359, 2014.

SOLER, J. As razões da Bíblia: regras alimentares hebraicas. In: FLANDRIN, J.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. 10. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2020.

Título Teorias e metodologias em temáticas plurais na história
Subtítulo debates conceituais e empíricos
ISBN 978-65-5962-248-1
Organização Paulo Julião
Raphael Guazzelli

Capa e Projeto Gráfico Rodrigo Victor

Formato e-book
Tipografia Minion Pro (miolo)
Noto Mono (títulos)

